

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

CAIO GUIMARÃES DE FREITAS

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRICULTURA: uma análise da sojicultura na
microrregião de Chapadinha - MA

São Luís

2022

CAIO GUIMARÃES DE FREITAS

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRICULTURA: uma análise da sojicultura na
microrregião de Chapadinha - MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Welbson do Vale Madeira

São Luís

2022

FREITAS, CAIO GUIMARÃES DE.
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRICULTURA: uma análise
da sojicultura na microrregião de Chapadinha - MA / CAIO
GUIMARÃES DE FREITAS. - 2022.
124 f.

Orientador(a): Welbson do Vale Madeira.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Desenvolvimento Socioeconômico/ccso, Universidade Federal
do Maranhão, SÃO LUIS, 2022.

1. Desenvolvimento regional. 2. Sojicultura. 3. Chapadinha.
4. Agricultura. 5. Enclave econômico. I.
Madeira, Welbson do Vale. II. Título.

CAIO GUIMARÃES DE FREITAS

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRICULTURA: uma análise da sojicultura na microrregião de Chapadinha - MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Welbson do Vale Madeira

A banca examinadora da defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão realizada em __/__/__, considera o candidato aprovado.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Welbson do Vale Madeira (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof. Dr. Benjamin Alvino de Mesquita
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof. Dr. João Claudino Tavares
Universidade Federal Fluminense - UFF

São Luís
2022

Para Camila, meu porto seguro
e para Bernardo, minha razão de navegar.

AGRADECIMENTOS

A conclusão de uma dissertação representa o encerramento de um ciclo de estudos, pesquisas e dedicação voltadas para um objetivo. No entanto, essa trajetória, não é obra de um esforço individual, de forma que, ao olhar para trás, observo inúmeros momentos em que o apoio de familiares e amigos foram imprescindíveis para que eu seguisse avançando.

Mesmo sabendo da impossibilidade de agradecer todos aqueles que, em algum grau, contribuíram com essa jornada, gostaria de prestar meus agradecimentos à algumas pessoas que foram fundamentais para que eu pudesse chegar ao presente momento. Sendo assim, agradeço:

Aos meus pais, que desde sempre fizeram o possível e o impossível para que eu tivesse acesso e valorizasse meu processo educacional. Por meio do esforço e dos ensinamentos deles entendi o caráter transformador da educação.

Ao meu irmão e eterno professor Leandro, que me ensinou desde as operações mais simples da matemática na infância aos cálculos mais avançados na academia. Não consigo imaginar minha trajetória sem seus auxílios.

À minha esposa Camila, que foi minha grande companheira nessa jornada desde o processo de seleção até a conclusão da dissertação. Nela encontrei as forças para continuar avançando nos momentos mais difíceis. Suas palavras e aconselhamentos foram absolutamente vitais para que chegasse até aqui.

Ao meu orientador, Professor Welbson Madeira que, com muita paciência, me deu direcionamentos essenciais para que pudesse organizar de maneira mais clara minha pesquisa. Sua contribuição foi inestimável nessa jornada.

Ao Professor Benjamin Alvino que durante os momentos em que estive aprendendo com ele, me deu acesso à diversos autores e obras belíssimas que me auxiliaram a compreender a complexidade da economia regional e da formação econômica maranhense.

Ao meu filho Bernardo, que nasceu no meio dessa trajetória e se tornou minha principal inspiração para a conclusão deste ciclo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, desta forma, agradeço a esta instituição que tornou possível a produção desta dissertação.

Agradeço ainda à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA, pela participação no edital 18/2020.PDPG/CAPES/FAP, resultado de parceria com a CAPES.

A chuva que irriga os centros do poder imperialista afoga os vastos subúrbios do sistema. Do mesmo modo, e simetricamente, o bem-estar de nossas classes dominantes – dominantes para dentro, dominadas de fora – é a maldição de nossas multidões, condenadas a uma vida de bestas de carga.

EDUARDO GALEANO (Veias abertas da América Latina)

RESUMO

A temática do desenvolvimento regional coloca-se como tema particularmente importante em um país que enfrenta grandes desigualdades e com grandes dimensões territoriais como o Brasil. Nesse sentido, a busca por caminhos que levem territórios periféricos a uma trajetória de desenvolvimento torna-se crucial para lidar com o atual cenário. No âmbito nacional, existem aqueles que defendem a ideia de que o agronegócio brasileiro se coloca como uma boa alternativa para o desenvolvimento, visto que o modelo agrário-exportador seria uma “vocação natural do Brasil”. Entretanto, também existem aqueles que apontam a inviabilidade deste setor conduzir o desenvolvimento de um território. O presente trabalho analisa o caso da sojicultura na microrregião de Chapadinha – MA e se esta atividade teria o potencial de encadear um processo de desenvolvimento no território. Para isso são abordadas algumas teorias de autores clássicos do desenvolvimento como Perroux, Myrdal, Hirschman e North. Para a melhor contextualização histórica da microrregião faz-se uma breve incursão histórica no processo de formação econômica do estado do Maranhão apontando o surgimento e a trajetória de algumas atividades de grande representatividade na dinâmica econômica contemporânea, dentre elas a sojicultura. Aborda-se ainda de que forma a sojicultura da microrregião insere-se em uma lógica global que relega para a periferia do sistema a atividade de fornecimento de *commodities* para os centros dinâmicos do capitalismo mundial. Os resultados da pesquisa apontaram que no período de ascensão da sojicultura na microrregião de Chapadinha houve uma perda de relevância do setor agropecuário na atividade econômica do território. A sojicultura apresentou ainda uma baixíssima capacidade de incorporar mão-de-obra. No período analisado, foi na verdade o setor público aquele que apresentou maior relevância para a atividade econômica local e que obteve melhores resultados na incorporação de mão-de-obra na microrregião. Observou-se, portanto, que assim como aponta a literatura sobre a temática, a sojicultura da microrregião de Chapadinha se coloca como um enclave econômico apresentando um baixo potencial de gerar encadeamentos produtivos capazes de incentivar o desenvolvimento no território, além de apresentar um caráter excludente para o setor rural.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Sojicultura. Chapadinha. Agricultura. Enclave econômico.

ABSTRACT

The theme of regional development is particularly important in a country that faces great inequalities and with large territorial dimensions such as Brazil. In this sense, the search for paths that lead peripheral territories to a development trajectory becomes crucial to deal with the current scenario. At the national level, there are those who defend the idea that Brazilian agribusiness is a good alternative for development, since the agricultural-export model would be a “natural vocation of Brazil”. However, there are also those who point out the infeasibility of this sector to lead the development of a territory. The present work analyzes the case of soybean agriculture in the micro-region of Chapadinha - MA and whether this activity would have the potential to trigger a process of development in the territory. For this, some theories of classical authors of development such as Perroux, Myrdal, Hirschman and North are approached. For a better historical contextualization of the micro-region, a brief historical incursion into the process of economic formation of the state of Maranhão is made, pointing out the emergence and trajectory of some activities of great representation in contemporary economic dynamics, among them soybean agriculture. It also discusses how soybean farming in the micro-region is part of a global logic that relegates the activity of supplying commodities to the dynamic centers of world capitalism to the periphery of the system. The research results showed that in the period of rise of soybeans agriculture in the micro-region of Chapadinha there was a loss of relevance of the agricultural sector in the economic activity of the territory. Soybean farming also showed a very low capacity to incorporate labor. In the analyzed period, it was in fact the public sector that presented greater relevance for the local economic activity and that obtained better results in the incorporation of labor in the micro-region. It was observed, therefore, that as the literature on the subject points out, soybean agriculture in the Chapadinha micro-region is an economic enclave with a low potential to generate productive chains capable of encouraging development in the territory, in addition to presenting an excluding character for the rural sector.

Keywords: Regional development. Soybean Agriculture. Chapadinha. Agriculture. Economic enclave.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Principais produtos exportados pelo estado do Maranhão no ano de 2020.	59
Figura 02 – A microrregião de Chapadinha	67
Figura 03 – Municípios da Microrregião de Chapadinha.....	68
Figura 04 – Biomas do Maranhão	70
Figura 05 – Região do MATOPIBA.....	71
Figura 06 – Imagem de satélite - microrregião de Chapadinha - MA.....	78
Figura 07 – Imagem de satélite – concentração da sojicultura na microrregião de Chapadinha - MA.....	78
Figura 08 – Índice de Simpson – Microrregiões Maranhão – ano 2000	85
Figura 09 – Índice de Simpson – Microrregiões Maranhão – ano 2020	86
Figura 10 – Índice de Simpson – Municípios Microrregião de Chapadinha – ano 2000.....	86
Figura 11 – Índice de Simpson – Municípios Microrregião de Chapadinha – ano 2005.....	87
Figura 12 – Índice de Simpson – Municípios Microrregião de Chapadinha – ano 2010.....	87
Figura 13 – Índice de Simpson – Municípios Microrregião de Chapadinha – ano 2015.....	88
Figura 14 – Índice de Simpson – Municípios Microrregião de Chapadinha – ano 2020.....	88

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 – Silos de armazenamento de grãos (Anapurus – MA).	73
Fotografia 02 – Galpões e Silos de armazenamento (Anapurus – MA).....	79
Fotografia 03 – Povoado Araçá (Buriti -MA)	93
Fotografia 04 – Povoado Araçá (Buriti -MA) – Reunião com moradores	93
Fotografia 05 – Casa de forno - Povoado Araçá (Buriti -MA).....	95
Fotografia 06 – Área queimada para a dar espaço a produção de soja (Chapadinha-MA)	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Quantidade produzida de soja no estado do Maranhão (em toneladas) – 1978 a 2020	55
Gráfico 02 – Quantidade produzida (em toneladas) – Arroz, feijão, mandioca (2000 a 2020) - Maranhão	65
Gráfico 03 – Quantidade produzida (em toneladas) – Algodão, Milho e Soja (2000 a 2020) - Maranhão	65
Gráfico 04 – Quantidade de soja produzida (em toneladas) - microrregião de Chapadinha.....	76
Gráfico 05 – Concentração da sojicultura na microrregião de Chapadinha	80
Gráfico 06 – Quantidade Produzida - arroz, feijão, mandioca e babaçu - microrregião de Chapadinha 2000 a 2020 (em toneladas).....	82
Gráfico 07 – Efetivo de rebanho bovino – Microrregião de Chapadinha e Maranhão – 2000 a 2020 (em cabeças)	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Área e Quantidade de estabelecimentos nos Censos Agropecuários 2006 e 2017..	66
Tabela 02 – IDHM, IDHM Renda, IDHM Longevidade e IDHM Educação - Microrregião de Chapadinha	69
Tabela 03 – Índice de Gini da renda domiciliar per capita – Municípios da microrregião de Chapadinha	70
Tabela 04 – Área total existente da silvicultura do eucalipto na Microrregião de Chapadinha-MA (em hectares)	72
Tabela 05 – Área total colhida de soja por município na microrregião de Chapadinha-MA (em hectares).....	77
Tabela 06 – Participação relativa das Lavouras de arroz, mandioca, feijão e soja - microrregião de Chapadinha (2000 – 2020).....	81
Tabela 07 – Toneladas Produzidas/Extraídas de Arroz, Mandioca, Feijão e Babaçu - 2000-2020	81
Tabela 08 – Índice de Simpson – Brasil, Nordeste e Maranhão (2000-2020).....	89
Tabela 09 – Participação relativa da Agropecuária – microrregiões do Maranhão (2002-2019)	102
Tabela 10 – Contribuições relativas para o valor adicionado da microrregião de Chapadinha (2002-2019)	103
Tabela 11 – Contribuição da agropecuária para o valor adicionado dos municípios da microrregião de Chapadinha (2002-2019).....	103
Tabela 12 – Ocupação formal da mão de obra por grupamento de setores - microrregião de Chapadinha	104
Tabela 13 – Ocupação formal da mão de obra na atividade de cultivo de soja – microrregiões Maranhão (2006-2019)	105
Tabela 14 – Produtividade da sojicultura – microrregiões sojicultoras, Maranhão, Brasil....	106
Tabela 15 – Estratificação das propriedades de soja por área de ocupação – microrregião de Chapadinha e Maranhão	106
Tabela 16 – Produção total estratificada por grupos de áreas das propriedades – Arroz, Mandioca e Soja – Maranhão.	107

Tabela 17 – Relação Hectare/Vínculo Formal – microrregião de Chapadinha (2006-2020)..	
.....	108
Tabela 18 – Evolução do Produto Interno Bruto per capita a preços correntes – Microrregião de Chapadinha	109
Tabela 19 – Evolução do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – Microrregião de Chapadinha	110
Tabela 20 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica “Anos Finais” – Microrregião de Chapadinha (2005-2019)	111
Tabela 21 – IDEB Ensino Médio – Microrregião de Chapadinha (2019).....	111
Tabela 22 –Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) – microrregião de Chapadinha (2006-2020).....	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BEM	Banco do Estado do Maranhão
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FDA	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FDNE	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FETAEMA	Federação dos trabalhadores rurais, agricultores e agricultoras familiares do estado do Maranhão
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBF	Programa Bolsa Família
PGC	Projeto Grande Carajás
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados
PRONAF	Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ALGUMAS TEORIAS CLÁSSICAS E A QUESTÃO REGIONAL NO BRASIL.....	19
2.1	Desenvolvimento Regional: algumas teorias clássicas.....	19
2.1.1	Gunnar Myrdal e a causação circular	22
2.1.2	Albert O. Hirschman e as conexões produtivas	24
2.1.3	François Perroux e a teoria dos polos.....	25
2.1.4	Teoria da base de exportações de Douglass North.....	26
2.1.5	Contribuição do estruturalismo latino-americano: Prebisch e Furtado.	30
2.2	A Questão Regional no Brasil	35
3	FORMAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO MARANHÃO: UMA BREVE INCURSÃO HISTÓRICA	40
3.1	Inserção do Maranhão na dinâmica internacional do comércio	40
3.2	Maranhão na divisão nacional do trabalho	47
3.3	Nova inserção na dinâmica internacional: os “Grandes Projetos” e avanço do Agronegócio.	51
4	A EXPANSÃO DA SOJICULTURA NA MICROREGIÃO DE CHAPADINHA E SUA RELEVÂNCIA PARA O CENÁRIO ECONÔMICO LOCAL	61
4.1	Agricultura na economia maranhense e expansão da soja na microrregião de Chapadinha	62
4.1.1	Agricultura na economia maranhense contemporânea.....	62
4.1.2	A Microrregião de Chapadinha e sua inserção na dinâmica maranhense	67
4.1.3	Ocupação do território e contextualização do cultivo da soja na microrregião de Chapadinha	73
4.2	Uma análise do avanço da sojicultura na microrregião de Chapadinha..	83
4.2.1	O aumento da concentração produtiva sob a ótica do <i>Simpson Index of Diversity</i>	85
4.2.2	O avanço da sojicultura na visão de agricultores locais.....	89
4.2.3	Transformações na agricultura da microrregião e sua relevância para o cenário econômico local.....	101
5	CONCLUSÕES	115
	REFERÊNCIAS	118
	APÊNDICE	124

1 INTRODUÇÃO

O debate acerca do desenvolvimento econômico, especialmente a partir de meados do século XX, passa a ganhar grande relevância no campo das Ciências Econômicas e passou a agregar teorias que se tornaram alicerces desta temática. Um dos campos de estudo dentro da seara do desenvolvimento econômico tem importância particular para um país com alta desigualdade e com grandes dimensões territoriais como o Brasil: o desenvolvimento regional.

As maneiras pelas quais torna-se possível impulsionar o desenvolvimento de um determinado território é tema de interesse de diversos teóricos da economia e de estudiosos de políticas públicas. Na esfera acadêmica a discussão acerca do desenvolvimento regional se mostra bem fértil, entretanto, a prática política nem sempre acompanha o ritmo de tal debate.

No âmbito internacional, alguns teóricos clássicos se tornaram referências fundamentais no debate do desenvolvimento regional, dentre eles autores como Gunnar Myrdal, François Perroux e Albert Hirschman. Algumas das ideias destes autores influenciaram, inclusive, algumas das políticas públicas executadas durante o século XX no cenário nacional.

O desequilíbrio regional no Brasil foi um importante tema de debate no último século. Foram estabelecidas relações de centro-periferia intra-regionais como já apontado em estudos como aqueles elaborados pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN (1959) e Cano (1985). Nessa lógica, estados como o Maranhão desempenhariam papel complementar para regiões mais dinâmicas dentro do capitalismo nacional.

A trajetória específica do estado do Maranhão a partir de meados do século XX foi marcada pela opção da busca de desenvolvimento por meio dos “grandes projetos”, que na verdade, mantiveram o território em uma condição periférica aos verdadeiros centros dinâmicos do capitalismo. Isso condicionou o ritmo da atividade econômica maranhense e consolidou uma estrutura que, em certo grau, se observa até a atualidade.

O avanço da pecuária extensiva no campo, o escoamento do extrativismo mineral oriundo do Programa Grande Carajás, a produção de alumina do consórcio ALUMAR e o avanço territorial da agricultura empresarial na produção de commodities agrícolas são alguns exemplos dessa estrutura (MESQUITA, 2011; OTTATI, 2013).

Ao analisarmos especificamente o caso da agricultura empresarial, observou-se uma acelerada incorporação do território do cerrado maranhense para a produção de commodities agrícolas, com destaque para mesorregião sul do estado. A partir do século XXI, a agricultura

empresarial passaria a ganhar mais relevância na região nordeste do estado – também área de cerrado.

A busca de desenvolvimento por meio da produção de commodities agrícolas se justificaria pela possibilidade da constituição uma base de exportação que, supostamente, gerariam efeitos de transbordamento – *spillover effects* – beneficiando os demais setores de um território. Seria gerado, portanto, um efeito circular positivo, de forma que a renda transitaria entre os diferentes setores locais beneficiando o território como um todo (NORTH, 1977).

Entretanto, o agronegócio brasileiro no formato vigente apresenta algumas características que tornam questionáveis as capacidades deste setor de gerar efeitos de transbordamento. A baixa incorporação de mão-de-obra, o foco no mercado externo e o caráter concentrador e excludente são alguns dos pontos que se mostram como impasses para que a atividade impulse o desenvolvimento regional.

Dado esse cenário, o presente trabalho se propõe a analisar o caso específico da microrregião de Chapadinha, território localizado no nordeste do estado do Maranhão. A região insere-se em área de cerrado, no chamado MATOPIBA (acrônimo formado pelas iniciais dos estados Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), território que nas últimas décadas têm sido área de expansão da agricultura empresarial com destaque para uma atividade: a sojicultura. A microrregião de Chapadinha, inserida nesse contexto, apresentou nas últimas décadas um acelerado crescimento no cultivo da soja, que passou a incorporar cada vez mais áreas da microrregião para esta atividade.

A ascensão da sojicultura em territórios como a microrregião de Chapadinha insere-se numa lógica global que destina as regiões periféricas do capitalismo o papel de fornecer matérias primas para o centro dinâmico da atividade econômica global. Entretanto, em âmbito nacional, muitos advogam que o agronegócio brasileiro se coloca como uma boa alternativa para o desenvolvimento nacional, visto que o modelo agrário-exportador seria uma “vocação natural do Brasil”.

Nesse sentido, o estudo se propõe a entender de que forma o cultivo da soja insere-se na dinâmica econômica da microrregião de Chapadinha nas últimas décadas e qual sua relevância e seu potencial no que tange o desenvolvimento da microrregião. A hipótese trabalhada na dissertação é a de que a sojicultura na microrregião de Chapadinha, nos moldes atuais, não tem condições de induzir um processo de desenvolvimento do território por apresentar uma estrutura concentradora, com baixa capacidade de empregabilidade e, portanto, a impossibilidade de gerar um fluxo circular de renda.

Para isso o trabalho constitui-se de 5 seções, sendo a primeira delas a presente introdução. A segunda seção aborda a temática do desenvolvimento regional por meio de algumas das teorias clássicas desse tema. Tais teorias se colocam como importantes alicerces para entender o avanço da sojicultura na microrregião de Chapadinha, no intuito de compreender se este fenômeno se relaciona com os caminhos propostos por estes autores clássicos. Por fim, aborda-se ainda, brevemente, a questão regional brasileira nas últimas décadas.

A terceira seção, no intuito de melhor contextualizar o objeto da pesquisa, faz uma breve incursão teórica no processo de formação econômica do Maranhão. A seção analisa de que forma a atividade econômica maranhense se relacionou com os núcleos de acumulação capitalistas internacionais e nacionais em diferentes momentos históricos e aponta como esse processo condicionou a atual estrutura econômica do estado.

A quarta seção visa analisar com maior detalhamento como se deu o avanço da sojicultura na microrregião de Chapadinha. Primeiramente, faz-se uma sucinta contextualização de como o cultivo da soja na microrregião insere-se dentro de uma lógica mais ampla: caracterizando a agricultura maranhense e apresentando a microrregião em si. Em seguida analisa-se como se deu o avanço da sojicultura, de que forma esta atividade se reproduziu dentro do espaço da microrregião e como isso impactou a produção agrícola local trazendo a perspectiva de alguns dos principais impactados por este fenômeno. Por fim, apresentam-se alguns resultados lastreados em bases de dados públicas, e é feita a discussão acerca de tais resultados.

A última seção traz as conclusões da pesquisa realizada onde são feitas as devidas ponderações acerca do estudo realizado. Comenta-se ainda a relação dos resultados obtidos com alguns dos conteúdos abordados nas seções anteriores, apontando-se, enfim, novas possibilidades e alternativas de estudos futuros acerca do território em questão.

2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ALGUMAS TEORIAS CLÁSSICAS E A QUESTÃO REGIONAL NO BRASIL.

Uma das primeiras dificuldades ao se abordar a temática do desenvolvimento socioeconômico reside, justamente, na abrangência e na complexidade que o termo “desenvolvimento” traz consigo. Por vezes, sob uma perspectiva mais rasa tal termo acaba por se confundir com o mero crescimento econômico, entretanto, a ideia de desenvolvimento compreende dimensões socioeconômicas múltiplas e complexas.

Ao se abordar o desenvolvimento regional visa-se mensurar as melhorias e avanços em indicadores econômicos e sociais em um determinado recorte territorial. Nesse sentido, novos desafios surgem, dado que, passa a ser importante analisar de que forma o contexto maior em que tal região está inserida, impacta ou determina sua conjuntura econômica.

Diversos teóricos se debruçaram sobre a causa do desenvolvimento regional, e alguns autores se tornaram referências clássicas nessa temática. Nesse sentido, como o presente trabalho se dispõe a abordar o cenário socioeconômico da microrregião de Chapadinha – MA e o impacto da agricultura empresarial nesse território, torna-se fundamental fazer uma breve revisão sobre alguns desses teóricos clássicos

O capítulo está dividido em duas partes: a primeira delas aborda a temática do desenvolvimento regional, seus conceitos, algumas de suas teorias clássicas. A segunda parte analisa, de maneira breve, a questão regional brasileira nas últimas décadas.

2.1 Desenvolvimento Regional: algumas teorias clássicas

O período pós-segunda guerra mundial se mostrou como um período de ascensão de um campo de estudo dentro das Ciências Econômicas: a economia do desenvolvimento. Foi nesse período que se consolidaram algumas das teorias que são entendidas como seminais nesse campo de estudo. Os pensadores por trás dessas pesquisas são, muitas vezes, denominados como os “pioneiros do desenvolvimento” (CARDOSO, 2018).

Tais teóricos não foram os primeiros a abordar a temática do desenvolvimento, visto que este assunto já havia sido abordado por diversos economistas que precedem em longa data os meados do século XX. A exemplo disso, podemos encontrar debates acerca do desenvolvimento em obras de economistas clássicos como Smith (1996) e Ricardo (1982). Sob

a perspectiva destes autores clássicos o desenvolvimento era entendido como “o movimento de acumulação e distribuição da riqueza entre os países e o processo de expansão e afirmação do modo de produção capitalista, na economia mundial” (SANTOS, 2011, p.7). A temática do desenvolvimento pode ainda ser encontrada na obra de economistas de outras vertentes de pensamento como Marx (1982) e Schumpeter (1997).

Entretanto, é apenas durante o período dos denominados “pioneiros”, que o campo de estudo do desenvolvimento econômico se robustece e se consolida, de forma que as proposições destes pensadores se tornaram os alicerces fundamentais do chamado desenvolvimentismo. Cardoso (2018) destaca a contribuição desses autores no processo de alicerçar o pensamento desenvolvimentista no período em questão:

No contexto de efervescência da discussão do desenvolvimento econômico e de adoção de políticas de viés keynesiano, em virtude especialmente dos efeitos da Segunda Guerra Mundial sobre o mundo capitalista, a chamada economia do desenvolvimento ganhou considerável expressão no pós-guerra [...] Uma série de pensadores, os quais foram alcunhados posteriormente de pioneiros do desenvolvimento, contribuíram para a formação do arcabouço teórico do desenvolvimentismo clássico. (CARDOSO, 2018, p. 17)

Sob a ótica dos pioneiros, o desenvolvimento econômico, não se confundia com o mero crescimento econômico, de forma que, o crescimento abrange apenas um aspecto quantitativo (aumento no valor produzido) enquanto o desenvolvimento tem como característica uma transformação na estrutura produtiva de uma sociedade como apontado por Santos (2011, p.8):

[O Desenvolvimento] deve ser compreendido como um processo, pois implica uma série de mudanças, em diversos aspectos da realidade, e, no limite, transformações na própria estrutura produtiva em que opera, ou seja, desenvolvimento não é um fenômeno estático; ao contrário, é fundamentalmente dinâmico.

Dessa forma, o desenvolvimento econômico difere-se do crescimento econômico por ser um processo de maior complexidade abordando diversas variáveis de uma sociedade:

[O Desenvolvimento] deve ser considerado como um processo multidimensional, dado que seu objetivo não é apenas de natureza econômica, mas também incorpora aspectos políticos, sociais, ambientais etc., ou, em outros termos, deve levar em conta as inter-relações das diversas dimensões da realidade e suas mútuas influências. (SANTOS, 2011, p.8)

A visão desenvolvimentista se opunha à perspectiva liberal que era hegemônica no período. Sob o ponto de vista liberal haveria uma tendência que conduziria espontaneamente as nações a um equilíbrio, havendo, portanto, uma convergência natural de renda entre as

diferentes regiões do mundo. Sob essa perspectiva, as regiões mais pobres seriam apenas “atrasadas” em um processo que tenderia a condições mais igualitárias.

Dessa forma, percebe-se que a própria ideia de subdesenvolvimento já se distancia da concepção liberal vigente no período que abordava o desenvolvimento por meio de etapas. As nações ditas “atrasadas” – como presente nas ideias das etapas de desenvolvimento de Rostow (1978) – sob o ponto de vista desenvolvimentista, não estavam apenas em uma fase anterior de um inevitável caminho ao desenvolvimento, mas sim, em uma estrutura que condicionava sua condição periférica. Cardoso (2018) destaca essa característica do pensamento desenvolvimentista:

O diagnóstico da condição de desenvolvimento como fenômeno particular e não como etapa prévia ao desenvolvimento, levou esses pensadores a rejeitarem a doutrina econômica liberal como caminho do desenvolvimento (CARDOSO, 2018, p. 19).

Um ponto em comum entre tais pensadores era a percepção de que o desenvolvimento não se manifestava de maneira homogênea no espaço, na verdade o efeito contrário ocorria. Dessa forma, o desenvolvimento econômico, na verdade, tenderia a se concentrar em alguns pontos mais dinâmicos (LIMA; SIMÕES, 2010). Nesse sentido, algum grau de planejamento e intervenção passariam a ser necessários visando uma o desenvolvimento das regiões periféricas.

Ao observar a atividade econômica mundial fica claro que alguns países ditam o ritmo de crescimento e expansão do processo de acumulação. Ocorre, portanto, uma relação de centro-periferia relegando aos países subdesenvolvidos um papel meramente complementar e subordinado. Consequentemente surge uma enorme desigualdade econômica entre os países.

Entretanto, a construção dessas desigualdades não se manifesta apenas na diferença de renda entre as nações, mas também dentro de cada uma delas. A tendência de concentração econômica em alguns polos também é um fenômeno que se observa a nível intra-nacional, ou seja, alguns territórios mais dinâmicos passam a contrastar com outros mais estagnados dentro de um determinado país, derivando disso, portanto, as desigualdades regionais. Dessas desigualdades regionais surge o campo de estudo do desenvolvimento regional focado no estudo e debate sobre tais desigualdades e nas políticas voltadas para as regiões subdesenvolvidas de um determinado território.

No Brasil, apesar do rico debate acadêmico acerca do desenvolvimento regional, também denominado de Questão Regional, este acaba por ficar relegado para segundo plano nas políticas públicas (THEIS, 2016). Diversos teóricos que se debruçam sobre a temática apontam a carência de atenção recebida pelas políticas regionais nacionalmente.

Os esforços para mudanças estruturais que conduzem uma nação a uma redução de desigualdades regionais, exigem planejamento e visão de longo prazo, o que por vezes acaba sendo razão da não priorização das mesmas. Sobre a temática do desenvolvimento regional, Monteiro Neto, Castro e Brandão (2017, p.21) comentam:

O tema do desenvolvimento regional ou, dito ainda de outra maneira, da questão regional é um daqueles temas que encontram pouca ressonância nos assuntos da conjuntura econômica e política de uma nação. São, assim, problemas que se constituem, regra geral, no horizonte de longo prazo de uma nação ou região. Referem-se a questões estruturais a serem equacionadas, removidas ou superadas. Estão no campo da necessidade de se empreender uma mudança estrutural, uma reorientação de sentido e de trajetória nas vigas balizadoras do (sub)desenvolvimento regional.

No Brasil, o processo de crescimento econômico a partir do final do século XIX, e principalmente a partir dos anos 30 do século XX se concentrou majoritariamente na região sudeste, principalmente no estado de São Paulo (CANO, 1985). Essa lógica deixou outras regiões do país à margem do processo de acumulação, gerando grandes desigualdades regionais – incluindo o estado do Maranhão conforme será mostrado no capítulo seguinte.

Em um país com as dimensões do Brasil, onde uma miríade de realidades econômicas diversas coexistem, é de fundamental importância o debate acerca da questão regional. O processo histórico de brasileiro consolidou uma forte desigualdade de renda entre as regiões que – diferentemente do que propõe o receituário liberal – não tende a se equilibrar automaticamente, mas sim, ser ampliada.

A busca por propostas que visem lidar com essas discrepâncias regionais torna-se fundamental para o Brasil. Nesse sentido, alguns dos chamados “pioneiros do desenvolvimento” propuseram ideias que possibilitam a geração de um impacto regional e que serviram de forte inspiração para alguns projetos executados nacionalmente durante o período dos PNDs. Dentre esses teóricos que se tornaram alicerces do desenvolvimento regional destacam-se: Gunnar Myrdal, Albert Hirschman e François Perroux.

2.1.1 Gunnar Myrdal e a causalidade circular

Gunnar Myrdal foi um economista sueco, que desenvolveu estudos acerca de diversos temas como subdesenvolvimento, intervenções estatais e estado de bem-estar social, sendo, inclusive, um importante nome para o *Welfare State* no norte da Europa. Um dos principais

conceitos utilizados por Myrdal em suas análises é o da chamada *causação circular e cumulativa*.

Assim como outros economistas de seu tempo, Myrdal não concordava com a ideia de uma tendência a convergência de riqueza entre as nações e regiões por meio das livres trocas dos mercados internacionais. Na verdade, Myrdal apontava que, o que ocorria era a relação contrária, ou seja, desigualdades eram ampliadas nesse jogo de forças de mercado. Tal ponto de vista fica claro em seus escritos (Myrdal, 1968, p. 34):

[...] ao contrário, em geral não se verifica essa tendência à auto-estabilização automática do sistema social. O sistema não se move, espontaneamente, entre forças, na direção de um estado de equilíbrio, mas, constantemente se afasta dessa posição. Em geral uma transformação não provoca mudanças compensatórias, mas, antes as que sustentam e conduzem o sistema, com mais intensidade, na mesma direção da mudança original. Em virtude dessa *causação circular*, o processo social tende a tornar-se acumulativo e, muitas vezes, a aumentar, aceleradamente, sua velocidade.

O objetivo da teoria de Myrdal era o de analisar as “inter-relações causais de um sistema social” (LIMA; SIMÕES, 2010, p. 9) e, dessa forma, sua obra é bastante relevante na temática do desenvolvimento regional. Um dos pontos principais abordados pelo autor é de que as atividades tendem a se concentrar geograficamente em polos mais dinâmicos e tendem a permanecer concentradas por relações de *causação circular cumulativa* que favorecem os pontos que já são dinâmicos.

Para explicar essa dinâmica Myrdal aponta que existem efeitos regressivos - ou *backwash effects* – impactando negativamente o desenvolvimento das regiões menos dinâmicas/desenvolvidas por meio de um processo de *causação circular e cumulativa*. Em contraposição, existem também os efeitos “propulsores” que impulsionam a *causação circular* em um ciclo positivo. Entretanto, em condições livres, os efeitos regressivos serão muito mais relevantes nas regiões subdesenvolvidas mantendo-as estagnadas.

Nesse sentido, fomentar os efeitos propulsores e atacar os efeitos regressivos são de suma importância para regiões subdesenvolvidas romperem o ciclo de *causação circular negativa* em que se encontram. Tal convergência de princípios também fica evidente com a importância dada por Myrdal para aquilo que ele denominou de “fatores não-econômicos”. Sobre tais fatores o autor comenta (1968, p. 57):

A teoria econômica não tem considerado os chamados fatores não-econômicos e os mantém fora do âmbito de análise. Figurando tais fatores entre os principais veículos na *causação circular* dos processos acumulativos de mudança econômica, sua omissão representa uma das principais deficiências da teoria econômica.

Em outro trecho, o autor aponta como esses fatores ditos “não econômicos” tem impactos na atividade produtiva e nas condições de desenvolvimento regional (MYRDAL, 1968, p.56):

Os processos acumulativos tendentes à desigualdade regional operam por meio de muitas cadeias causais que, em regra, não são consideradas na análise teórica do jogo de forças do mercado [...] Abandonadas à própria sorte, as regiões que não tivessem sido tocadas pelo surto expansionista não poderiam manter bom sistema de estradas, e todos os outros serviços públicos seriam inferiores, aumentando, desse modo, suas desvantagens no terreno da competição [...] Pela mesma razão, as regiões mais pobres, desassistidas, não podem financiar programas adequados de assistência médica; suas populações são menos sadias e apresentam menor eficiência produtiva.

Através do conceito da causação circular cumulativa seria possível analisar as diversas dinâmicas sociais inclusive as relações de desenvolvimento/subdesenvolvimento regional. Dessa forma, as ideias de Myrdal são ótimos instrumentos de análise e fornecem um importante ferramental para a compreensão dos cenários de regiões subdesenvolvidas e que alternativas existem para a construção de uma trajetória de desenvolvimento.

2.1.2 Albert O. Hirschman e as conexões produtivas

Um dos principais teóricos mencionados nos debates sobre o desenvolvimento regional é Albert Hirschman, que foi um importante teórico alemão radicado nos Estados Unidos. Em sua contribuição para a questão regional Hirschman dava um grande destaque para o investimento em alguns setores que teriam o potencial de gerar efeitos em cadeia fomentando o desenvolvimento de uma região.

Hirschman enfatizava o papel das chamadas conexões produtivas – ou “*linkages*” – entre os diversos segmentos da economia. Nesse sentido, o autor argumentava que, para acelerar o desenvolvimento, “as decisões empresariais e as políticas públicas deveriam favorecer as atividades capazes de gerar os maiores números de conexões” (DRUMMOND, 2002, p. 5).

Alguns setores produtivos, ao crescerem, teriam o potencial de impulsionar as atividades ligadas a elas na cadeia de produção. Tais impactos poderiam afetar os setores anteriores a indústria na cadeia – efeito denominado de “*backward linkage effect*” ou conexões “para trás” – ou setores posteriores – “*forward linkage effects*” ou conexões para frente. Na concepção do autor, portanto, uma economia desenvolvida seria aquela formada por uma teia de empreendimentos interdependentes (DRUMMOND, 2002, p. 5).

O autor entende, portanto, que algumas atividades deveriam ser privilegiadas, dado que, devido à natureza de tais atividades, estas teriam maior capacidade de gerar desenvolvimento regional. Acerca desse tópico Drummond (2002, p.5) destaca:

O motivo é que tais atividades geram mais demandas por e mais ofertas para empreendimentos associados, criando efeitos multiplicadores e diversificadores de produção, investimento e emprego. O conceito de desenvolvimento de Hirschman é coerente com a importância dada a essas conexões: uma economia desenvolvida seria aquela formada por uma rede complexa de empreendimentos especializados, distintos e interdependentes, dividida em setores tais como extrativista, agropecuário, comércio, indústria e serviços, com predomínio das duas últimas.

Na teoria de Hirschman, portanto, os planejadores deveriam privilegiar a criação e os incentivos às atividades manufatureiras, dado que estas acabariam por gerar maiores encadeamentos “para trás” e “para frente”, o autor, dessa forma, se mostra contrário à ideia de especialização produtiva em produtos primários por parte dos países subdesenvolvidos (HIRSCHMAN apud CARDOSO, 2018, P. 81):

A superioridade da manufatura a esse respeito é esmagadora. Essa pode ser ainda a mais importante razão militando contra qualquer especialização produtiva dos países subdesenvolvidos na produção de primários.

A obra de Albert Hirschman serve, portanto, como um bom referencial de análise acerca da dinâmica econômica existente em territórios subdesenvolvidos e de que forma o planejamento poderia alterar tal dinâmica a favor de um processo de desenvolvimento.

2.1.3 François Perroux e a teoria dos polos

Outro nome fundamental no debate do desenvolvimento regional é o do teórico francês François Perroux que, assim como os outros dois autores citados, percebia que o fenômeno do crescimento econômico não nascia de maneira homogênea no espaço. Perroux notou que o crescimento se manifestava de maneira mais acelerada em alguns polos mais dinâmicos.

O autor percebeu que uma determinada indústria em uma determinada região teria o potencial de gerar “efeitos de propagação na economia através de preços, fluxos e antecipações” (LIMA; SIMÕES, 2010, p.7). Para a explicação desse fenômeno Perroux lança mão do conceito de complexo de indústrias e destaca seu potencial de impactar a dinâmica regional de crescimento de um determinado território. Segundo o teórico, um complexo de indústrias seria

formado por três elementos: uma Indústria-Motriz, um regime não-concorrencial dentro do complexo e a concentração territorial do complexo.

A Indústria-Motriz seria o elemento mais dinâmico dentro do complexo, sendo caracterizada pelas altas taxas de lucro e alta acumulação de capital. Seria a indústria que, mediante seu crescimento no volume de produção e suas compras tem a capacidade de impulsionar as demais indústrias satélites. É o cerne dinâmico do complexo.

O regime não-concorrencial no complexo é uma condição existente no complexo que visa fomentar e resguardar a produtividade da Indústria-Motriz e das indústrias satélites. A ideia central é a de que o complexo proteja o seu centro dinâmico e busque elevar sua produtividade mantendo-o em uma condição de “acumulação de capital superior àquela que resultaria de uma indústria sujeita a um regime de maior concorrência” (LIMA; SIMÕES, 2010, p.7).

O terceiro elemento que caracteriza o complexo de indústrias é a concentração territorial do complexo, que para Perroux tinha um papel crucial no impacto gerado pelo polo. O autor entendia que a proximidade geográfica das indústrias (motriz e satélites) era fundamental para se gerar economia externas e efeitos de transbordamento.

No aspecto regional Perroux entendia que um polo dinâmico teria o potencial de gerar efeitos de crescimento nas regiões com as quais ele se relaciona. O planejamento teria um papel fundamental em buscar formas de organizar e fomentar os melhores caminhos de propagação dos efeitos benéficos gerados pelos polos de crescimento. Por meios de seus conceitos e do seu impacto nas políticas públicas executadas com base em seus princípios a obra de Perroux se coloca como um referencial fundamental na abordagem do desenvolvimento regional.

2.1.4 Teoria da base de exportações de Douglass North

Em uma perspectiva diferente do que os autores já tratados, encontra-se um outro teórico que também propunha alternativas para o desenvolvimento regional: Douglass North. As propostas deste autor, apesar de não compartilharem a mesma abordagem dos desenvolvimentistas clássicos, apresentam relevância pela influência que suas premissas exercem no cenário contemporâneo nacional.

North foi um importante economista estadunidense, que desenvolveu inúmeros estudos sobre como as organizações políticas, jurídicas e sociais se interligam na geração de crescimento econômico, dessa forma, North se tornou um grande expoente da chamada economia institucional. Outra importante contribuição da obra do economista foram suas

observações acerca do crescimento regional, que se materializaram na sua teoria de base de exportações.

Em seu pensamento, Douglass North, destacava a relevância que tem a produção/exploração de bens exportáveis como forma de dinamizar a economia de regiões mais estagnadas. Dessa forma, North enxergava as atividades exportadoras como semente catalisadora do crescimento econômico.

Surge assim a teoria da base de exportação que propunha para as regiões que visavam o desenvolvimento econômico que fomentassem empresas com foco na exportação de bens. Com implantação dessa base de exportação seriam gerados inúmeros benefícios para a região por meio de efeitos de transbordamento.

As indústrias voltadas para a exportação seriam o primeiro vetor de acumulação de capital e consequentemente reverberaria resultados econômicos para o território como um todo. A partir do crescimento da base exportadora seria expandida, por conseguinte, toda uma economia em torno da primeira, focada na produção para o mercado local. O impacto positivo gerado na região é comentado por North (1977, p. 310):

Na medida em que a base de exportação se torna lucrativa, uma parte dessa renda é reinvestida na sua expansão. Com o crescimento da população e da renda, as poupanças locais aumentam. Tanto estas como o capital reinvestido podem fluir para as indústrias de exportação apenas até certo ponto, e depois o capital acumulado tenderá a fluir para outras atividades. Como foi descrito acima, uma parte irá para a indústria local e para as indústrias subsidiárias da exportação; mas também pode ocorrer que outras partes desse capital se dirijam para as indústrias “sem raízes”, que podem começar a servir apenas à região, mas que podem se expandir de modo a se tornarem indústrias de exportação.

Essa teoria apresenta forte relação com a agricultura, de forma que North apontava em seus trabalhos o papel do setor primário na formação de uma base de exportação visando o desenvolvimento de regiões. Em um artigo denominado “*Agriculture in Regional Economic Growth*” o autor destaca essa relação, como apontado no trecho abaixo:

Neste artigo, argumentarei que a produção bem-sucedida de *commodities* agrícolas (ou, na verdade, mais extrativistas) para venda fora região pode ser e, sob certas condições, tem sido a principal influência indutora do crescimento econômico, do desenvolvimento de economias externas, da urbanização e, eventualmente, desenvolvimento industrial. (NORTH, 1959, p. 944, tradução nossa)

Ao analisarmos as proposições desta teoria percebe-se que esta exerce bastante influência no cenário brasileiro atual. Com o crescimento acelerado e a popularidade do setor

do agronegócio no Brasil, propaga-se a ideia de que o agronegócio brasileiro, nos moldes atuais, seria um setor com capacidade de conduzir o país em uma trajetória de desenvolvimento.

A ideia por trás desse pensamento no Brasil contemporâneo é o de que por meio desse moderno agronegócio o país passaria a melhor se integrar ao mercado global e atrairia investimentos internacionais que auxiliariam no processo de desenvolvimento nacional. E nesse aspecto a teoria de North corrobora com essa noção, como evidenciado no trecho abaixo:

Não são questões de agricultura versus industrialização, mas giram em torno da capacidade de uma região de se integrar nos maiores mercados do mundo por meio de exportações e da estrutura resultante da economia regional que influenciará sua capacidade de alcançar um crescimento sustentado e um padrão diversificado de atividade econômica. (NORTH, 1959, p. 951, tradução nossa)

Essa forma de pensamento passou a protagonizar o planejamento econômico a partir dos anos 1990 - como será abordado no tópico 2.2 - abrindo mão das políticas regionais que tiveram relevância nas décadas anteriores (ARAÚJO, 1999). Nesse sentido, as atividades que já estavam mais integradas ao mercado global – como por exemplo o extrativismo mineral e a produção de commodities agrícolas – ganharam maior atenção.

Entretanto, a ideia que esse modelo de agronegócio – concentrado, com baixo valor agregado e com pouca densidade de mão-de-obra – possa ser o fio condutor do desenvolvimento para o Brasil apresenta inúmeras falhas. Apesar de tal visão ter relevância na ala ligada ao pensamento liberal, esta apresenta problemas que podem ser percebidos, inclusive, na própria obra de North que aponta algumas limitações para sua teoria da base de exportações.

Uma importante limitação discutida pelo autor acerca da sua Teoria da Base de Exportações é sua aplicabilidade em uma região de base exportadora oligopolizada, ou seja, o setor exportador concentrado em poucos agentes. No primeiro artigo que elaborou sobre sua Teoria de base de Exportações – publicado no ano de 1955 – North não aborda esse cenário específico, entretanto, em um artigo posterior (1959) faz algumas ponderações sobre o tema. North passou a afirmar que, o simples crescimento de um setor exportador não levaria automaticamente uma região ao crescimento:

Entretanto, meu argumento original estava incompleto. Mesmo que a expansão de um setor de exportação seja uma condição necessária, para o crescimento regional, ela não é, por si só, suficiente. (NORTH, 1959, p.945, tradução do autor)

A partir desse comentário, North deixa claro que o surgimento de uma base exportadora não iria, por si só, conduzir inequivocamente uma região ao crescimento econômico, dessa

forma, existiriam outras condições a serem satisfeitas para alcançar tal resultado. Considerando uma base de exportação poderiam existir, portanto, duas possibilidades: sob estrutura oligopolizada – com poucos produtores de bens exportáveis – e sob uma estrutura desconcentrada – com muitos agentes produzindo tais bens. Acerca desse cenário o próprio North (1959, p. 946) destacava:

No primeiro caso haveria a tendência de se originar uma distribuição de renda extremamente desigual, com a grande parte da população dedicando a maior parte de sua renda à alimentação e as necessidades simples (muitas das quais podem ser atendidas de maneira autossuficiente). No outro lado extremo da escala de renda, os proprietários das lavouras de tipo extensivo se inclinariam a despende a maior parte de sua renda com bens de consumo de luxo, que seriam importados. Em resumo, existiria pouco encorajamento para atividades econômicas do tipo doméstico. Com uma distribuição de renda mais equitativa, existe demanda para uma grande variedade de bens e serviços, parte dos quais, seria produzida internamente, induzindo assim uma diversificação dos investimentos.

Ao analisarmos o cenário brasileiro, percebemos que existe uma forte dicotomia na produção rural: o agronegócio extensivo e a agricultura familiar. A primeira é intensiva de capital e possui baixa densidade de mão-de-obra (MADEIRA, 2021). A segunda, retém grande parte dos trabalhadores rurais e é baseada na pequena propriedade. Trazendo a Teoria de Base de Exportação para o cenário brasileiro, desprende-se do próprio North que, as regiões lograriam mais sucesso se a base de exportação se reproduzisse em uma estrutura mais distribuída como a da produção familiar. Acerca desse ponto Oliveira e Pereira (2012, p. 28):

O que North argumenta, é que o tipo de especialização ditará o ritmo dos encadeamentos da base exportadora. Produtos de lavoura extensiva gerariam menores encadeamentos, enquanto os produtos de lavouras familiares tendem a gerar encadeamentos mais fortes na região, desenvolvendo centros comerciais e espaços urbano-industriais.

Ainda sobre este tema os autores adicionam:

Na sua concepção, se o produto de exportação for do tipo de lavoura extensiva, relativamente não intensivo em trabalho e apropriado de rendimentos crescentes de escala significativos, o desenvolvimento apresentará um contraste preponderante com o de outra região, onde o produto para exportação pode ser produzido mais eficientemente em propriedades familiares. (OLIVEIRA; PEREIRA, 2012, p. 28)

Fica claro, portanto, que para o próprio North haveria maiores limitações para os cenários oligopolizados, de forma que haveriam algumas restrições no crescimento da região. Em um cenário de produção desconcentrada a renda se propagaria de maneira mais fluida, incentivando o desenvolvimento de outros mercados a produzirem diferentes bens e serviços.

Um outro ponto destacado por North é o de que a base de exportação deve, em algum momento, ser diversificada, ou seja, deve se expandir para outros mercados e outras indústrias.

No caso da base exportadora ficar restrita a alguns poucos produtos ou setores o crescimento seria freado ao longo do tempo, impedindo o desenvolvimento da região. Tal ponto pode ser observado no trecho abaixo:

As regiões que permaneceram vinculadas a uma única *commodity* de exportação quase inevitavelmente não alcançam uma expansão sustentada. Não só haverá uma desaceleração na taxa de crescimento da indústria que afetará negativamente a região, mas o próprio fato de que ela permaneça vinculada a uma única indústria de exportação fará com que a especialização e o desvio de mão de obra sejam limitados fora dessa indústria (NORTH, 1959, p.945).

Portanto, a simples instauração de base de exportação não é condição suficiente para o desenvolvimento de uma região. Ao analisarmos o cenário de uma base de exportações com uma estrutura concentrada, por exemplo, existiriam inúmeras limitações. Tal concentração pode impedir o fluxo circular da renda afetando o crescimento de outras atividades produtivas. Dessa forma, a estrutura oligopolizada pode se tornar um enclave econômico, concentrando renda, e estrangulando o crescimento da região como um todo.

No caso do Brasil, a simplória ideia de que o país teria uma “natural vocação agrícola” e que por meio da integração do agronegócio, nos moldes atuais, com o mercado global poderíamos traçar uma trajetória de desenvolvimento é extremamente frágil. A concepção de que o mercado global funciona por meio da troca entre entes equivalentes que intercambiam mercadorias – que bebe da fonte da teoria das vantagens comparativas ricardiana - acaba por desconsiderar inúmeras variáveis como a deterioração dos termos de troca, relações políticas entre centro-periferia e demais aspectos estruturais.

A agricultura inequivocamente pode desempenhar importante papel na condução de um país ou região em uma trajetória de desenvolvimento. Entretanto, é fundamental que esta atividade se estruture de forma a fomentar o fluxo circular da renda e não como uma atividade concentrada. Dessa forma, com pontos destacados pelo próprio Douglass North, o agronegócio brasileiro concentrador de renda e de baixa densidade de mão-de-obra se mostra ineficiente como uma base de exportação capaz de capitanear o desenvolvimento econômico de uma localidade.

2.1.5 Contribuição do estruturalismo latino-americano: Prebisch e Furtado.

Outra importante contribuição para o debate do desenvolvimento econômico e que se torna um ferramental particularmente especial para a análise do contexto latino-americano são

as teorias propostas pelos teóricos ligados a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal, em especial seus dois principais expoentes: Raul Prebisch e Celso Furtado.

A importância do pensamento estruturalista-cepalino reside justamente no fato de que seus teóricos debruçaram sua análise especificamente para o cenário latino-americano, buscando compreender as especificidades do subdesenvolvimento deste território e de que forma tal subdesenvolvimento está estruturado, como apontado pelo trecho abaixo:

A elaboração de um arcabouço teórico próprio desde a perspectiva de pensadores de origem e vivência latino-americana para a compreensão e proposição de soluções dos problemas latino-americanos alçará a Cepal à fonte e referência teórica indispensável para o entendimento de América Latina. (CARDOSO, p.110)

Acerca dessa importância de que os economistas latino-americanos se responsabilizassem do estudo de seus próprios problemas Prebisch apontava como primordial. Em seu texto clássico que ficou conhecido como “Manifesto latino-americano” ele já destacava tal necessidade:

Mal se poderia pretender, na verdade, que os economistas dos grandes países, mergulhados numa série de problemas próprios, possam dedicar, preferentemente, sua atenção ao estudo dos nossos. Compete, primordialmente, aos próprios economistas latino-americanos o conhecimento da realidade econômica da América Latina. Somente quando se conseguir explicá-la racionalmente e com objetividade científica, será possível alcançar fórmulas eficazes de ação prática. (PREBISCH, 1949, p.54)

Entretanto, apesar das análises destes teóricos direcionarem-se para a América Latina, suas conclusões, de forma alguma, se restringem a esse contexto. Suas contribuições analisam os condicionantes que prendem determinadas nações em condições periféricas.

Um dos principais aspectos que caracterizam o pensamento cepalino é a concepção de que o subdesenvolvimento latino-americano é alicerçado em fatores estruturais. Nessa ótica haveria “o entendimento do subdesenvolvimento não como um estágio atrasado de desenvolvimento, mas como um resultado da subordinação da periferia aos países que originariamente se industrializaram” (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010). Como apontado por Furtado (1979, p. 161):

O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento

Ao analisar o subdesenvolvimento sob a ótica centro-periferia e buscar os condicionantes estruturais do subdesenvolvimento, o pensamento estruturalista segue, portanto,

um caminho completamente antagônico ao proposto pelas análises neoclássicas, que se detinham a análises e teorias endógenas desses fenômenos.

Um dos principais pontos de críticas de Prebisch e Furtado direcionava-se a teoria ricardiana das vantagens comparativas. Sob a perspectiva de Ricardo, as nações por meio do comércio internacional poderiam usufruir equitativamente dos frutos do progresso técnico dos diferentes países, desde que, os mesmos se especializassem na produção de bens em que tivessem vantagens comparativas. Nessa perspectiva, se cada nação se especializasse na produção de bens nos quais detinham “vocação natural” de produzir, poderiam, por meio do comércio, usufruir de maneira equânime dos bens produzidos pelas outras nações.

Nesse sentido, a divisão do trabalho que propõe os países centrais como fornecedores de bens industriais e a periferia fornecedora de bens primários (*commodities* agrícolas e minerais, por exemplo) permitiria às nações periféricas que se beneficiassem do progresso técnico no centro. Entretanto, “Prebisch demonstrar  que tal insistência no modelo primário exportador faria da periferia prisioneira do subdesenvolvimento” (CARDOSO, 2018, p. 111).

No intuito de explicar como esse modelo acaba por estruturar o subdesenvolvimento latino-americano, Prebisch explica aquele que é um dos fen menos que mais caracteriza o pensamento cepalino: a deteriora o dos termos de troca. Com base em uma análise de dados históricos Prebisch mostra que, ao contrário do que era proposto pela teoria das vantagens comparativas, os incrementos tecnológicos gerados no centro não se convertiam em benesses para os países periféricos, ocorrendo na verdade uma altera o nos preços relativos em prej zo aos produtores de bens primários, ocorrendo assim a deteriora o dos termos de trocas entre esses bens.

Para explicar a causa de tal fenômeno Prebisch explica que uma diferença fundamental   que, nos países centrais – produtores de bens industriais - os progressos tecnológicos eram preservados e beneficiavam estes países. Em sentido oposto, nos países periféricos produtores de bens primários, o progresso tecnológico acaba por beneficiar, não os produtores destes bens e sim os consumidores por meio do barateamento destes produtos no mercado internacional. (PREBISCH, 1949)

Sobre tal fenômeno Furtado (apud CARDOSO, 2018, p. 135) comenta que, portanto, seria possível “conceber a hipótese de crescimento sem desenvolvimento no caso de uma economia dependente, na qual todos os benefícios do progresso técnico do setor exportador fossem retidos no exterior. ”

Prebisch comenta ainda que a deteriora o se baseia em uma diferença na elasticidade-renda das importa es entre os países centrais e periféricos. Desta forma, o aumento da renda

em um país central não geraria um expressivo aumento nas importações de bens primários, de forma que este tipo de produto já apresenta um “grau de saciedade bem estabelecido” (CARDOSO, 2018, p. 112.). Entretanto, no caso dos países periféricos, um aumento de renda geraria um aumento de maior expressão nas importações de bens industrializados, beneficiando majoritariamente os países centrais.

Prebisch destaca que o aumento da produtividade nos países centrais acarreta além de aumento da massa lucros, mas também no aumento da massa salarial, visto que nestes países centrais a organização da classe trabalhadora tende a possuir maior poder de barganha. Em momentos de retração econômica, tais características dos países centrais permitiriam que os salários caíssem em um ritmo mais baixo que a queda na atividade econômica.

No caso dos países periféricos, em períodos de crescimento haveria um aumento nas taxas de lucro, entretanto os salários tenderiam a sofrer pouca ou nenhuma alteração. Isso ocorreria pela existência um massivo exército industrial de reserva que permitiria, na periferia, uma maior compressão dos salários:

A desorganização característica das massas operárias na produção primária, especialmente na agricultura dos países da periferia, impede-lhes de conseguir aumentos de salários comparáveis aos alcançados nos países industriais, ou de conservá-los com a mesma efetividade. A compressão das remunerações - sejam benefícios, sejam salários - é, pois, menos difícil na periferia. (PREBISCH, 1949, p. 59)

Já em momentos de contração, a periferia acabaria tendo de absorver todos os impactos não-sofridos pelas nações centrais. Os salários tenderiam a se retrair – devido à grande oferta de mão-de-obra na periferia – frente a queda nas receitas do setor primário. Nesse sentido Prebisch (1949, p. 59) destaca essa relação de fragilidade/subordinação da periferia frente às nações centrais:

A pressão se desloca então para a periferia com maior força que a naturalmente exercível caso não fossem rígidos os salários e os benefícios no centro, em virtude das limitações da concorrência. Assim, tanto menos possam comprimir-se as remunerações, no centro, tanto mais terão que fazê-lo na periferia.

Tanto Furtado como Prebisch destacavam a necessidade do desenvolvimento de capacidades produtivas nas nações periféricas, de forma a diminuir a fragilidade da estrutura econômica destes países, tornando-os menos reféns das dinâmicas externas. Nesse sentido o comércio internacional poderia auxiliar na perspectiva de adquirir bens os quais as nações periféricas ainda não fossem capazes de produzir, mas que pudessem auxiliar no desenvolvimento destas capacidades produtivas. Sobre isso Prebisch destacava:

A solução não está em crescer à custa do comércio exterior e, sim, em saber extrair, de um comércio exterior cada vez maior, os elementos propulsores do desenvolvimento econômico (PREBISCH, 1949, p. 49)

Nessa mesma ótica Furtado (1979, p.167) destacava que o algum avanço seria alcançado pelas regiões subdesenvolvidas quando estas conseguissem paulatinamente capacidades para produções de bens mais complexos que pudessem contribuir no desenvolvimento econômico:

A fase superior do subdesenvolvimento é alcançada quando se diversifica o núcleo industrial e este se capacita para produzir parte dos equipamentos requeridos para que se efetue o desenvolvimento.

Para escapar dessa estrutura que aprisiona estas nações periféricas em situação de subdesenvolvimento torna-se necessário o planejamento estatal. Apenas por meio deste torna-se possível escapar das armadilhas colocadas pelas condições impostas a periferia capitalista. Cardoso (2018, p.127) aponta que, para estes teóricos, reformas no sentido do aumento da complexidade produtiva, e redução de dependência do mercado externo são defendidas:

Algumas dessas reformas são diretamente relativas à reconfiguração das pautas de importação e também de exportação da periferia - portanto, complexificação da matriz produtiva. A requalificação do padrão de inserção externa acaba tornando o país mais apto a enfrentar as restrições externas que lhe implicavam dificuldades de aproveitamento dos esperados efeitos positivos ao desenvolvimento do progresso técnico.

Em suma, diversas características alicerçam o subdesenvolvimento dos países latino-americanos. Para Furtado e Prebisch, somente adentrando no âmago das estruturas do subdesenvolvimento, torna-se possível chegar em propostas realmente efetivas no sentido de reverter esse quadro periférico latino-americano.

De maneira geral, todos os autores trabalhados no presente tópico oferecem uma ótica sobre como se deve desenrolar o processo de desenvolvimento regional. Apesar de apresentarem diferentes perspectivas sobre o tema, tais divergências permitem uma maior riqueza na análise de um determinado fenômeno.

No caso dos três primeiros teóricos trabalhados o enfoque maior reside na necessidade de estimular determinados setores que ofereceriam maiores efeitos em cadeia que beneficiariam o território. Tanto Perroux - que defendia a construção de um polo industrial em torno de uma indústria motriz – quanto Hirschman – com a busca de conexões produtivas fortes “para trás” e “para frente” – entendiam a necessidade do estímulo a atividades econômicas que propagassem benefícios para os demais setores. Tais premissas também podem ser observadas na causalção circular cumulativa de Myrdal.

Em um campo diferente Douglass North, defende em sua teoria a formação de uma base de exportação como elemento indutor do desenvolvimento. Nessa perspectiva, North entende que mesmo um setor voltado a produção de bens primários poderia ser capaz de capitanear o desenvolvimento regional. Enquanto Hirschman ressaltava a atividade manufatureira como a mais capaz de gerar encadeamentos forte para frente e para trás, Douglass North entendia que mesmo a exportação de *commodities* agrícolas poderia ser uma indústria a alicerçar o desenvolvimento regional.

Por fim, Prebisch e Furtado, representando o estruturalismo latino-americano, destacam a existência de elementos estruturais no subdesenvolvimento. Tais autores se mostram bastante críticos a especialização na produção de bens primários, apontando que a tendência de deterioração dos termos de troca aprisiona determinadas nações na periferia do capitalismo mundial.

As diferentes perspectivas apresentadas, portanto, permitem observar o fenômeno do avanço da sojicultura na microrregião de Chapadinha sob diversas óticas. O contraste entre a realidade observada pela presente pesquisa e as propostas teóricas destes autores servem, nesse sentido, para analisar qual destas visões apresentam maior aderência com a realidade da microrregião de Chapadinha.

2.2 A Questão Regional no Brasil

O estudo da questão regional se torna particularmente importante em países como o Brasil por ter grande dimensão territorial e apresentar grandes desigualdades de renda. A temática do desenvolvimento regional no debate público nacional já teve maior relevância, especialmente a partir de meados do século XX, onde o debate sobre as disparidades de renda entre a região Centro-Sul e as demais regiões do Brasil levaram a formação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN).

O estudo intitulado “Uma política de Desenvolvimento para o Nordeste” (GTDN, 1959) – liderado por Celso Furtado – realiza um diagnóstico sobre a desigualdade regional entre o Nordeste e o Centro-Sul e visa apontar as causas desta disparidade. Tal estudo foi alicerce para a formação das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia (SUDENE e SUDAM). Sobre esse período Monteiro Neto (2005, p. 119) comenta:

Tornaram-se perigosamente inaceitáveis os desníveis regionais de desenvolvimento que tinham se estabelecido até aquele momento para o conjunto da federação brasileira, reclamou Furtado à época. Urgia, pois, efetivar esforços para que as regiões à margem do processo de modernização produtiva passassem por um processo de revitalização econômica. Em início da década de 60 foi criada a Superintendência para Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e anos depois, em 1966, foi a vez da Superintendência para Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), instituições que se constituíram nos esforços mais evidentes da intervenção compensatória do Estado brasileiro para remediar as disparidades que a acelerada modernização da economia da região Centro-Sul impunha.

Entretanto, foi apenas na década de 1970 – com os I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento – que ocorreram os massivos investimentos em mega-projetos que visavam a desconcentração dos investimentos no sudeste Brasileiro. Tal período foi de grande relevância para o debate da dinâmica regional no território brasileiro pois essas medidas “impulsionavam uma ‘modesta desconcentração regional’ ao estimularem a ampliação de bases produtivas fora do foco dinâmico do sudeste” (ARAÚJO, 1999, p.13). O trecho abaixo destaca a importância dos PNDs para a questão regional brasileira:

Foi somente na década de 1970, quando os governos militares implementaram o I e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), com elevados montantes de investimento nas regiões periféricas de modo a integrar – e espalhar ao mesmo tempo – as cadeias industriais brasileiras, as inversões realizadas em plantas industriais transformadoras de recursos naturais (minerais, petróleo, química etc) e os incentivos fiscais e financeiros à transferência de indústrias produtoras de não-duráveis, que as políticas tiveram claro objetivo de contribuir para a consolidação do potencial industrial instalado no país [...] De fato, as bases para que um radical bloco de investimentos nas regiões periféricas alterasse o perfil concentrado da distribuição espacial da atividade produtiva, foram solidificadas durante a gestão do II Plano nacional de desenvolvimento. (MONTEIRO NETO, 2005, p. 119)

Vale destacar que as ideias desenvolvimentistas que afloraram no contexto mundial mais fortemente nas décadas de 50 e 60 – como por exemplo a Teoria dos Polos de Perroux – foram importantes influências para os projetos executados durante os PNDs (LIMA; SIMÕES, 2010). A busca por implantar mega-projetos em áreas menos dinâmicas do espaço nacional, visando o desenvolvimento dessas regiões, por exemplo, se assemelha a concepção de indústria motriz e indústrias satélites de Perroux, e da busca por conexões produtivas de Hirschman.

Entretanto, a crise da dívida oriunda do choque internacional dos juros marcava o fim deste período mais prolífico para redução das desigualdades regionais. A partir da década de 80 a crise da dívida passa a ser enfrentada com um forte ajuste pautado por diretrizes do FMI. Ocorre um forte estímulo às exportações de forma a gerar superávits na balança comercial visando a obtenção de dólares para pagar os credores da crescente dívida pública nacional (ARAÚJO, 1999).

A abertura financeira e comercial que ocorre já nos anos 90 foi fator marcante para desestruturar a indústria nacional, de forma que agentes internacionais passaram a ocupar o mercado brasileiro tomando espaço das empresas locais. Consequentemente, as empresas brasileiras sobreviventes a essa repentina competitividade foram aquelas que já eram mais dinâmicas e integradas ao mercado internacional. As indústrias em situações mais frágeis e ainda em desenvolvimento sofreram forte impacto e foram sendo destruídas.

Com o Plano Real e a consequente paridade entre real e dólar, as importações tiveram um aumento de forma a aumentar ainda mais o déficit brasileiro. Na busca por mais capital externo, o governo eleva a taxa de juros a patamares bastante altos aumentando ainda mais a dívida pública. Dessa forma, o rentismo seria favorecido em detrimento do produtivismo (ARAÚJO, 1999).

Nesse contexto, nenhuma importância era dada a problemática regional, de forma que as atividades que eram priorizadas eram aquelas que já eram mais produtivas conectadas ao mercado internacional. Dessa forma, as empresas dos centros mais dinâmicos – Sudeste – eram as mais favorecidas e as que tinham melhores condições de fazer frente a entrada dos agentes internacionais no mercado brasileiro. A frágil indústria - que ainda carecia de maiores estímulos – das regiões periféricas foi a principal vítima da abertura comercial.

A opção por inserir as empresas que já eram mais dinâmicas no mercado internacional ao invés de integrar o mercado nacional trouxe inúmeras consequências. Esse foi um período marcado por forte desnacionalização do parque produtivo, e por expansão da desigualdade intra-regional – com a priorização de algumas “ilhas dinâmicas” dentro de cada macrorregião. Araújo (1999, p. 16) aponta as mudanças nas políticas regionais e as opções feitas durante a década de 90:

No Brasil dos anos 90, tende-se a romper o padrão dominante nas décadas anteriores, em que a prioridade era dada à montagem de uma base econômica que operava essencialmente no espaço nacional — embora fortemente penetrada por agentes econômicos transnacionais — e que ia lentamente desconcentrando atividades para espaços periféricos do país. O Estado Nacional desempenhava um papel ativo nesse processo, tanto por suas políticas explicitamente regionais, como por suas políticas ditas de corte setorial-nacional, como pela ação de suas estatais, como se viu anteriormente.

A autora ainda completa (1999, p.16):

Nos anos recentes, as decisões dominantes tendem a ser as do setor privado, dada a crise do Estado e as novas orientações governamentais, ao lado da evidente indefinição e atomização que têm marcado a política de desenvolvimento regional no Brasil [...] a interrupção do movimento de desconcentração do desenvolvimento na direção das regiões menos desenvolvidas, enquanto há um reforço ao dinamismo dos espaços econômicos mais competitivos — como recomenda a opção pela prioridade à integração competitiva no mercado em globalização acelerada.

Com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da república em 2003, a política regional parecia que trilharia caminho diferente do ocorrido na década de 1990. A recriação das superintendências de desenvolvimento (SUDENE, SUDAM e SUDECO) extintas no período anterior e a escolha de nomes relevantes como o da Prof. Tânia Bacelar de Araújo para dirigir a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional eram indicativos dessa mudança de trajetória (COELHO, 2017).

Ainda no ano de 2003 foi apresentada uma proposta de Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, entretanto, esta só veio a ser oficializada anos depois por meio do Decreto 6.047/2007. A PNDR apresentou uma perspectiva multiescalar, que se atentava tanto as macrorregiões (Norte, Nordeste) mas que também lançava olhos sobre recortes territoriais específicos que careciam de atenções especiais. Dessa forma, o governo Lula inegavelmente “recolocou a questão do desenvolvimento regional na pauta de discussão do governo federal” (COELHO, 2017, p.77).

Entretanto, havia vulnerabilidades na PNDR que minaram o potencial das políticas propostas. Um destes pontos fracos, apontado por Coelho (2017) foi a falta de articulação dessa política nacional com um Projeto Nacional de Desenvolvimento, ou seja, a PNDR não estava ligada a um projeto mais amplo de desenvolvimento nacional. Outro ponto crucial para o baixo alcance das políticas regionais explícitas durante o governo Lula foi a pouca conexão entre os fundos constitucionais (FNE, FNO e FCO) e dos fundos de desenvolvimento regional (FDNE e FDA) com a estratégia proposta pela PNDR.

Apesar destes aspectos negativos e do baixo alcance das políticas regionais explícitas no governo Lula, o período apresentou uma convergência de renda entre as macrorregiões brasileiras. O crescimento mais acelerado das regiões mais pobres, entretanto, não foi resultado das políticas regionais como comentado no trecho abaixo:

É desnecessário insistir no fato de que a política regional permaneceu em segundo plano durante o governo Lula. Em síntese, entre 2003 e 2010, a PNDR seguiu como uma política sem instrumentos, restringindo-se às poucas dotações do Orçamento Geral da União. Nesse cenário, seria natural pensar que as desigualdades regionais brasileiras foram ampliadas no período. O que se assistiu, porém, foi mesmo a uma discreta convergência de renda entre as tradicionais regiões periféricas – Norte, Nordeste e, em menor medida, Centro-Oeste – e as regiões tipicamente mais desenvolvidas, Sul e Sudeste. Com efeito, se houve um esforço de redução das desigualdades regionais do país, esse esforço não foi viabilizado pela PNDR (Coelho, 2017, p. 91 e 92).

Monteiro Neto (2017, p.208) ao analisar o período aponta a importância para outras políticas como as setoriais (PAC) e as políticas sociais (Programa Bolsa-Família e Benefício de

Prestação continuada) “que se tornou superior ao financiamento do empreendimento produtivo da política regional e até mesmo rivalizou com o crédito ao investimento do próprio BNDES”. Nesse sentido, Coêlho (2017, p. 90) completa:

Essa melhoria nos indicadores regionais de produção e emprego decorreu predominantemente de políticas macroeconômicas (aumento do salário mínimo e expansão do crédito para investimento e consumo) e de políticas setoriais (PAC) e sociais (PBF, Previdência Rural), que beneficiaram assimetricamente as regiões mais atrasadas. Em outras palavras, essas políticas regionais implícitas responderam pelo desempenho superior das regiões mais pobres do país durante o governo Lula,-pelo-menos em termos de geração de emprego e renda.

Durante o Governo Dilma, foi dada continuidade aos projetos de seu antecessor com especial atenção ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. A convergência de renda prosseguiu até o país enfrentar um cenário de crise econômica e política que freou os avanços dos anos anteriores.

O período pós-governo Dilma se mostrou de cunho altamente liberalizante onde o papel do Estado é fortemente condenado. Em um cenário como esse, as políticas regionais são deixadas completamente de lado, as desigualdades tendem a aumentar e as populações das regiões mais vulneráveis tendem a ser as mais impactadas.

3 FORMAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DO MARANHÃO: UMA BREVE INCURSÃO HISTÓRICA

Para a compreensão de um recorte territorial como o de uma microrregião, é fundamental o entendimento de que tal recorte se insere em uma dinâmica maior e que isso, em algum grau, determina os condicionantes da trajetória econômica local. Dessa forma, somente compreendendo de que forma as dinâmicas macroeconômicas interagem com o território em questão é possível entender de maneira mais clara o objeto de estudo. No caso da microrregião de Chapadinha-MA, é fundamental que a entendamos como uma região periférica do capitalismo mundial e nacional.

Nesse sentido, o presente capítulo busca trazer uma perspectiva histórica da formação econômica do estado do Maranhão, apontando as principais atividades produtivas praticadas no estado e de que forma estas estavam articuladas com o mercado nacional e mundial. Esse resgate torna-se fundamental visto que estas atividades marcaram e moldaram a estrutura socioeconômica do estado do Maranhão.

O capítulo está dividido em três seções. A primeira busca apresentar os primeiros anos do domínio colonial português e a inserção do Maranhão na dinâmica internacional do comércio com a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. A segunda seção analisa de que forma o Maranhão se colocou na divisão nacional do trabalho, frente ao cerne dinâmico do capitalismo nacional: São Paulo. Por fim, a terceira seção aborda o novo redirecionamento internacional da economia maranhense, comentando os grandes projetos voltados a produção de *commodities* minerais e agrícolas.

3.1 Inserção do Maranhão na dinâmica internacional do comércio

A implantação por Portugal de um império colonial a partir do século XVI ultrapassava os limites da coroa de acompanhar e ocupar adequadamente os territórios por ela dominados. Nesse sentido, algumas regiões do império português ficaram, em um primeiro momento, à margem do processo central de ocupação e exploração. Acerca desse contexto, Arcangeli (1987, p. 92) comenta:

A fase da “conquista e povoamento inicial” encontra o Maranhão ainda apenas indiretamente articulado ao processo global de acumulação primitiva, engendrado

pela necessidade de acumulação do capitalismo nascente na Europa. [...] nesta fase a produção de valor alimentadora da Metrópole ainda não se concretiza no Maranhão.

As limitações citadas acima influenciariam a maneira pela qual o império português colonizaria seu território. Por não conseguirem abranger todo o território colonial era necessário dar preferência por algumas áreas, portanto, a opção inicial foi a prioridade em áreas que, de alguma forma, “era habitada por povos cuja estrutura econômico-social já permitia a produção de bens de alto valor no mercado europeu” (PINHEIRO GOMES, 1981, p.11).

Atenção maior foi dada para o território maranhense após a invasão francesa e sua posterior expulsão, no intuito de reforçar os domínios da coroa portuguesa sobre a área. Dentre as medidas tomadas pós-invasão francesa, a coroa portuguesa criou no início do século XVII o estado do Maranhão com capital em São Luís, desmembrando-o do Brasil (com sede em Salvador). Segundo Pinheiro Gomes (1981, p.12), tal medida induziu “a falsa crença de que a partir de então houvesse determinação efetivada de ocupar economicamente o norte do Brasil”. O que se percebeu, na verdade, foram escassas ações por parte da coroa portuguesa visando integrar esse território à sua dinâmica econômica no século XVII.

Apesar da pouca atenção citada, o povoamento do Maranhão somado à alguma atividade econômica começam a se organizar no século XVII por meio dos Jesuítas que se dedicaram à criação de gado e ao cultivo da cana-de-açúcar com uso da mão-de-obra indígena. Vale destacar ainda a vinda de algumas dezenas de casais açorianos que vieram para o território maranhense no intuito de fomentar alguma atividade econômica. (PINHEIRO GOMES, 1981)

Outros colonizadores que atuavam no Maranhão se dedicaram à atividade de caça de indígenas e posterior venda dessa mão-de-obra escravizada para regiões já primário-exportadoras no Nordeste – dedicadas ao cultivo da cana-de-açúcar. A utilização da mão-de-obra indígena, posteriormente, deixaria de ser relevante com a ascensão do tráfico negreiro (ARCANGELI, 1987).

Apesar da atividade canavieira ter se expandido fortemente em outras regiões, esta não alcançou inicialmente a mesma relevância no Maranhão. Dessa forma, a atividade econômica maranhense evoluiu de maneira precária no século XVII e mesmo com a criação da primeira companhia de comércio do Maranhão e Grão-Pará (1682) a economia do território de desenvolveu de forma débil nesse primeiro momento. Entretanto, o século seguinte marcaria a real inserção do Maranhão na dinâmica mundial do comércio, acerca desse tópico Arcangeli (1987, p. 94) aponta:

O povoamento inicial, portanto, sustentou-se na caça e comercialização do índio e nas atividades de subsistência, dadas as dificuldades de assentamento da produção mercantil neste segmento da colônia. Estas duas atividades tiveram como resultado o afastamento dos índios mais hostis em grandes áreas, o desmatamento destas últimas e a acumulação de trabalhadores escravos; criavam-se, assim, as condições para que mais tarde o Maranhão pudesse integrar-se à atividade econômica das províncias primário-exportadoras.

Até meados do século XVII a situação dos dois estados que compunham a colônia portuguesa na América – Brasil e Maranhão e Grão-Pará - eram divergentes. O Brasil já tinha maior inserção no comércio internacional por meio do açúcar e do tabaco, enquanto “à essa fatura contrastava a penúria da produção do Maranhão e Grão-Pará” (VIVEIROS, 1954a, p. 68).

A situação passa a se alterar com a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão no ano de 1755, através do Marquês de Pombal. Por meio desta, a coroa portuguesa seguiria exercendo o monopólio mercantil, entretanto, a Companhia facilitaria o suprimento de mão-de-obra (negros escravizados), insumos agrícolas, além de crédito para a produção (PINHEIRO GOMES, 1981). Essa nova conjuntura alterou a dinâmica econômica do estado oferecendo condições para acelerar o processo de acumulação. Acerca dessa atuação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão Arcangeli (1987, p. 94) comenta:

A Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão encarregava-se de estabelecer e generalizar a escravidão no Maranhão e de sistematizar a cultura do algodão e do arroz, financiando sementes, escravos negros, ferramentas e equipamentos de beneficiamento da produção, proporcionando, portanto à província, até então não produtora de mercadorias, o capital-dinheiro necessário à geração interna de valor.

A Companhia de Comércio, portanto, criou as condições para o avanço do capital mercantil pelo território maranhense e três produtos passaram a se destacar a partir de então: o algodão, o arroz e o couro. Estas produções reproduziam o modelo agrário-exportador existente em outras regiões coloniais portuguesas, como o Nordeste açucareiro (baseado na grande propriedade e no trabalho escravo). Entretanto, o algodão maranhense teria um grande avanço frente ao açúcar nas décadas finais do século XVIII e início do século XIX por conta do contexto internacional, alçando a província maranhense a um patamar bastante relevante na colônia portuguesa.

O cenário internacional que transformou a economia maranhense naquele período diz respeito ao avanço da revolução industrial na Inglaterra. O cerne dinâmico de acumulação da revolução industrial era o setor têxtil que, por sua vez, demandava grandes quantidades de fibra de algodão. Os fornecedores tradicionais desta matéria-prima para a Inglaterra eram os Estados Unidos da América, entretanto, no final do século XVIII o país passava por sua guerra de

independência, comprometendo o fornecimento do algodão (ARCANGELI 1987; PINHEIRO GOMES, 1981). Soma-se a essa conjuntura a revolução francesa, as guerras napoleônicas e o bloqueio continental e suas repercussões no comércio internacional (FURTADO, 2005).

Nessa conjuntura, o algodão maranhense passa a ter uma grande demanda no mercado internacional e “se consolida como grande fornecedor desta matéria-prima da revolução industrial inglesa” (MESQUITA, p. 20, 2011). As exportações maranhenses alçaram patamares nunca alcançados até então e a economia local consolida sua inserção no comércio internacional por meio do modelo agrário-exportador.

A produção maranhense encontrou, assim, condições altamente propícias para desenvolver-se e capitalizar-se adequadamente. A pequena colônia, em cujo porto entravam um ou dois navios por ano e cujos habitantes dependiam do trabalho de algum índio escravo para sobreviver, conheceu excepcional prosperidade no fim da época colonial, recebendo em seu porto de cem a 150 navios por ano e chegando a exportar 1 milhão de libras (FURTADO, 2005, p.92)

O período que vai das décadas finais do século XVIII até as décadas iniciais do século XIX é visto como período de áureo da província (MESQUITA, 2011; VIVEIROS, 1954a) onde economia maranhense se transforma e São Luís se consolida como uma das principais cidades da colônia portuguesa. Nesse período, com a bonança de alguns setores da sociedade e, especialmente com a abertura dos portos (1808), os hábitos de consumo da elite local vão se alterando, como aponta Viveiros (1954a, p. 128):

[...] gastávamos, portanto, nossas reservas no conforto e no luxo, a que nos íamos habituando com o convívio dos ingleses e franceses[...] Mas apesar desta falta de senso econômico, é bem de ver a prosperidade que então bafejou o Maranhão[...] foi a idade de ouro da lavoura maranhense. ”

Celso Furtado, em sua clássica obra *Formação Econômica do Brasil*, aponta esse período como “a falsa euforia do fim da época colonial”. Furtado afirma que existia um otimismo exacerbado pois “essa prosperidade era precária, fundando-se nas condições de anormalidade que prevaleciam no mercado mundial” (FURTADO, 2005, p.93). Dessa forma, ao retornarem as condições normais de mercado, a atividade econômica não sustentaria o ritmo existente à época.

Esse primeiro ciclo do algodão começa a se exaurir – como afirmou Furtado – com a volta dos Estados Unidos ao fornecimento de algodão para o comércio internacional. Acerca deste momento Arcangeli (1987, p.97) comenta:

A produção americana, de elevada produtividade devida a condições favoráveis de clima, solo e localização, destruiu a competitividade do algodão maranhense nos mercados internacionais, uma vez que podia oferecer este produto a preços menores, devido também a introdução de progresso técnico nos processos de beneficiamento.

A cotonicultura, perdurou como uma atividade altamente relevante na economia por todo século XIX, mesmo após a queda de competitividade do algodão maranhense. Entretanto a mão-de-obra foi se tornando um problema cada vez maior para os produtores de algodão no Maranhão. Os custos associados à mão-de-obra escrava passaram a impactar cada vez mais na produção. Dessa forma, a “produção veio a ter um fortíssimo freio com a proibição imperial inglesa do tráfico de escravos, em 1850” (PINHEIRO GOMES, 1981, p.18) e o Maranhão passa a perder mão-de-obra para a economia do café que crescia no centro-sul do país.

Um segundo ciclo – ou segunda euforia – aconteceria com o advento da guerra civil americana (1861-1865) que novamente impactaria as exportações americanas tornando o algodão maranhense novamente competitivo. Entretanto este segundo momento, apesar de gerar alguma recuperação, não alcançou os mesmos resultados do primeiro ciclo.

Com a abolição da escravidão em 1888 a economia algodoeira sofre um duro golpe por não ter se modernizado com foco no aumento da produtividade – sendo inclusive denominada de “cultura dos pobres”- nem ter conseguido incorporar mão-de-obra livre como o café do sul do Brasil (CANO, 1985). Dessa forma, o algodão perde relevância na economia maranhense, no entanto, sem nunca ter sua produção cessada.

Ainda sobre o período dos séculos XVII e XVIII destaca-se outra cultura na economia maranhense: o arroz. Assim como o algodão, o arroz se beneficiou da atuação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão que, após sua criação ajudou a sistematizar a rizicultura no Maranhão.

A desarticulação das exportações americanas com sua guerra de independência também gerou uma expansão nas exportações do arroz maranhense. A Inglaterra que era o centro da revolução industrial nesse período, demandava alimentos baratos na lógica de acelerar o processo de acumulação de capital, dessa forma, “o arroz produzido no Maranhão durante o surto primário-exportador tornara-se produto de grande procura internacional” (ARCANGELI, 1987). O arroz, que também se reproduzia sob o regime de latifúndio e mão-de-obra escrava, sofre as mesmas consequências de queda de competitividade frente ao mercado internacional, tem queda na produção e se volta para o consumo interno.

A partir da Abolição da escravatura (1888) a atividade econômica no Maranhão encontra inúmeros problemas, especialmente, no que diz respeito a ausência de mão-de-obra e sua estrutura de propriedade concentrada. Dada a conjuntura, nacional e internacional ocorre um processo de desarticulação da grande propriedade como um vetor dinâmico de acumulação:

Não havia viabilidade para a manutenção da organização produtiva baseada na grande propriedade, dada a inexistência de uma força de trabalho passível de ser explorada

nas formas exigidas pelo nível de acumulação local de capitais e a própria inexistência de capitais que haviam fugido da cotonicultura maranhense. (ARCANGELI, 1987, p.99)

Como apontado por Cano (1985) os estados da região Nordeste tiveram problemas para estabelecer relações capitalistas – diferentemente do que ocorreu em São Paulo – e de estabelecer um mercado de trabalho livre que mantivesse a dinamicidade de sua produção. Em contraste com o Maranhão, a cafeicultura paulista se beneficiou dos fluxos de migrantes vindos da Europa, que não apenas livrou São Paulo da dependência de mão-de-obra escrava, mas também deu os alicerces para a construção de um mercado consumidor urbano na região. Sobre isso Cano (1985, p.61) comenta:

A imigração não apenas resolveu o problema de mão-de-obra para o café, rompendo com as amarras da acumulação; mais que isso, “libertou”, da escravidão, o capital. Criou mercado de trabalho com oferta abundante, tanto para o café quanto para o segmento urbano da economia. E mais, ampliou consideravelmente o mercado de bens de consumo corrente, aumentando as oportunidades de inversão em São Paulo.

Pinheiro Gomes (1981, p.22 e 23) comenta sobre essa diferença:

Se, por um lado, o Sul se acautelara contra a escassez do braço escravo com estímulo à imigração europeia, favorecida pelo processo de modernização econômica liberador de mão-de-obra do velho continente, o Maranhão, a despeito de ter sido o problema migratório objeto de interesse público, não conseguia, por motivos de ordem climática e econômica, beneficiar-se daquele fluxo.

Soma-se a esse contexto as perdas migratórias do Maranhão oriundas da atratividade do ciclo amazônico da borracha. Tal fenômeno avolumou a carência de mão-de-obra no estado. Esse cenário condicionou a dinâmica maranhense da última década do século XIX até meados do século XX. Por conta disso, “não restou outra alternativa à economia maranhense que não a regressão à subsistência” (ARCANGELI, 1987, p.99).

Escravos libertos passaram a ocupar diversas terras livres e iniciar cultivo de suas roças. Em outros casos, terras foram abandonadas e divididas entre ex-escravos que iniciavam pequenas lavouras. Ainda houve situações onde os escravos permaneciam nas grandes propriedades como arrendatários ou foreiros e se dedicavam a pequena produção (AMARAL FILHO, 1990). Configuram-se novas formas de ocupação de terras e surgem as figuras dos meeiros e moradores de condição que dividiam a produção de suas lavouras com os proprietários de terras.

É válido lembrar que o cultivo de subsistência baseado na pequena lavoura já existia como atividade periférica mesmo na época da chamada “euforia” primário-exportadora. No

período áureo da cotonicultura, as atividades de lavouras de subsistência eram exercidas, especialmente pelos escravos e por vaqueiros que “reduziam seus custos de manutenção na fazenda com as roças de subsistência” (ARCANGELI, 1987, p. 99).

Entretanto, nesta nova fase a relevância dessa atividade cresce com a decadência da grande produção voltada para o mercado externo. Nesse novo arranjo da agricultura maranhense, a pequena produção voltada para subsistência e que também gerava algum excedente, assume um novo papel. A lavoura de subsistência – também nomeada como “agricultura familiar”, por se reproduzir em grande parte sobre uma estrutura familiar – passa então a ser uma atividade expressiva na economia maranhense, situação essa que se mantém até a década de 70 do século XX.

É importante destacar que, apesar da perda de relevância, a cultura do algodão e do açúcar não desaparecem do território maranhense. Como seria observado, as indústrias têxteis e os engenhos que surgem nesse período passariam a demandar matéria-prima e, portanto, ainda dariam relevância para esses segmentos da agricultura local.

Este período de “involução econômica” é marcado também pela ascensão comercial de outro produto no Maranhão: o babaçu. A utilização do babaçu antes do século XX era voltada para o autoconsumo, em suas várias utilidades incluindo o uso alimentício (óleo e leite). Entretanto, a partir da Primeira Guerra Mundial, a amêndoa do babaçu passa a atrair atenção do mercado internacional – inicialmente o interesse veio por parte da Alemanha (AMARAL FILHO, 1990).

A partir desse ponto o babaçu passa a atrair atenção dos “produtores rurais, proprietários de terra e do capital comercial e industrial” (AMARAL FILHO, 1990, p.28). Entretanto, nesse período, a hegemonia no estado era exercida pelo capital comercial que se articula rapidamente para se beneficiar do interesse internacional no babaçu. Dessa forma, por meio dos sistemas de “aviamento” estabelece-se uma cadeia de compra com os produtores e proprietários de terra, passando por intermediários que visavam canalizar a venda para as “casas de exportação” que representavam o capital mercantil maranhense.

As exportações do babaçu serviram, nesse primeiro momento, como uma forma de minimizar o desempenho negativo da economia maranhense. Entretanto, é importante destacar que o babaçu, de maneira alguma, conseguiria replicar o ritmo ditado anteriormente pelo algodão durante seu apogeu.

Entretanto, vale dizer que a ascensão dessa mercadoria não teve capacidade de recompor, de forma completa, a dinâmica de acumulação, que havia no auge da produção de algodão e até mesmo do açúcar [...] ele [o babaçu] não teve forças suficientes para fazer gerar um grupo social próprio que tivesse peso dentro do jogo

de forças do Estado, a exemplo do que ocorreu com o algodão e o açúcar (AMARAL FILHO, 1990, p.30).

Dessa forma, o período que vai da última década do século XIX, até os anos 30 do século XX, apesar de representar inserção do Babaçu como produto relevante na economia local, é principalmente marcada pela decadência do modelo “plantation” exercidos pelo algodão e pelo açúcar e pelo aumento da relevância da agricultura de subsistência. MESQUITA (2011, p.21) assim resume essa fase:

Esta fase se caracteriza pela desarticulação da grande propriedade fornecedora de algodão e cana-de-açúcar e pela ascensão da agricultura de subsistência e do extrativismo. Ou seja, troca-se o trabalho escravo pelo “trabalho livre” dos moradores de condição (caboclos) das grandes propriedades então dedicados a monoculturas e, secundariamente, à pecuária ultraextensiva. A economia de subsistência voltada para o autoabastecimento e a venda de excedente ganha uma dimensão que não tinha antes, ou, se tinha, era ofuscada pela atividade exportadora.

3.2 Maranhão na divisão nacional do trabalho

O processo de avanço econômico do estado de São Paulo no último quartil do século XIX prosseguiu nas primeiras décadas do século XX. Eventos como a primeira guerra mundial – e a consequente restrição do comércio internacional – beneficiaram ainda mais a economia paulista que naquele momento já possuía a indústria e a agricultura mais diversificada (CANO, 1985). Na década de 20, sendo o estado de maior vetor dinâmico de acumulação, São Paulo aprofundou o ainda mais o processo de acumulação industrial brasileiro.

A partir da crise do capitalismo de 1929 haveria, no plano internacional, uma mudança no padrão de acumulação que traria o estado planejador como entidade importante. No Brasil, isso seria representado pela mudança na orientação do velho modelo agrário-exportador para um modelo urbano-industrial apoiado por uma política de substituição de importações (MESQUITA, 2011b).

A partir da década de 30, o núcleo da urbanização brasileira, São Paulo, passa a conduzir a atividade econômica das outras regiões brasileiras. Constrói-se uma relação de centro-periferia das outras regiões do país com a economia paulista. Acerca deste contexto, Cano (1985, p. 62-63) comenta:

Desarticulado o comércio exterior, isto causaria forte reversão no abastecimento interno: as restrições às importações forçariam a periferia nacional a importar, agora, produtos manufaturados de São Paulo; este por sua vez, deveria, crescentemente, importar mais matérias-primas e alimentos de outros de outros estados. Passava-se, portanto, a integrar o mercado nacional sob o predomínio de São Paulo. À periferia,

nada mais restava do que ajustar-se a uma *função complementar* da economia de São Paulo, embora mantendo ainda sua antiga dependência do exterior, através de suas exportações tradicionais.

É com esse contexto nacional que a economia maranhense se depara na década de 1930. No Maranhão dois setores em especial – e seus posteriores declínios - servem para ilustrar a atividade econômica desse período. O primeiro era o setor agropecuário marcado pela agricultura familiar, o segundo era a extrato-indústria do babaçu.

No caso da agricultura familiar maranhense a partir do final da década de 40 e, mais notavelmente, na década de 50 “começa a ter alguma significação o incremento da produção agrícola mais diversificada, notadamente cereais” (PINHEIRO GOMES, 1981, p. 27). Ocorre nesse período um avanço mais acelerado da lavoura temporária de produtos como arroz, feijão, mandioca e milho. A produção da agricultura de caráter familiar, aumenta sua relevância nesse período. Um dos aspectos que impactou o aumento da produção de alimentos nesse período foram as migrações vindas de outros estados do Nordeste (MOREIRA LIMA, 1987) que intensificaram a pequena lavoura maranhense.

Essa produção de gêneros alimentícios básicos é o elemento que mais caracteriza a inserção do Maranhão na nova dinâmica nacional. Nesse momento, o Maranhão passa a ser um importante exportador de produtos agrícolas – com destaque para o arroz – para a região centro-sul do país. Dessa forma, os alimentos baratos produzidos no Maranhão serviriam como elemento indispensável a mais fácil reprodução da força de trabalho nos centros urbanos dinâmicos. Por meio dos alimentos maranhenses seria possível uma baixa remuneração da força de trabalho urbano-industrial acelerando o processo de acumulação de capital (ARCANGELI, 1987; MESQUITA 2011).

Fica claro, portanto, o papel complementar da economia maranhense em relação aos centros mais dinâmicos nacionais nesse período. Destaca-se ainda que o processo de produção desses gêneros alimentícios tinha como base a pequena produção familiar que, em algum grau, apresentava características não capitalistas. Entretanto, a relevância desse tipo de produção passa a cair, especialmente, nas décadas de 70 e 80 quando os incentivos para outros moldes de produção se tornaram mais presentes.

Para compreender as mudanças promovidas que ocasionaram o declínio na pequena produção de gêneros alimentícios é importante destacar que o setor rural maranhense, nesta fase de inserção do Maranhão na divisão nacional - marcado pela agricultura familiar e a produção de bens de subsistência – apresentava uma estrutura considerada “arcaica”. Desta forma,

entendia-se - por parte das entidades governamentais – que seria necessária uma modernização deste setor rural (MESQUITA, 2011a).

Entretanto, a maneira pela qual o processo de “modernização” da agropecuária se deu no Maranhão no século XX gerou inúmeras consequências como a concentração fundiária, conflitos agrários, devastação do meio ambiente e redução nos postos de trabalhos no campo. E um dos principais aspectos ligados a esse contexto foi o processo de “pecuarização” do campo maranhense.

O rápido avanço vivido pela pecuária no Maranhão a partir dos anos 60 e 70 foi, reflexo de uma combinação de fatores que abriu caminho para que o processo de acumulação por meio desta atividade se acelerasse no estado. Mesquita (2011a, p. 71) comenta esse processo:

Historicamente, um conjunto de fatores contribuiu para o direcionamento do capital à pecuária e para a sua modernização no Maranhão. De um lado, a abertura de estradas pioneiras, interligando o estado ao Norte (Belém) e ao Nordeste, peças fundamentais na ampliação da “migração espontânea” do pequeno produtor e da ação controladora do capital comercial. De outro lado, uma ação incisiva dos governos federal e estadual propondo novos investimentos e instrumentos que atraíram um outro tipo de agente para o Maranhão: as grandes empresas capitalistas.

Destaca-se, portanto, o papel dos incentivos fiscais governamentais que atraíram o grande capital para o estado. Principalmente a partir dos anos 60, a Sudene passou a estimular a ocupação do setor rural maranhense para o desenvolvimento de atividades agropecuárias. A ideia da incorporação do território maranhense como uma nova fronteira agrícola era algo presente desde 1959 quando o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste apontava a necessidade de se criar uma agricultura capaz de fornecer alimentos a preços baixos de forma a suprir as necessidades das populações urbanas que se dedicariam às atividades industriais no Nordeste (GTDN, 1959).

Entretanto, houve uma prioridade dada a pecuária em detrimento da lavoura gerando um grande aumento do rebanho bovino até os dias de hoje. O que se esconde por trás desse aumento é um cruel processo de concentração fundiária e de conflitos agrários. Destaca-se ainda a baixa produtividade – na comparação com a lavoura - dessa pecuária extensiva, que utiliza grandes territórios apenas para áreas de pastagens.

A grande pecuária ligada ao grande capital passou a avançar pelo território maranhense desarticulando a agricultura familiar que foi perdendo relevância no que diz respeito ao volume produzido. Acerca deste contexto Arcangeli (1987, p. 104) comenta:

Os incentivos fiscais proporcionados ao Maranhão pela Sudene nas décadas de 60 e 70 são os responsáveis por esta dinamização do setor que, antes limitado às áreas de

ocupação mais antiga, trilhando rumos virgens ou já percorridos pela lavoura, tem, nos últimos anos, desempenhado um violento papel expropriador da economia camponesa produtora de alimentos de origem vegetal.

A atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE a partir dos anos 60 com o incentivo a atividade pecuária no Estado foi, portanto, elemento central para a pavimentação do caminho que gerou o encolhimento da produção familiar de alimentos no Maranhão. A “pecuarização” da economia maranhense nesse período encabeçou, portanto, uma trajetória de desarticulação da pequena lavoura produtora de alimentos básicos.

Sob a perspectiva do Babaçu, o período de inserção do Maranhão na divisão nacional do trabalho, foi representada primeiramente por uma maior maturidade deste mercado. A partir da década de 1950 o número de usinas voltadas a produção do óleo de babaçu aumenta no estado além da instalação “de grandes empresas industriais de óleo do centro-sul, a fim de adquirir, na fonte, a matéria prima necessária” (AMARAL FILHO, 1990).

Entretanto é apenas a partir dos anos 60 que o capital industrial assume o comando das atividades ligadas ao babaçu no estado. Essa nova fase da economia do babaçu liderada pelo setor industrial é evidenciada, segundo Amaral Filho (1990) pelo processamento da amêndoa que passou a ser realizado quase que totalmente no Maranhão. Como consequência houve o aumento das exportações óleo bruto e tortas – ao invés da exportação apenas da amêndoa. A partir de meados dos anos 70 o setor do babaçu passa por “uma mudança qualitativa no interior da extrato-indústria, passando da fase industrial de aproveitamento limitado para a fase de aproveitamento integral do babaçu” (AMARAL FILHO, 1990).

Entretanto, os mesmos problemas vividos pela agricultura familiar como um todo, foram sentidos pelo babaçu. Os incentivos fornecidos pelas políticas agrícolas dos anos 70 geraram inúmeras problemas para a agricultura maranhense, acerca deste ponto Mesquita (1996, p. 7) comenta:

O principal [problema] deles, no que se relaciona a nossa análise, é a desarticulação da pequena produção de alimentos, responsável também pela oferta do babaçu. Isso ocorreu porque os projetos financiados até 1985, pela SUDAM e SUDENE, foram em sua quase totalidade (95%) direcionados à pecuária de corte, que reconhecidamente é poupadora de mão de obra e expropriadora de pequenos produtores voltados à produção de alimentos. No Maranhão, a produção de alimentos e de babaçu cai vertiginosamente com a pecuarização do campo.

O processo de devastação de palmeiras de babaçu para dar lugar aos extensos espaços de pastagens “desorganizou consideravelmente a produção do babaçu” (MESQUITA, 1996, p.8). A pecuária e a agricultura atraída pelos incentivos fiscais, não entendiam o babaçu

maranhense como uma oportunidade/alternativa de investimento, mas sim “o considera uma praga” (AMARAL FILHO, 1990, p.233).

Com a chegada da década de 1980 – e a mudança no padrão de acumulação mundial que desestimulava a ação estatal na economia – os problemas se intensificaram. A pouca atenção e planejamento voltados para a extrato-indústria do babaçu foram minando a competitividade do produto. Soma-se a isso a “a desatualização tecnológica e o alto índice de capacidade ociosa do parque manufatureiro que completam o quadro explicativo da crise” (MESQUITA, 1996, p.9).

Nesse período houve uma grande derrocada da indústria do babaçu, especialmente após a abertura do comércio ao óleo de palmiste asiático, que é um substituto para o babaçu. Nesse sentido ocorre uma desarticulação mercado do babaçu que segue perdendo relevância desde então.

3.3 Nova inserção na dinâmica internacional: os “Grandes Projetos” e avanço do Agronegócio.

Em meados dos anos 70 o Brasil passava problemas de natureza econômica que podiam ser percebidos pelo grande aumento de sua dívida externa por conta do choque do petróleo (1973), e pela sua debilitada balança comercial. Nesse sentido, para fazer frente a esse cenário, ganhava força a ideia da implantação na região amazônica de “atividades empresariais privadas, orientadas para a exportação, tais como criação de gado, exploração de madeira e mineração” (HALL, 1991a, p. 39).

Surgem assim os alicerces para o que seria o chamado Programa Grande Carajás – PGC, que agruparia alguns projetos focados na atração de investimentos objetivando o desenvolvimento regional. Dentre as estratégias para atração de investimentos estavam as possíveis parcerias entre o Brasil e o capital estrangeiro por meio de *joint ventures*.

Dessa forma, no ano de 1980 o Programa Grande Carajás foi oficializado através dos decretos-lei 1.813 e 1.815. O investimento projetado para o PGC era gigantesto, segundo Hall (1991a) falava-se em 62 Bilhões de dólares em uma área de 900.000 Km². Dentre o eixo central dos projetos fundamentava-se na extração e processamento de diversos minerais ferrosos e não-ferrosos. Ottati (2013) assim resume os a amplitude e os objetivos oficiais do Programa Grande Carajás:

O projeto abrange uma área de 900.000 km² distribuídos entre o sudeste do Pará, Norte do Tocantins e o Oeste do Maranhão, este último com 40% de seu território

envolvido no Programa. O objetivo era a integração da Amazônia e o pagamento da dívida externa, consequentemente, resolver os problemas sociais e econômicos do país, e, para isso, buscava atrair investimentos estrangeiros que pudessem ajudar a superar a profunda crise financeira que o Brasil passava.

É importante destacar, no entanto, que apesar da narrativa oficial de que o PGC seria o “maior programa de desenvolvimento integrado do mundo” e que seria “capaz de minimizar os desequilíbrios regionais” (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, 1982, p.5) havia inúmeros interesses do capital internacional envolvidos no programa. Dessa forma, agentes internacionais exerceram influência sobre a criação do PGC mostrando que haviam inúmeras motivações por trás da justificativa da busca pelo desenvolvimento regional.

O território maranhense, portanto, não apenas seria abrangido pelo Programa Grande Carajás, mas seria também um território estratégico nele. Especialmente como rota de escoamento dos materiais minerados. Dessa forma, houve um grande volume de investimentos no estado durante a década de 80.

Dentre os grandes investimentos realizados no estado destaca-se aquele operado pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – hoje Vale – que é a Estrada de Ferro Carajás responsável pelo transporte do minério de ferro oriundo do Pará, local de extração do minério. Ao final da ferrovia o minério chega Terminal Marítimo Ponta da Madeira que é um porto privado na cidade de São Luís onde o produto seria exportado. A ferrovia - inaugurada em 1985 – é até hoje controlada pela Vale.

Nas cercanias da Estrada de Ferro surgiram outras empresas voltadas para atividades de papel e celulose e carvão vegetal. Tais empreendimentos têm sido apontados como problemáticos tanto na perspectiva fundiária quanto ambiental, entretanto, a expectativa do estado é que tais conflitos sejam justificáveis pelos futuros benefícios econômicos gerados para o território (OTTATI, 2013; HALL, 1991b).

Outro investimento relevante que diz respeito ao estado do Maranhão foi a instalação da Alumar na ilha de São Luís. A Alumar é um consórcio que inclui gigantes internacionais - como a Alcoa e Billiton (hoje representada pela South 32) – voltados para a exploração de alumina-alumínio. Segundo Ottati (2013) a atuação da Alcoa no Brasil se inicia em 1965 e hoje a empresa detém 1/4 do alumínio primário produzido no país. Sobre a atuação da Alcoa no Maranhão, a autora complementa:

A Alcoa se instalou no Maranhão visando a produção de alumínio primário. A vinda do empreendimento para São Luís foi incentivada pela abundância de bauxita próxima à região, de energia elétrica, de mão de obra e pela proximidade do Estado com os Estados Unidos e Europa. (OTTATI, 2013, p.97).

O consórcio Alumar foi um dos mais importantes investimentos no Maranhão ligados ao Programa Grande Carajás. Na atualidade a Alumar opera uma fábrica e um porto particular.

Destaca-se ainda, outro fenômeno ligado ao Programa Grande Carajás que foi o surgimento das usinas de ferro-gusa no oeste do estado. As usinas de gusa que já tinham relevância em outras regiões do Brasil – principalmente em Minas Gerais – passaram a ocupar a região oeste do Maranhão. Tais empreendimentos se beneficiam da região pela grande disponibilidade do carvão vegetal por meio da derrubada indiscriminada da floresta (HALL, 1991).

Entretanto, o Programa Grande Carajás não se resumia a projetos voltados a mineração e metalurgia – muito embora estes compusessem seu núcleo central. O setor agropecuário foi também alvo do PGC apesar de que grande parte do que havia sido projetado não foi implantado. No setor agropecuário o programa deu prioridade aos empreendimentos “modernos”, intensivos de capital e concentradores de terra. A pecuária bovina, a celulose e a cana de açúcar seriam alguns dos projetos agropecuários que eram priorizados dentro do PGC.

É importante destacar que o Programa Grande Carajás contribuiu para o acirramento de uma crise agrária que existia na região de atuação do programa. Conflitos violentos por terra, concentração fundiária, insegurança alimentar e inúmeros problemas ambientais se expandiram por conta do PGC (HALL, 1991b). A discussão acerca desses temas ainda permanece bastante atual, visto que os problemas expandidos desde o início do Programa ainda são percebidos na atualidade.

A chamada “década perdida” para o Brasil – anos 80 – foi, para o Maranhão um período onde os investimentos feitos pelo Programa Grande Carajás maturaram e impactaram na atividade econômica do Estado. O estado cresceu a uma taxa de 8,3% ao ano na década, enquanto o Nordeste cresceu a 3,3% e o Brasil a 2,3% no mesmo período (HOLANDA; PAULA, 2011). A atividade extrativa mineral (15,9% a.a) e a construção civil (14,6% a.a) ditaram o crescimento da indústria maranhense nessa década.

Os anos 1990 para o Maranhão representaria também o avanço de uma atividade econômica que tem grande relevância no contexto econômico contemporâneo: o cultivo de grãos no sul do estado – com destaque para a soja. Ao abordar o período 1985-2000, Mesquita (2011a, p. 50) destaca a ascensão dessas atividades:

[O período 1985 – 2000] Coincide também com a incorporação, no Sul do Estado, de novas áreas do cerrado à produção de grãos (primeiro, o arroz mecanizado, depois a soja) e com a paulatina perda de importância da pecuária e agricultura de alimentos nas mesorregiões ocupadas por grãos.

A ascensão do moderno cultivo de grãos na dinâmica recente do Maranhão relaciona-se com a vinda de migrantes de outros estados que se instalaram inicialmente na mesorregião sul e se dedicaram a agricultura destes produtos. Tais movimentos iniciaram-se nos anos 70, com foco na produção mecanizada do arroz, posteriormente, a sojicultura tomou o protagonismo. Ottati (2013, p. 106) destaca esse processo:

As modificações na agricultura no sul maranhense começaram em 1975 com a vinda dos primeiros agricultores do Rio Grande do Sul com o objetivo de produzir arroz de forma mecanizada. Com os problemas gerados pela estiagem, pela dificuldade de crédito e pela falta de escoamento da produção de arroz, a soja surgiu para esses agricultores como opção de produção.

Apesar do cultivo de soja se iniciar nos anos 70, foi apenas na década de 90 que essa atividade atingiu expressão econômica, como mostra o gráfico 01. A sojicultura no Maranhão nos anos 1990 foi beneficiada ainda pelos investimentos do Programa Corredor de Exportação Norte e de linhas pesquisa da Embrapa voltadas para estudos acerca deste cultivo (CASTILLO, BOTELHO E BUSCA, 2021). A lavoura da Soja passa então a evoluir continuamente a partir desse período.

Vale destacar que a expansão da sojicultura no Maranhão faz parte de um movimento mais amplo que vem acelerando o cultivo de commodities – com destaque para a soja - na América do Sul. Acerca desse fenômeno, Mesquita (2021, p. 3) comenta:

Nas últimas três décadas, sob a égide das políticas neoliberais, a expansão de atividades articuladas as commodities (agrícolas e não agrícolas) em regiões da periferia capitalista cresceu de forma geométrica. Na retaguarda desta expansão estiveram as grandes corporações, o sistema financeiro e a atuação governamental (via políticas econômicas/ambientais atrativas).

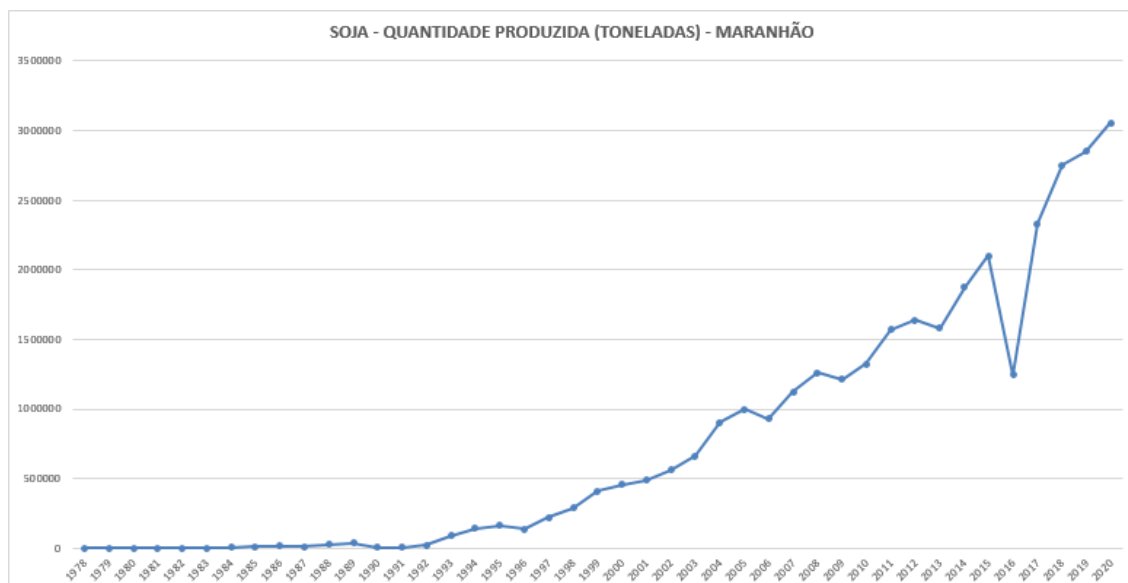
O autor ainda completa:

Na segunda década deste século, o epicentro da produção e de exportação destes produtos (em particular da soja) se desloca dos EUA para o Cone Sul, onde se destaca por ordem de importância o Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia, que juntos produzem 54,5% da toda produção global, ou 58% das exportações e 48% da área ocupada com soja no mundo. (MESQUITA, 2021, p.10)

No caso do específico do Brasil, a sojicultura nas últimas décadas tem se expandido rapidamente na região do cerrado denominada MATOPIBA - região que abrange parte dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (LOPES; LIMA; REIS, 2020). Nesse sentido, o avanço desse cultivo no Maranhão insere-se a nessa lógica mais abrangente e tem avançado nas

regiões onde predominam o bioma do cerrado: no sul e no nordeste do estado. O gráfico 01 mostra ascensão da sojicultura no Maranhão.

Gráfico 01 – Quantidade produzida de soja no estado do Maranhão (em toneladas) – 1978 a 2020



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Pesquisa de Agricultura Municipal - PAM/IBGE (2021)

A soja produzida no sul do Maranhão se beneficia ainda das ferrovias que auxiliam seu escoamento até o porto em São Luís onde o produto é exportado. As ferrovias Norte/Sul e Carajás conduzem o produto dessa região até o Terminal Ponta da Madeira – de propriedade da Vale – onde a soja tem um baixo custo de embarque (OTTATI, 2013).

Inicialmente concentrada no sul do estado a sojicultura no Maranhão passa a se expandir para outras regiões aproveitando o baixo custo das terras. A partir dos anos 2000 a soja passa a ocupar com maior expressividade o nordeste do estado. Acerca desse fenômeno Mesquita (2011a, p.63) destaca:

Do início ao final de 90 ela se concentrava nas microrregiões de Gerais de Balsas e Chapada das Mangabeiras, municípios de Balsas, Tasso Fragoso, Riachão, Sambaíba, e São Raimundo das Mangabeiras. Mais recentemente (2000), a lavoura toma novas direções: Baixo Parnaíba e Chapadinha (Nordeste do Estado).

A soja produzida no estado é baseada na grande propriedade, intensiva em capital e voltada para exportação. Os recursos tecnológicos ligados a sojicultura exigem “uma determinada escala de produção a fim de que a mesma dê resposta em termos de produtividade e rentabilidade” (MESQUITA, 2011a, p.62). Essas características restringem a produção da soja a um pequeno grupo de produtores mais capitalizados, de forma que o cultivo em pequenas

propriedades é quase irrelevante. Essa produção moderna faz parte da dita “minoría eficiente” na agricultura maranhense.

Um ponto importante para a compreensão da sojicultura é que, diferentemente de outras culturas, as relações capitalistas são preponderantes em todos os elos da cadeia produtiva. Desde o crédito agrícola, até o processo de exportação, a cultura da soja é marcada pela articulação com o capital financeiro e com o capital internacional. A exemplo disso, temos que, dentre as maiores exportadoras de soja no estado destacam-se as tradings internacionais Bunge e Cargill que no ano de 2011 somaram 78,7% das exportações de soja produzida no Maranhão (OTTATI, 2013).

A expansão da fronteira agrícola da soja vem tomando espaços da pequena produção familiar - voltada a produção de alimentos básicos - e da pecuária extensiva. Segundo Mesquita (2011) tal processo ocorre inclusive em áreas onde a pecuária tinha uma relevância considerável, de forma que se fala em uma despecuarização e descamponeização do sul do estado. O autor ainda resume a influência da soja na agropecuária maranhense:

A cultura da soja a cada dia amplia a área de plantio e assume um papel importantíssimo na dinâmica da agricultura maranhense [...] a sojicultura se apresenta como o principal e mais ativo elemento do agrobusiness maranhense. (MESQUITA 2011a, p.52)

Outra cultura que teve um aumento de expressividade nesse período no estado foi a silvicultura do eucalipto. O uso do eucalipto para a produção de carvão vegetal se torna uma prática dentre as indústrias de ferro-gusa no estado. A exemplo disso temos a Margusa que utiliza o carvão vegetal produzida por uma empresa subsidiária – a Marflora – com o eucalipto plantado na região de Urbano Santos-MA.

Assim como a Margusa, outras guserias – com destaque para a região oeste do estado - também fazem o uso do carvão vegetal como matéria prima, incentivando a silvicultura do eucalipto. Como citado anteriormente, a instalação das produtoras de ferro gusa no Maranhão foi consequência dos incentivos existentes no Programa Grande Carajás, que favoreceriam esse setor pela abundância de matéria prima na região amazônica (HALL, 1991).

O avanço do cultivo do eucalipto gera inúmeras consequências de ordem social, econômica e ambiental. O desgaste do solo, impactos na fauna e na flora das regiões de cultivos são alguns exemplos. A forte demanda pelo carvão vegetal tem ainda estimulado a implantação de carvoarias ilegais e comércio clandestino do produto (MADEIRA, 2015).

Outro fator crucial para o crescimento do eucalipto na região foi a instalação da Suzano Papel e Celulose na região de Imperatriz. A empresa se dedica a produção de Celulose (para uso industrial), diversos tipos de papéis e matéria-prima para produtos de higiene pessoal (fraldas e absorventes). Para isso a Suzano faz uso do plantio do eucalipto em larga escala para abastecer a sua produção. Assim como a soja, o plantio do eucalipto segue uma lógica capitalista de produção, diferindo-se de outras atividades do campo como o extrativismo do babaçu.

Percebe-se, portanto, no Maranhão uma dualidade no setor rural, de forma que um determinado tipo de agricultura cresce de maneira acelerada (articulada com o grande capital) – representada pela soja e eucalipto - e outro setor da agricultura perde espaço frente ao avanço desses setores concentradores – representado pela agricultura familiar e extrativismo do babaçu. A temática da agricultura familiar no Maranhão será abordada ainda no tópico 4.1.

Ao analisarmos a atividade econômica do Maranhão na década de 90 observamos ainda que o estado teve um desempenho abaixo da média nacional e do Nordeste. Conforme apontado por Paula e Holanda (2011), o PIB do estado obteve uma taxa média de crescimento anual de apenas 1,4% a.a – contra 3,6% do Nordeste e 2,1% do Brasil. Se compararmos com a década de 80, houve um grande retrocesso, pois, nessa década o Brasil cresceu a taxas maiores que o Nordeste e o Brasil, com uma taxa média anual de 8,3% a.a (PAULA; HOLANDA, 2011).

Década de 1990, foi marcada em nível nacional por uma abrupta abertura comercial e redução das atividades do Estado. Foi um período onde a prioridade estava no controle das variáveis macroeconômicas – especialmente a inflação - em detrimento do crescimento econômico. A atenção para a situação fiscal dos estados se tornou uma das prioridades desse período. Como consequência dessa postura tivemos uma federalização da dívida mobiliária dos estados e a privatização do Banco do Estado do Maranhão (BEM) e uma “consequente redução na capacidade de financiamento de investimentos públicos e privados no estado” (PAULA E HOLANDA, 2011, p.61).

A trajetória de estabilização monetária na década de 1990 teve consequências maléficas em diversos âmbitos da economia. As altas taxas de juros, por exemplo, contribuíram para a crise fiscal atingir maiores patamares, além beneficiar o rentismo em detrimento do investimento produtivo. Araújo (1999) aponta que as decisões tomadas na década de 1990 geraram um “constrangimento ao produtivismo” de forma que o rentismo e financeirização problematizaram o desenvolvimento das bases produtivas nacionais. O câmbio sobrevalorizado, também fruto das políticas de estabilização, afetaram fortemente as exportações e minaram a competitividade da indústria nacional.

Foi ainda na década de 1990 que foi sancionada a lei complementar 87/1996, conhecida como Lei Kandir, que dava benefícios fiscais para os produtos voltados para exportação. Entretanto, destaca-se que os produtos que eram priorizados pela política econômica vigente naquele período eram aqueles setores que já eram mais dinâmicos e interligados ao mercado internacional (ARAÚJO, 1999). Dessa forma, foram os já dinâmicos setores de *commodities* agrícolas e minerais os grandes beneficiados pela Lei Kandir.

Todo esse contexto serviu para desacelerar a economia maranhense nesse período. Houve no Maranhão uma queda nos gastos públicos feitos – reflexo da crise fiscal e do novo padrão de acumulação neoliberal. Destaca-se, também, como causa dessa queda na taxa de crescimento, a priorização por grandes projetos, interligados ao comércio mundial, mas com poucos efeitos multiplicadores em detrimento de um modelo de geração de riqueza endógena. Por fim, Paula e Holanda (2011, p. 60), assim resumem a dinâmica econômica do Maranhão na década de 1990:

A década de 1990 foi condicionada pelo esgotamento do ciclo de investimentos que se maturou no estado na primeira metade da década de 1980, com a instalação do complexo metalúrgico-logístico Vale-Carajás, Alumar e Porto do Itaqui, e pelo aprofundamento da crise fiscal que se abateu sobre o estado.

A partir dos anos 2000, o Maranhão passou a se integrar de maneira ainda mais acelerada ao comércio mundial por meio das *commodities* – agrícolas e minerais. Nesse período, o chamado “boom das *commodities*” puxado pelo crescimento Chinês impulsiona a comercialização desses produtos. Consequentemente as indústrias extrativa-mineral e a grande produção agropecuária voltada à exportação se beneficiam desse aumento de demanda. Como citado anteriormente, nesse período a expansão da fronteira agrícola da soja avança de maneira mais acelerada no nordeste do Estado – Chapadinha e Baixo Parnaíba.

É também a partir da primeira década dos anos 2000, que as transferências federais passam a ter maior relevância no cenário econômico maranhense (PAULA; HOLANDA, 2011). Nesse sentido, destaca-se a implantação do programa bolsa-família que passa a ter grande importância em estados mais pobres como o Maranhão. Em 2013, por exemplo, o Programa Bolsa Família - PBF era recebido em 57% dos domicílios maranhenses (CAMARGO et. al, 2013).

A grande capilaridade do PBF auxiliou a inclusão econômica de muitas pessoas das classes sociais mais baixas, ainda assim o programa, por si só, não é condição suficiente para reverter a situação de grande penúria nos indicadores socioeconômicos do estado, visto que a

situação estrutural do estado - periferia do capitalismo brasileiro - exige planejamento e transformações de maior porte.

A trajetória oscilante da economia maranhense na década de 2010 tampouco gerou uma mudança no quadro geral econômico do estado. De maneira estrutural a economia maranhense não apresentou melhorias consideráveis. Tal situação fica clara ao observarmos a pauta exportadora do estado no ano de 2020 na figura 01. Observa-se que o estado ainda reproduz o velho modelo agrário exportador concentrador de riquezas que o acompanha há séculos.

Figura 01 – Principais produtos exportados pelo estado do Maranhão no ano de 2020



Fonte: Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos internacionais/COMEXSTAT (2021)

Desta forma, apesar de durante a década de 2010 o Maranhão ter tido o 6º melhor desempenho dentre os estados brasileiros no avanço PIB real (IMESC, 2020), ao final da década o Maranhão ainda amargava as piores posições nos indicadores socioeconômicos incluindo o mais baixo PIB *per capita* dentre os estados da Federação.

A opção por esses grandes projetos ligados a atividades extrativistas e exportadora e *commodities* – minerais ou agrícolas - como catalisadores do desenvolvimento regional tem formado enclaves econômicos beneficiado apenas uma “minoridade eficiente”. A estrutura econômica maranhense, moldada por essas atividades, apresenta grandes impasses no objetivo de converter essa maior conexão com as cadeias globais em efetivas melhorias de indicadores sociais.

O que se observa, portanto, em toda a trajetória econômica maranhense é que o posicionamento periférico do estado, frente aos verdadeiros cernes das atividades econômicas nacionais e globais não conduziram o estado em uma trajetória sustentável de desenvolvimento.

Desde a cotonicultura que atingiu seu apogeu em um contexto global específico, até o minério e a soja contemporâneos, o Maranhão desempenhou papel meramente complementar aos centros dinâmicos de acumulação. Observou-se que estas atividades de baixo valor agregado e subordinadas ao mercado externo mostraram-se ineficientes e insustentáveis no papel de capitanear um processo de desenvolvimento econômico no estado.

4 A EXPANSÃO DA SOJICULTURA NA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA E SUA RELEVÂNCIA PARA O CENÁRIO ECONÔMICO LOCAL

A ascensão da sojicultura na microrregião de Chapadinha, que ganhou relevância a partir dos anos 2000 se mostra como o principal fenômeno da agricultura local nesse período. O acelerado crescimento, tanto em quantidade produzida quanto em áreas ocupadas por essa atividade, transforma a dinâmica do setor rural da microrregião.

Entretanto, apesar do acelerado crescimento da sojicultura na microrregião de Chapadinha, é importante indagar seu papel na condução de uma trajetória de desenvolvimento para o território. Muito se fala na suposta importância do agronegócio na sustentação da economia nacional, todavia tais premissas precisam ser avaliadas.

Por ser um setor altamente ligado aos mercados globais e pelo fato do Brasil ter grande relevância e competitividade nos mercados mundiais de commodities agrícolas, observa-se uma exaltação do agronegócio como um caminho para o desenvolvimento nacional. Entretanto, nos moldes atuais, o agronegócio brasileiro avança em detrimento de outros agentes do cenário rural brasileiro.

O crescimento sojicultura na região do MATOPIBA é mais uma face desse difícil cenário, e a microrregião de Chapadinha encaixa-se nesse contexto. A ocupação de cada vez mais áreas pela monocultura de soja, inevitavelmente, impacta de inúmeras formas a dinâmica rural do território, reconfigurando as já complexas relações no campo em diferentes regiões.

Dessa forma, o presente capítulo visa analisar alguns dados sobre o avanço da soja na microrregião de Chapadinha, suas repercussões e seu potencial gerar impactos econômicos positivos para o território. O capítulo está dividido em duas partes: a primeira seção faz uma contextualização cultivo da soja na microrregião de Chapadinha, abordando a temática da agricultura no atual cenário do estado do Maranhão, apresentando a microrregião de Chapadinha e mostrando como a soja vêm ocupando este território. A segunda seção analisa os principais resultados do avanço da soja na microrregião, seu impacto na concentração produtiva agrícola e discute a relevância da atividade no desenvolvimento do território.

4.1 Agricultura na economia maranhense e expansão da soja na microrregião de Chapadinha

No intuito de compreender de que forma a dinâmica da sojicultura vem transformando a atividade econômica da microrregião de Chapadinha torna-se fundamental dar um passo atrás e fazer algumas contextualizações. Essas contextualizações serão alicerces para o entendimento sobre a forma que o cultivo da soja na microrregião se insere em uma lógica mais ampla.

A primeira contextualização diz respeito a dicotomia entre os dois setores existentes na agricultura contemporânea brasileira entre: agricultura empresarial - na qual a soja é produto de destaque - e agricultura familiar e de que forma isso se observa no cenário maranhense. A segunda contextualização é a apresentação da microrregião de Chapadinha, seus municípios e algumas informações básicas sobre o território.

Por fim, a terceira contextualização necessária é a explicação sobre a forma que a atividade da sojicultura chegou na microrregião de Chapadinha e de que forma esta atividade tem ocupado seu território. Esses três temas serão abordados nos tópicos 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3 respectivamente

4.1.1 Agricultura na economia maranhense contemporânea

Ao analisar o cenário rural brasileiro fica clara a existência de uma dicotomia entre dois “tipos de agricultura”: o agronegócio e a agricultura familiar. Enquanto o primeiro é intensivo em capital, voltado para a exportação e concentrador de terras, a agricultura familiar opera em sentido oposto. A agricultura familiar no Brasil acaba por ser o setor que mais retém trabalhadores rurais, a que produz alimentos para consumo interno e que opera em propriedades menores.

No Brasil, segundo o censo agropecuário de 2017 (IBGE, 2019) a agricultura familiar era responsável por 67% das pessoas empregadas no setor agropecuário. Ao analisarmos o cenário maranhense esses números se tornam ainda mais significativos, de forma que 78% do pessoal ocupado no campo no Maranhão está na agricultura familiar. Esse dado mostra um aspecto sobre da agricultura familiar: sua importância na retenção da população no campo impedindo o desenfreado êxodo rural. Como o agronegócio tende a depender de grandes propriedades e possuir baixa absorção de mão-de-obra, fica em grande medida a cargo da agricultura familiar a retenção desse trabalhador.

Um outro benefício oriundo do trabalho rural familiar é, justamente, o resultado da produção agrícola. São inúmeros os dados que apontam os resultados e a importância da agricultura familiar para a produção nacional agrícola. Vale destacar que a produção da agricultura familiar, diferentemente do agronegócio – que possui grande foco na exportação – volta-se majoritariamente para consumo doméstico.

Segundo o censo agropecuário, no cenário nacional, a produção familiar é responsável por 69% da produção de mandioca, 55% da produção de feijão verde, 12% da produção de milho, 12% da produção de batata inglesa e 10% do arroz em casca (IBGE, 2019). No Maranhão, tal relevância do setor familiar também pode ser vista na produção desses gêneros alimentares mais consumidos localmente. A agricultura familiar no Maranhão é responsável pela produção de 64% do arroz em casca, 87% do feijão preto, 84% do feijão verde, 87% da mandioca, além de quase toda a produção de batata do estado (IBGE, 2019).

A diferença nos produtos produzidos por cada “tipo de agricultura” guarda relação com a natureza de cada forma de produção. A soja, que é produto de destaque no agronegócio maranhense, possui uma forma de produção completamente diferente da mandioca, por exemplo. Como citado anteriormente, a agricultura da soja faz parte de uma lógica capitalista global e as características dessa lógica estão inseridas em todos os elos da cadeia da sojicultura.

Desde o acesso ao crédito até a venda voltada à exportação, a agricultura empresarial interage com grandes empresas internacionais que se beneficiam em larga escala dessa atividade. Tais empresas vão desde as chamadas *tradings* - Cargill, Bunge, ADM, Louis Dreyfus – passando pelas vendedoras de modernos equipamentos agrícolas – John Deere, New Holland - e pelas vendedoras de insumos agrícolas – BASF, Syngenta. Todos estes *players* estão por trás do cultivo da soja em países periféricos como o Brasil.

Em contraposição a isso, a produção familiar - responsável pela grande parte do cultivo da mandioca – é voltada para o mercado interno, tem baixa intensidade de capital e menor conexão com as cadeias produtivas globais.

Mesquita (2011a) ressalta que se construiu, portanto, uma dualidade no setor agrário brasileiro com essas duas formas de agricultura. Uma delas está altamente conectada com o setor financeiro e o mercado internacional, intensiva em capital, e é representada pelas commodities agrícolas como, por exemplo, a soja. O outro setor representado pela agricultura familiar, é normalmente voltado para a produção de gêneros alimentícios para demanda interna e mais intensivo em mão-de-obra.

Outro aspecto que difere fortemente os dois tipos de agricultura é o porte das propriedades utilizadas. No caso do agronegócio, sua própria lógica demanda grandes espaços

a serem utilizados, de forma que sejam obtidas economias de escala na produção. Essa característica tende a gerar fortes concentrações fundiárias e, conseqüentemente, acelerar o êxodo rural. Já a agricultura familiar geralmente ocorre em propriedades menores e envolvendo um número maior de trabalhadores – por ser intensiva em mão-de-obra.

Segundo o censo agropecuário (IBGE, 2019) a área média de um estabelecimento de agricultura familiar no estado do Maranhão é de 20,20 ha enquanto o estabelecimento não familiar tem área média de 259,08ha. No que diz respeito ao pessoal ocupado, o censo agropecuário aponta que 78,9% advém da produção familiar, apesar desta representar apenas 30,89% da área dos estabelecimentos agropecuários do estado.

A agricultura familiar também representa uma maior esperança na condução mais sustentável da exploração agrícola nacional. Nesse aspecto, a tendência é a de que o trabalhador rural da agricultura familiar seja aquele que menos utilize recursos naturais de maneira predatória, que não reduza a base genética das plantas – favorecendo a diversidade – e trabalhe de maneira mais harmônica com o ambiente rural. Sobre a importância da agricultura familiar para a sustentabilidade de produção rural Pasqualotto, Kaufmann e Wizniewsky (2019, p. 81) destacam:

Ao analisar os processos socioeconômicos existentes no meio rural, percebe-se que existe uma forte relação entre agricultura familiar e a sustentabilidade. São os agricultores familiares os responsáveis por garantir alimentos mais saudáveis para a sociedade, e ao mesmo tempo permitindo sua permanência no campo, com boas condições de vida e conservação dos recursos naturais[...] No caso do Brasil, constata-se grande potencial para o desenvolvimento da agricultura sustentável por intermédio das famílias agricultoras.

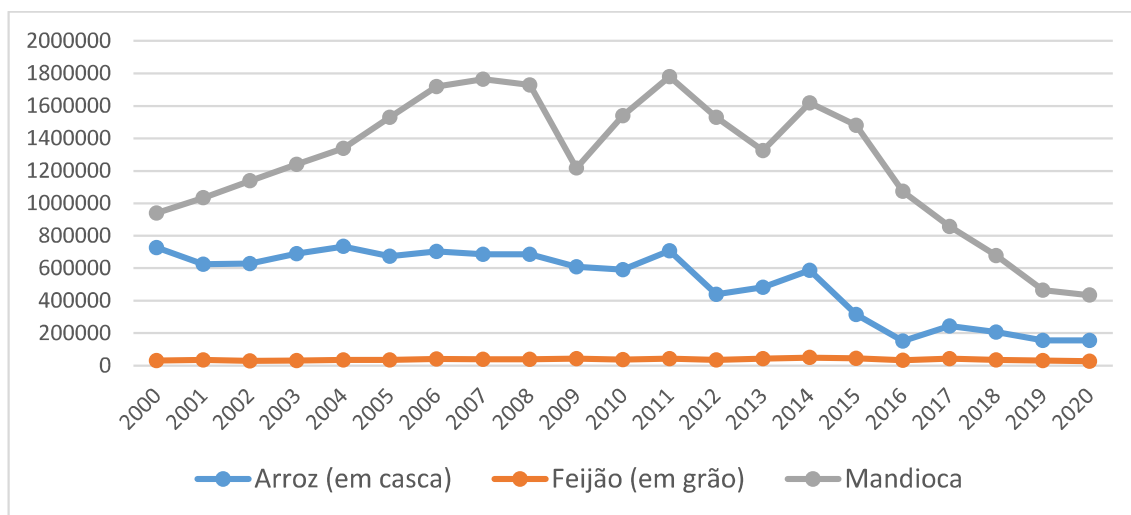
Por fim, uma outra questão, é a ligação entre a agricultura familiar e o cultivo de produtos orgânicos. A maior facilidade do cultivo de produtos orgânicos por meio do trabalho na forma de agricultura familiar, aponta para uma alternativa no fornecimento de alimentos livres de agrotóxicos por esse setor. Tal conjuntura se mostra como uma oportunidade para a produção rural familiar (MORAES; OLIVEIRA, 2017).

Mesmo com toda essa importância da produção familiar, o Maranhão se coloca como mais um estado onde ocorre acelerada expansão da fronteira agrícola empresarial, em detrimento da agricultura familiar. Uma análise dos últimos vinte anos mostra que é inviável se referir ao termo “agricultura maranhense” como um bloco único e homogêneo. O que fica claro é que a produção de alguns produtos é crescente e de outros é decrescente.

O Gráfico 02 mostra a quantidade produzida de três produtos típicos da agricultura familiar no Maranhão: arroz, feijão e mandioca. Segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2019)

a produção familiar era responsável por 87% da produção de Mandioca, 85% da produção do Feijão, e 64,89% da produção de Arroz no estado. Como fica claro por meio gráfico essas produções tiveram tendências de queda.

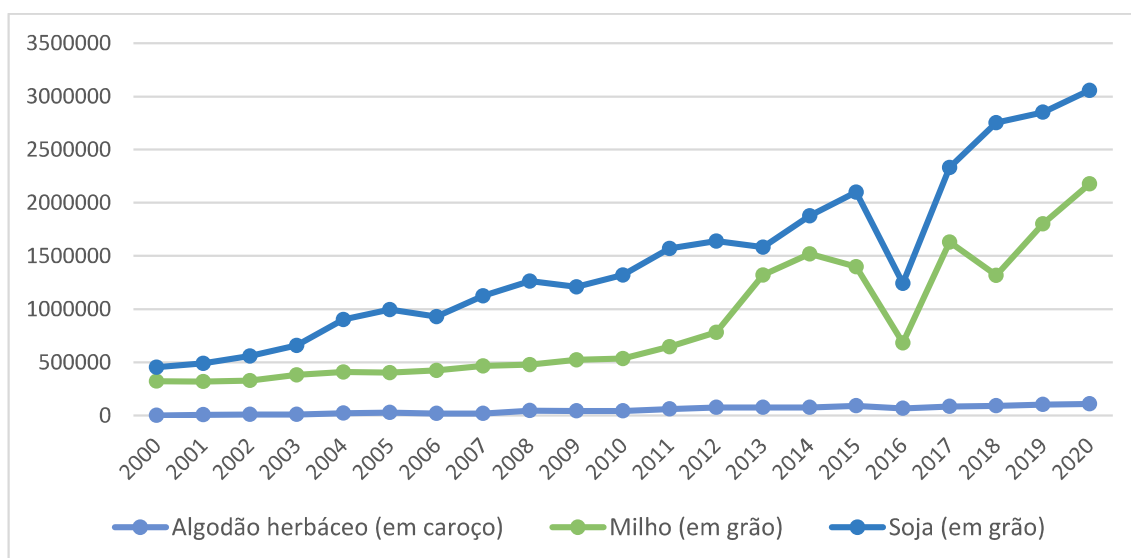
Gráfico 02 – Quantidade produzida (em toneladas) – Arroz, feijão, mandioca (2000 a 2020) - Maranhão



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Pesquisa de Agricultura Municipal PAM/IBGE (2021)

No espectro oposto encontra-se a produção ligada à agricultura empresarial, representada por outros três produtos: soja, milho e algodão. A tendência mostrada pelo Gráfico 03 é oposta a vista na produção ligada a agricultura familiar. As taxas de crescimento anual da soja e do milho nesse período foram de 9,99% e 10,02% respectivamente, já o algodão, por apresentar um valor de produção menos representativo apresentou um crescimento anualizado ainda maior - 28,65%.

Gráfico 03 – Quantidade produzida (em toneladas) – Algodão, Milho e Soja (2000 a 2020) - Maranhão



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Pesquisa de Agricultura Municipal PAM/IBGE (2021)

A tabela 01 mostra a quantidade e área dos estabelecimentos agropecuários no Maranhão nos Censos de 2006 e 2017. Percebe-se que apesar de não ter havido um crescimento em área total dos estabelecimentos não-familiares, estes cresceram fortemente em quantidade no período analisado – um crescimento de 30,60%. Já os estabelecimentos familiares apresentaram uma forte queda em área total (-16,27%) e também quantidade de estabelecimentos (-28,59%) mostrando que esse setor vem perdendo espaço no setor rural maranhense.

Tabela 01 – Área e Quantidade de estabelecimentos nos Censos Agropecuários 2006 e 2017

		Familiar	Não-Familiar	TOTAL
	Hectares	4.514.639	8.518.929	13.033.568
Censo Agropecuário 2006	Quantidade de Estabelecimentos Agropecuários	262.042	24.997	287.039
Censo Agropecuário 2017	Hectares	3.780.319	8.458.170	12.238.489
	Quantidade de Estabelecimentos Agropecuários	187.118	32.647	219.765

	Familiar	Não-Familiar
Crescimento % em Área	-16,27%	-0,71%
Crescimento % em Quantidade de Estabelec.	-28,59%	30,60%

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017

Tais dados apontam uma carência de estratégias e políticas públicas que fomentem o crescimento mais equilibrado da agricultura brasileira. Nesse sentido, iniciativas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF são importantes para tentar impulsionar a pequena produção familiar. Por meio dos bancos públicos é possível que esses pequenos produtores tenham acesso a crédito subsidiado para expandir sua produção e financiar equipamentos. Entretanto, apesar da sua importância, o PRONAF não é, de forma alguma, condição suficiente para lidar com a toda a problemática existente no meio rural maranhense.

O cenário do campo no Maranhão é um recorte de um contexto maior, de forma que é impraticável, compreender o cenário local sem se atentar para os movimentos que determinam a produção no estado. A lógica capitalista aplicada ao campo – na forma do agronegócio – avança pelo Maranhão com a expansão dos produtos que estão inseridos nessa lógica – soja, milho, celulose, etc. Por outro lado, a agricultura à margem dessa lógica – a agricultura familiar

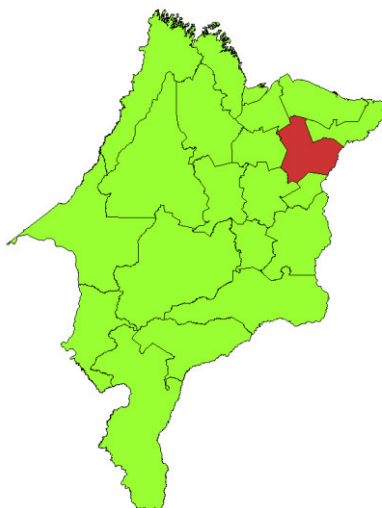
- vai perdendo espaço mesmo com sua grande importância na produção de alimentos para consumo interno e na sua produção mais sustentável.

Muito importa o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, pois este segmento engloba a grande maioria dos trabalhadores rurais ocupados. A diminuição da agricultura familiar representa o recrudescimento de inúmeras mazelas sociais, econômicas e ambientais. Dessa forma, pensar a agricultura familiar e o pequeno trabalhador rural é, também, pensar o desenvolvimento brasileiro.

4.1.2 A Microrregião de Chapadinha e sua inserção na dinâmica maranhense

A microrregião de Chapadinha - MA localiza-se na mesorregião leste maranhense e, é composta por nove municípios, sendo eles: Chapadinha, Brejo, Mata Roma, Anapurus, Milagres do Maranhão, Urbano Santos, Belágua, São Benedito do Rio Preto e Buriti. Tem como seu município mais populoso, justamente Chapadinha que fica cerca de 260km da capital.

Figura 02 – A microrregião de Chapadinha



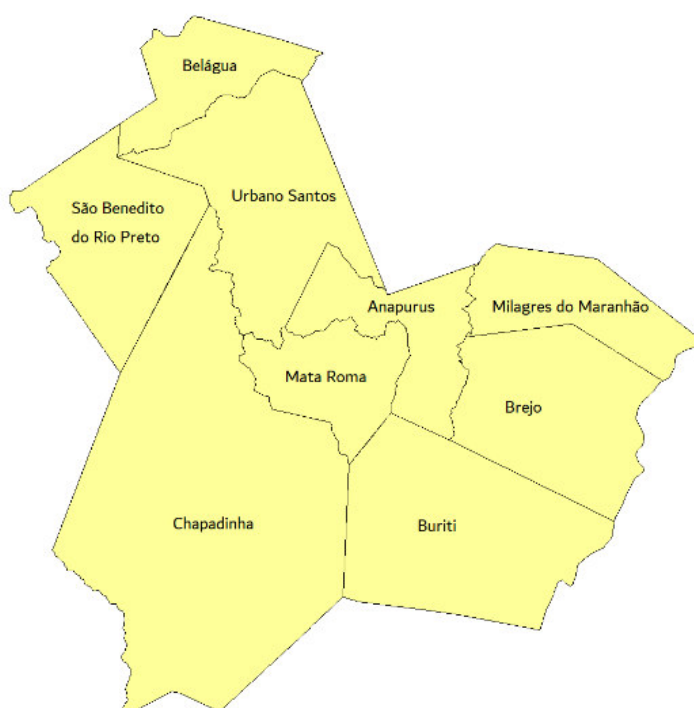
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos *shapefiles* do IBGE

Segundo o último censo demográfico (IBGE, 2012) a microrregião detinha a população de 219.825 habitantes, representando 3,3% da população do estado do Maranhão. O município mais populoso da microrregião é, também, Chapadinha com 73.350 habitantes, seguido de

Brejo (33.359 habitantes) e Buriti (27.013 habitantes). Os municípios menos populosos da microrregião são Belágua (6.524 habitantes) e Milagres do Maranhão (8.118 habitantes).

A população da microrregião está dividida com 55,21% dos habitantes vivendo na zona urbana enquanto 44,79% se encontra na zona rural. O município de Chapadinha é aquele que mais concentra população urbana com 72,10% dos residentes vivendo nessa condição. Já o município de Milagres do Maranhão é aquele que mais apresenta habitantes residindo na zona rural – 78,32%.

Figura 03 – Municípios da Microrregião de Chapadinha



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos *shapefiles* do IBGE

No que diz respeito ao produto interno bruto da microrregião este representa cerca de 1,92% do total maranhense. A título de comparação, a microrregião de Chapadinha é apenas a 13^a dentre as 21 microrregiões do estado em participação relativa no PIB do Maranhão. (IBGE, 2021).

A análise do PIB segmentada por município mostra que o município de Chapadinha concentra 39,42% do produto interno bruto da microrregião seguido de Brejo (13,64%) e Urbano Santos (10,5%). O município menos representativo é o de Belágua com 2,53% da produção da microrregião. (IBGE, 2021).

Ao examinarmos como a atividade econômica da microrregião se distribui pelos diferentes setores, observa-se que o setor público concentra 49,04% da atividade seguido do setor de serviços (37,73%). Comparando-se com a média do estado do Maranhão (29,29%), observa-se que o setor público tem substancialmente mais relevância para a microrregião de Chapadinha.

No que diz respeito aos indicadores socioeconômicos da microrregião estes são bastante modestos. Segundo o IDH-M elaborado pelo com base nos dados do Censo de 2010 (PNUD, 2021), todos os municípios da microrregião se encontravam abaixo das médias nacionais e estaduais no Índice Geral. O mesmo ocorreu nos indicadores de Educação e Renda conforme a tabela 02, sendo assim, apenas no indicador de Longevidade alguns municípios conseguiram superar a média estadual.

Tabela 02 – IDHM, IDHM Renda, IDHM Longevidade e IDHM Educação – Microrregião de Chapadinha

	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637
Maranhão	0,639	0,612	0,757	0,562
Anapurus (MA)	0,581	0,511	0,764	0,502
Belágua (MA)	0,512	0,417	0,707	0,455
Brejo (MA)	0,562	0,517	0,758	0,454
Buriti (MA)	0,548	0,479	0,714	0,48
Chapadinha (MA)	0,604	0,554	0,77	0,517
Mata Roma (MA)	0,57	0,483	0,776	0,494
Milagres do Maranhão (MA)	0,527	0,465	0,764	0,413
São Benedito do Rio Preto (MA)	0,541	0,468	0,749	0,452
Urbano Santos (MA)	0,588	0,506	0,77	0,522

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do PNUD – Censo 2010

Quanto ao índice de Gini da renda domiciliar, que mede a desigualdade de renda, observa-se que os municípios apresentam números em linha com a média do estado do Maranhão e com a região Nordeste. Tais números apontam que a região reflete os mesmos problemas de desigualdade que se encontram na esfera nacional.

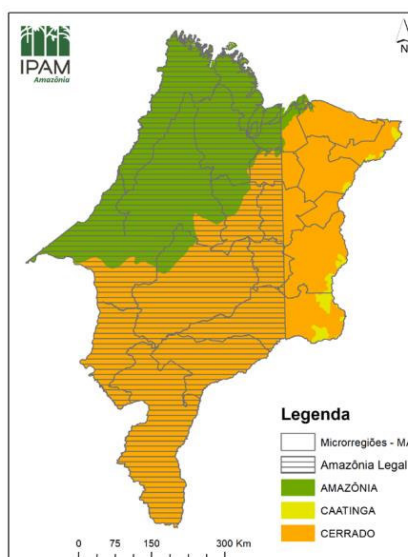
Tabela 03 – Índice de Gini da renda domiciliar per capita – Municípios da microrregião de Chapadinha

Anapurus (MA)	0,5564
Belágua (MA)	0,5041
Brejo (MA)	0,6495
Buriti (MA)	0,6190
Chapadinha (MA)	0,6019
Mata Roma (MA)	0,5793
Milagres do Maranhão (MA)	0,5357
São Benedito do Rio Preto (MA)	0,6278
Urbano Santos (MA)	0,6127
MARANHÃO	0,6291
NORDESTE	0,6277
BRASIL	0,6086

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do DATASUS (2021)

No que se refere a bioma, a microrregião de Chapadinha está inserida no Cerrado Maranhense. Essa região insere-se na área do chamado MATOPIBA que vem sendo nas últimas décadas território de rápida expansão da fronteira agrícola para a produção grãos, como destaca o trecho abaixo:

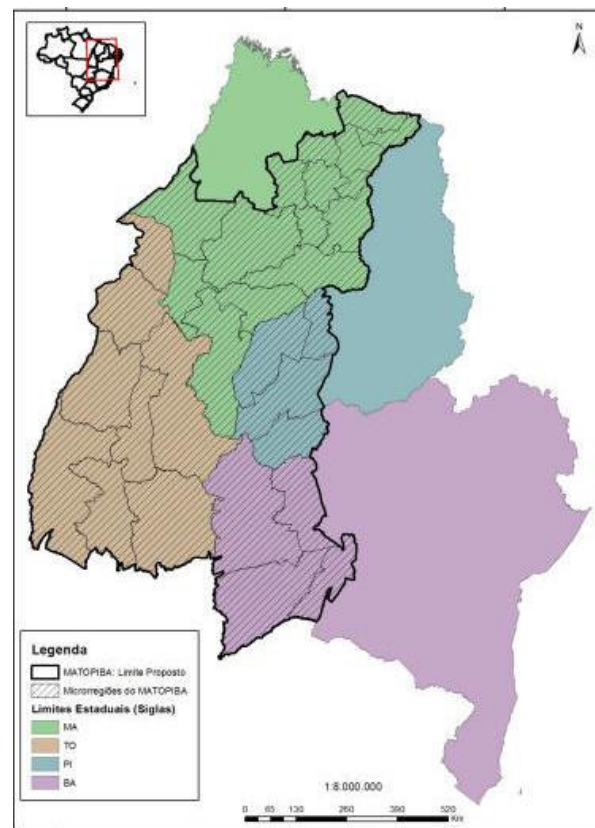
A região do Matopiba vem passando por transformações nos aspectos econômicos e sociais, especialmente em consequência da expansão da agricultura, como a produção de grãos, com destaque para soja, milho e algodão. A região é uma grande produtora de grãos nos últimos anos, representando crescimento de 239% na quantidade de grãos produzidos entre 2000 e 2014. (IPAM AMAZÔNIA, 2021, p. 13).

Figura 04 – Biomas do Maranhão

Fonte: IPAM Amazônia (2021)

A microrregião de Chapadinha que está inserida nessa dinâmica, também foi território do avanço da fronteira agrícola. Como falado anteriormente por Mesquita (2011a), especialmente a partir dos anos 2000, a microrregião apresentou a rápida ascensão de uma cultura em especial: a sojicultura. Este produto, típico da agricultura empresarial, foi rapidamente ganhando relevância na região desde este período.

Figura 05 – Região do MATOPIBA



Fonte: EMBRAPA (2014)

Vale a pena destacar ainda que, dentro das últimas décadas, a silvicultura do Eucalipto também ganhou relevância na microrregião de Chapadinha-MA: A busca por carvão vegetal por parte das guserias – como por exemplo a Margusa - acentuaram a cultura do eucalipto na microrregião. Dessa forma, o monocultivo do eucalipto teve uma trajetória ascendente, como mostra a tabela 04.

Tabela 04 – Área total existente da silvicultura do eucalipto na Microrregião de Chapadinha-MA (em hectares)

Município	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Anapurus (MA)	2.623	4.826	-	3.667	3.700	3.567	3.400
Belágua (MA)	-	-	-	1.900	2.600	2.600	2.600
Brejo (MA)	-	185	185	185	32	32	32
Buriti (MA)	-	-	-	1.046	1.100	1.100	2.379
Chapadinha (MA)	1.874	1.809	1.809	1.809	2.520	2.520	2.520
Mata Roma (MA)	581	580	580	730	610	610	580
Milagres do Maranhão (MA)	300	300	300	300	300	300	392
São Benedito do Rio Preto (MA)	826	712	712	1.033	1.430	1.500	1.550
Urbano Santos (MA)	5.563	9.432	9.432	6.939	10.530	10.530	9.517
TOTAL	11.767	17.844	13.018	17.609	22.822	22.759	22.970

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS/IBGE

Cultivos como o da soja – ou outras commodities agrícolas voltadas à exportação – tem ganhado bastante prioridade e atenção das políticas agrícolas nacionais, apesar da questionável capacidade destes cultivos conseguirem impulsionar uma região em direção ao desenvolvimento.

A rápida ascensão da agricultura da soja têm sido um fenômeno expressivo na microrregião de Chapadinha. Dessa forma, torna-se importante uma análise cautelosa acerca das repercussões de tal fenômeno. Esta sojicultura, como citado anteriormente, é típica da agricultura empresarial, com alta incorporação de capital e bastante tecnológica.

Entretanto, o fato de ser uma “agricultura tecnológica” não a torna consequentemente benéfica para a microrregião. A própria contraposição entre uma “agricultura tecnológica” representando algo positivo, contra uma agricultura dita “atrasada”, já incorpora inúmeros aspectos ideológicos que escondem realidades mais complexas.

Fotografia 01 – Silos de armazenamento de grãos (Anapurus – MA)



Fonte: Autoria própria (2022)

Como abordado anteriormente, o desenvolvimento regional não se confunde com o mero crescimento econômico. É importante, antes de se apontar os “benefícios” advindos do avanço da agricultura empresarial, que sejam avaliadas as diversas dimensões existentes no que se entende desenvolvimento regional. Visando maiores esclarecimentos acerca do impacto – ou não – desta agricultura empresarial no desenvolvimento da microrregião de Chapadinha - MA os tópicos seguintes analisarão os dados recentes para avaliar os supostos benefícios gerados por esse setor.

4.1.3 Ocupação do território e contextualização do cultivo da soja na microrregião de Chapadinha

A busca pela compreensão dos fenômenos recentes da agricultura da microrregião de Chapadinha exige a compreensão da inserção desse território em um contexto mais amplo. Desde os anos 2000 a agricultura da microrregião foi marcada pela ascensão exponencial do cultivo de um produto: a soja. A ascensão da sojicultura na microrregião de Chapadinha trouxe repercussões que abrangem diferentes segmentos e agentes do cenário rural da microrregião mas que, de maneira alguma, pode ser compreendido de forma isolada da conjuntura global. Desta forma, para o efetivo entendimento dos eventos recentes da agricultura na microrregião é necessário dar um passo atrás.

Como citado no tópico anterior a microrregião de Chapadinha faz parte do bioma do cerrado maranhense, território esse que nas últimas décadas foi palco de rápida ocupação por parte da agricultura empresarial, com destaque para a soja. Entretanto o avanço da sojicultura no cerrado vai além das divisas maranhenses.

A ideia de ocupação do cerrado brasileiro, que já estava presente na era Vargas em seu projeto de “Marcha para o Oeste”, ganha novos contornos a partir dos anos 1970. No plano internacional havia uma crescente demanda por *commodities* agrícolas, em particular a soja, devido ao embargo dos EUA na exportação desse produto reservando-o para abastecimento doméstico (LOPES; LIMA; REIS, 2020).

Foi também na década de 70 que foi criada uma das principais entidades que deram condições para o avanço da sojicultura no Brasil: a Empresa brasileira de pesquisa agropecuária – Embrapa. Seria a Embrapa, por meio de suas pesquisas e estudos, somados ao investimento público, que possibilitaram a adaptação da soja, que era cultivada apenas nas regiões de zona temperada, como o sul do Brasil, para o clima do cerrado brasileiro. Lopes, Lima e Reis (2020, p.5) resumem essa trajetória da soja:

Com base na pesquisa agrônômica de universidades públicas, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) seria criada em 1973, em parte para desenvolver sementes e procedimentos aperfeiçoados de preparação do solo. Esses investimentos públicos permitiram à soja ser cultivada não apenas nas áreas temperadas do Sul, mas também nas regiões tropicais do país e, em particular, nos solos ácidos do Cerrado (LOPES; LIMA; REIS, 2020, p. 5)

Soma-se a isso o chamado Programa de cooperação nipo-brasileira para o desenvolvimento dos cerrados – PRODECER, que foi uma parceria firmada pelo governo Geisel com o governo japonês no intuito de estimular a produção de alimentos no cerrado brasileiro (YOSHII; CAMARGO; ORIOLI, 2000). Observa-se, portanto, que o status atual da sojicultura, foi fruto de estudo, planejamento e envolvimento de diversos agentes, ou seja, “a expansão da soja para o cerrado brasileiro, na vasta região Centro-Oeste do país, surgiria principalmente como um projeto político”. (LOPES; LIMA; REIS, 2020, p. 5).

Nessa lógica, houve um processo migração de famílias do sul do Brasil, que já detinham conhecimento sobre o cultivo da soja para as regiões do cerrado nas décadas de 70 e 80. (LOPES; LIMA; REIS, 2020). Houve, portanto, uma ascensão da agricultura empresarial no centro-oeste brasileiro e a soja detinha um papel de destaque nesse processo. Se em 1974 a região produziu 406.033 toneladas de soja, - cerca de 5% da produção total nacional – em 2020 esse número passou para 59.136.746 toneladas, quase metade da produção nacional (IBGE, 2020).

Nas últimas décadas, no entanto, a fronteira da sojicultura tem se expandido de maneira mais acelerada em um território mais ao norte: o MATOPIBA, região que incorpora áreas de cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Esse têm sido, nos últimos anos o principal território de incorporação de áreas para a sojicultura no Brasil.

Destaca-se, no entanto, que o avanço recente da sojicultura já incorpora algumas novas características como citado no abaixo:

O Matopiba, que tem suportado o peso da expansão da soja desde 2003, já não experimenta mais a migração de famílias de agricultores do sul do Brasil, e sim o crescimento de um setor corporativo de soja financiado em sua maioria pelo Norte global. A soja é uma cultura relativamente cara e se beneficia enormemente com as economias de escala. Portanto, praticamente inexistem pequenos proprietários em suas áreas de expansão. (LOPES; LIMA; REIS, 2020, p. 6).

Mesquita, (2021, p. 11) também cita novos elementos que o agronegócio apresentou após a entrada no período neoliberal:

A concentração e centralização de capitais no agrário brasileiro já está presente, desde os anos 70, e o Estado, teve papel importante na indução deste processo e no seu “sucesso atual”. Mas sem dúvida, com a agenda neoliberal eles ganham musculatura, de um lado pelo o Efeito China, e de outro pela política econômica incentivando a expansão, que se soma aos novos mecanismos de financiamentos, públicos (BNDES/BB) e privados (bolsas de valores e grandes corporações).

No caso do específico Maranhão a região sul do estado - microrregiões de Gerais de Balsas e Chapada das Mangabeiras – passou, ainda nos anos 90, a apresentar acelerado crescimento de áreas ocupadas pela sojicultura. Esta é até os dias atuais a região de maior relevância na sojicultura do estado. Apenas estas duas microrregiões foram em 2020 responsáveis por 64,91% da produção total de soja no estado (IBGE, 2021).

Apenas a partir dos anos 2000, o cultivo da avançaria para a região nordeste do estado e ganharia relevância na microrregião de Chapadinha. O crescimento da sojicultura na microrregião de Chapadinha é apenas mais uma face desse longo processo. Dessa forma, é importante destacar que a expansão da soja na microrregião de Chapadinha – MA faz parte de um contexto maior que não consegue ser explicado apenas pela realidade da microrregião.

Fica claro, portanto, que o avanço dessa atividade faz parte de um cenário de expansão da fronteira agrícola na região do chamado MATOPIBA (GARCIA; VIEIRA FILHO, 2017), que por sua vez está inserido na lógica do capitalismo mundial onde os setores mais dinâmicos de acumulação demandam *commodities*, muitas vezes extraídas dos setores periféricos.

Neste sentido, a microrregião de Chapadinha representa apenas uma das localidades para onde se deslocaram a fronteira agrícola da sojicultura. Dessa forma, o avanço da

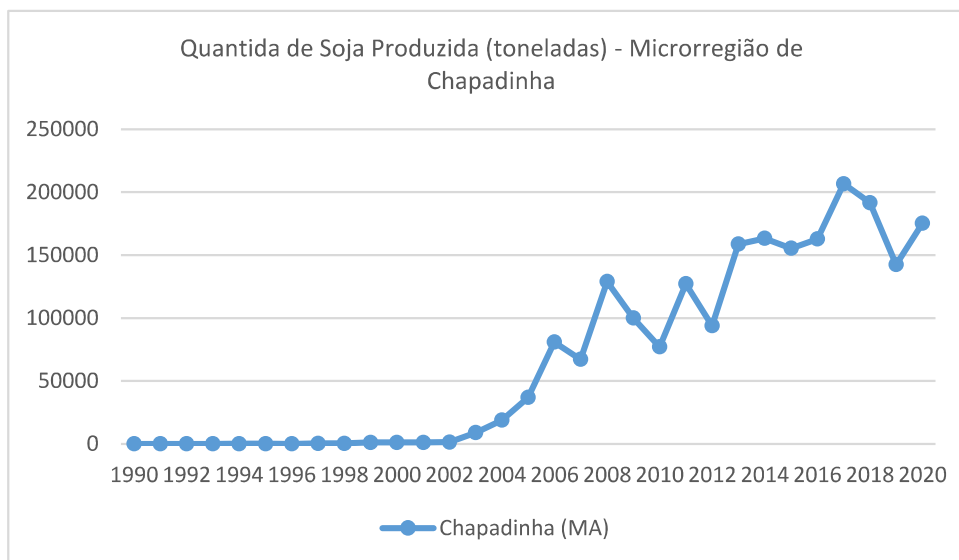
agricultura empresarial na região não pode, de maneira alguma, ser entendido como um processo que ocorreu de maneira espontânea e endógena. Portanto, apesar do presente estudo ter como foco o estudo dos impactos dessa atividade no desenvolvimento da microrregião de Chapadinha – MA, não se pode perder de vista que o avanço da agricultura empresarial nessa região tem suas origens em causas mais amplas.

Destaca-se ainda o fato de que o avanço da produção de soja na microrregião, assim como em outras regiões do país, é marcado por um processo migratório. Nesse processo, a região passou a atrair imigrantes de outras regiões do país - com destaque para região sul - que se instalaram na região para se dedicar a produção da soja (GASPAR, 2010).

Dado a importante contextualização do cultivo da soja na microrregião de Chapadinha, serão analisados alguns números que evidenciam tal avanço no período pós-2000 e sua relação com os outros cultivos no território.

O gráfico 04 mostra a rápida ascensão da quantidade produzida de soja na microrregião de Chapadinha. Constata-se que esse fenômeno, de fato, passou a ganhar relevância a partir do ano 2000 marcando uma trajetória de crescimento exponencial desde a virada do século.

Gráfico 04 – Quantidade de soja produzida (em toneladas) - microrregião de Chapadinha



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Pesquisa de Agricultura Municipal PAM/IBGE (2021)

Entretanto, destaca-se que esse avanço da sojicultura não ocorreu de forma homogênea no espaço da microrregião de Chapadinha, mas sim, se concentrando nos municípios mais ao leste do território. A tabela 05 mostra a evolução da sojicultura por município no período 2000-2020.

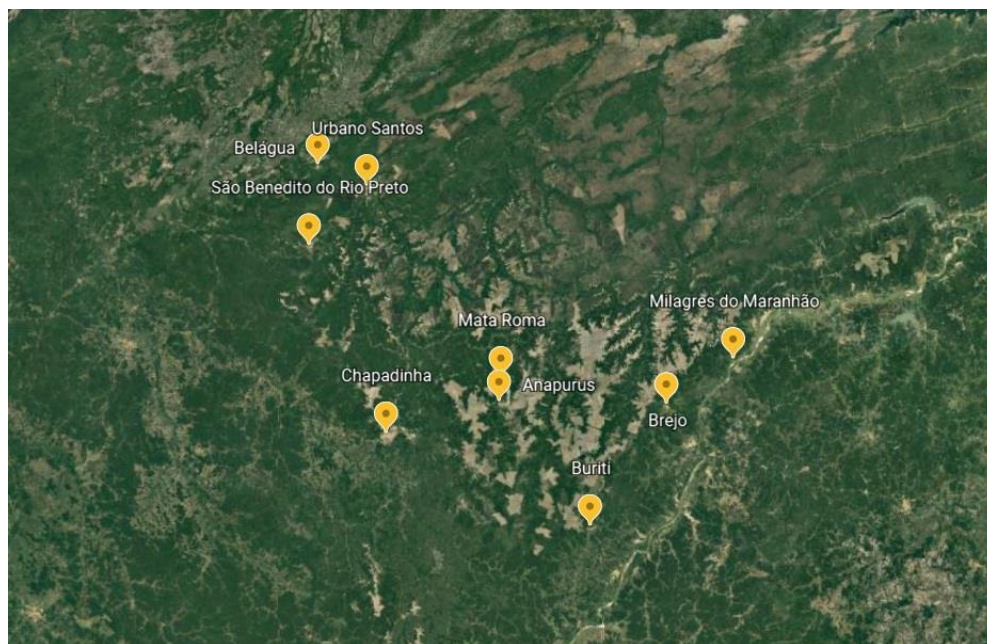
Tabela 05 – Área total colhida de soja por município na microrregião de Chapadinha-MA (em hectares)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Anapurus (MA)	305	570	250	870	2.085	3.000	4.379	5.000	9.790	7.737	8.120	4.550	5.000	8.370	8.170	6.800	6.800	7.200	7.230	7.500	7.695
Belágua (MA)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brejo (MA)	100	180	-	1.580	2.230	5.200	7.920	9.000	8.530	12.075	12.700	15.380	16.000	23.840	24.240	26.775	25.500	23.600	25.100	16.100	16.000
Buriti (MA)	6	7	300	400	1.710	4.050	7.383	8.000	16.100	11.340	11.900	13.140	15.000	11.027	12.357	13.500	13.500	14.000	14.120	13.200	13.450
Chapadinha (MA)	-	-	-	116	240	600	1.380	1.500	2.090	2.440	2.570	3.700	4.000	2.393	2.140	3.700	3.700	3.800	3.850	4.300	4.330
Mata Roma (MA)	-	-	-	750	1.610	1.700	2.670	3.000	3.210	3.500	3.700	5.350	6.000	6.660	6.660	8.100	8.100	8.400	8.420	8.000	8.150
Milagres do Maranhão (MA)	-	-	-	-	-	27	950	1.500	1.460	2.850	2.950	2.400	3.200	2.650	2.650	3.500	3.500	3.650	3.670	3.580	4.950
São Benedito do Rio Preto (MA)	-	-	-	-	-	-	-	-	190	270	440	500	600	610	650	1.240	1.240	1.300	1.400	1.320	1.380
Urbano Santos (MA)	-	-	-	-	-	-	-	-	400	200	450	500	600	1.590	1.690	1.350	1.350	1.400	1.450	800	910

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Pesquisa de Agricultura Municipal PAM/IBGE

Verifica-se que a atividade, desde o início do período analisado, concentra-se majoritariamente em 4 municípios, sendo eles: Anapurus, Brejo, Buriti e Mata-Roma. Tal concentração pode também ser percebida por imagens de satélites como as figuras 06 e 07. Nas imagens observam-se manchas mais claras nos territórios mais ao leste da microrregião que são áreas de sojicultura – tais territórios são visíveis na figura 07.

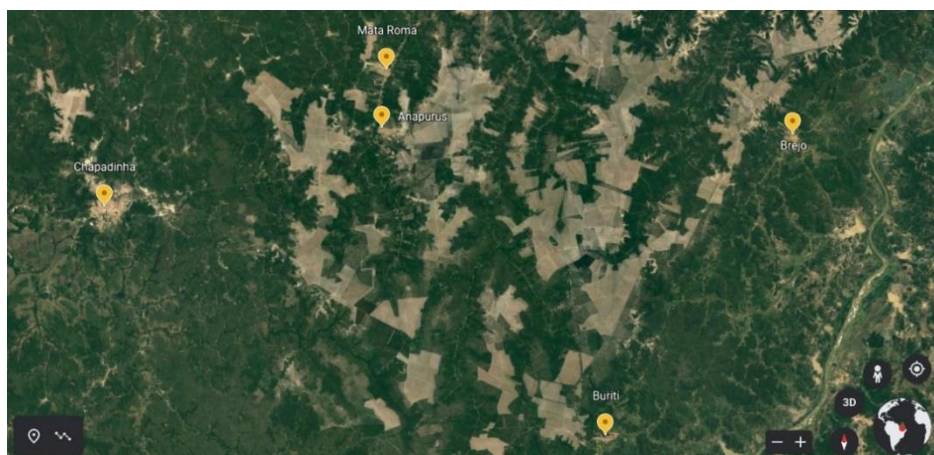
Figura 06 – Imagem de satélite - microrregião de Chapadinha-MA



Fonte: Google Earth, 2022

Também por meio das imagens, nota-se que os territórios próximos as cidades de São Benedito do Rio Preto, Urbano Santos e Belágua são aqueles mais distantes do núcleo da sojicultura na microrregião. Tal constatação é corroborada pelos números da tabela 05 que apontam uma participação relativa bem pequena desses três municípios na produção de soja.

Figura 07 – Imagem de satélite – concentração da sojicultura na microrregião de Chapadinha-MA



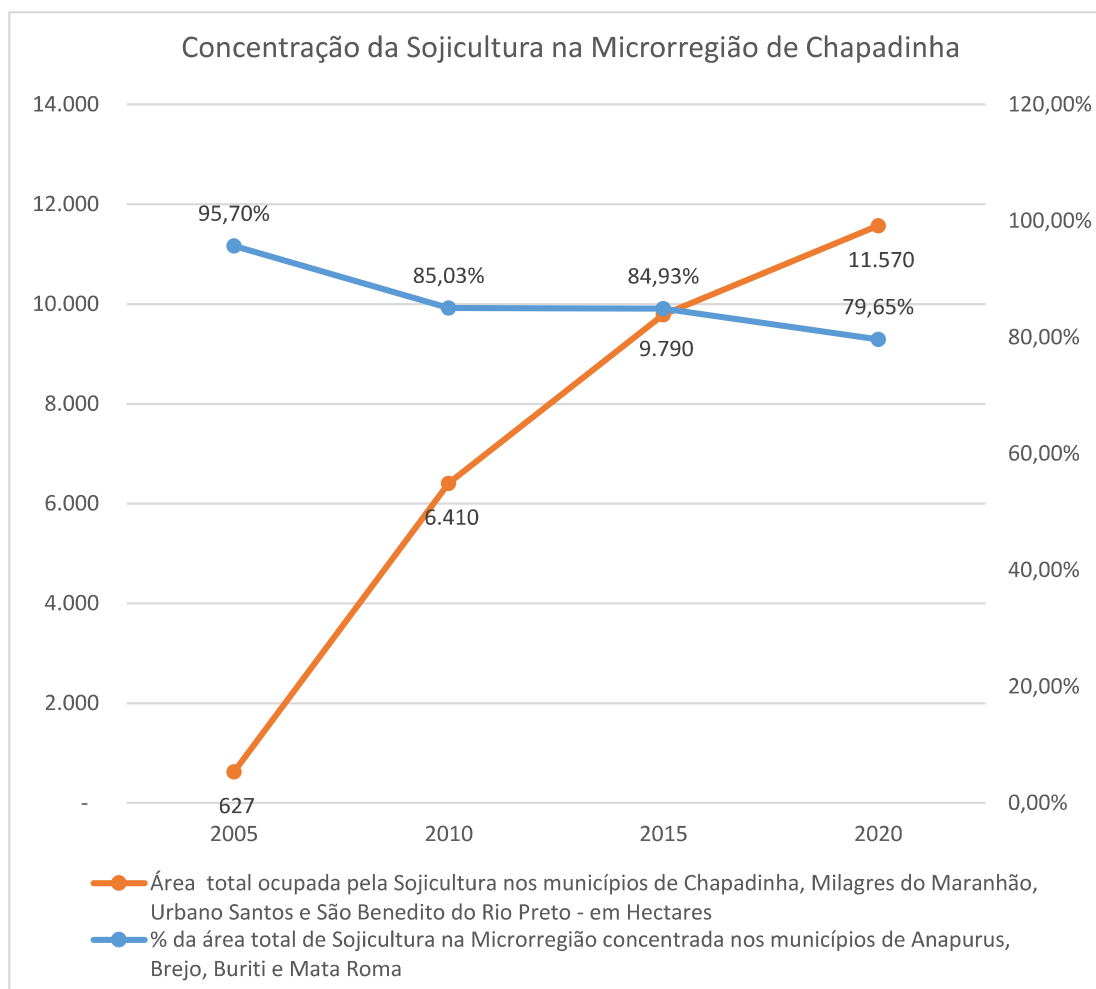
Fonte: Google Earth, 2022

Fotografia 02 – Galpões e Silos de armazenamento (Anapurus – MA)



Fonte: Autoria própria (2022)

Entretanto, apesar da existente concentração do cultivo da soja nos territórios de Anapurus, Brejo, Buriti e Mata Roma percebe-se uma expansão da atividade nos outros municípios da microrregião. O Gráfico 05 aponta o avanço sojicultura – em hectares – nos demais municípios do território e a lenta queda do percentual da produção de soja concentrada nos quatro municípios de maior destaque na sojicultura da microrregião.

Gráfico 05 – Concentração da sojicultura na microrregião de Chapadinha

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Pesquisa de Agricultura Municipal PAM/IBGE (2021)

Ao analisarmos a trajetória da agricultura da microrregião de Chapadinha nos últimos anos percebe-se que o avanço do cultivo da soja representou uma grande transformação. A tabela 06 mostra a participação relativa de algumas das principais culturas da microrregião em diferentes anos do período 2000-2020. O exponencial crescimento da sojicultura na microrregião foi o fenômeno de grande destaque partindo de uma inexpressiva parcela da produção para a grande dominância na produção local.

Entretanto, observa-se também um recuo no cultivo de outros produtos que antes protagonizavam a agricultura da microrregião como o arroz e a mandioca. Constatase uma forte queda na participação relativa desses cultivos frente o avanço da sojicultura. A mandioca, que representava em 2000 mais da metade da produção agrícola da região, passou a representar apenas 11,76% desta produção. De maneira semelhante se comportou a cultura do arroz que ocupava 21,72% da produção e passou em 2020 a representar apenas 1,67%.

Tabela 06 – Participação relativa das Lavouras de arroz, mandioca, feijão e soja - microrregião de Chapadinha (2000 – 2020)

Participação Relativa das Lavouras de Arroz, Mandioca, Feijão e Soja - Microrregião de Chapadinha (2000 – 2020)					
	2000	2005	2010	2015	2020
Arroz (em casca)	21,72%	17,18%	14,46%	1,12%	1,67%
Mandioca	56,52%	57,15%	29,28%	27,40%	11,76%
Feijão (em grão)	1,52%	1,49%	0,94%	1,41%	0,50%
Soja (em grão)	0,55%	12,67%	40,57%	56,02%	77,03%
TOTAL	80,32%	88,49%	85,25%	85,94%	90,96%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Pesquisa de Agricultura Municipal PAM/IBGE (2021)

Porém esse encolhimento não se deu apenas em termos relativos, mas também em termos absolutos como se pode ver na tabela 07 e no gráfico 06. No período analisado a quantidade produzida de mandioca, que era o produto mais cultivado no de 2000, caiu de 100.748 para 26.753 toneladas, uma queda de 73,45%. O arroz, outro produto que possuía grande relevância na agricultura da microrregião, sofreu uma queda de 90,21% no mesmo período. Por fim a atividade da extração do babaçu também perdeu relevância na microrregião com uma queda 72,13%.

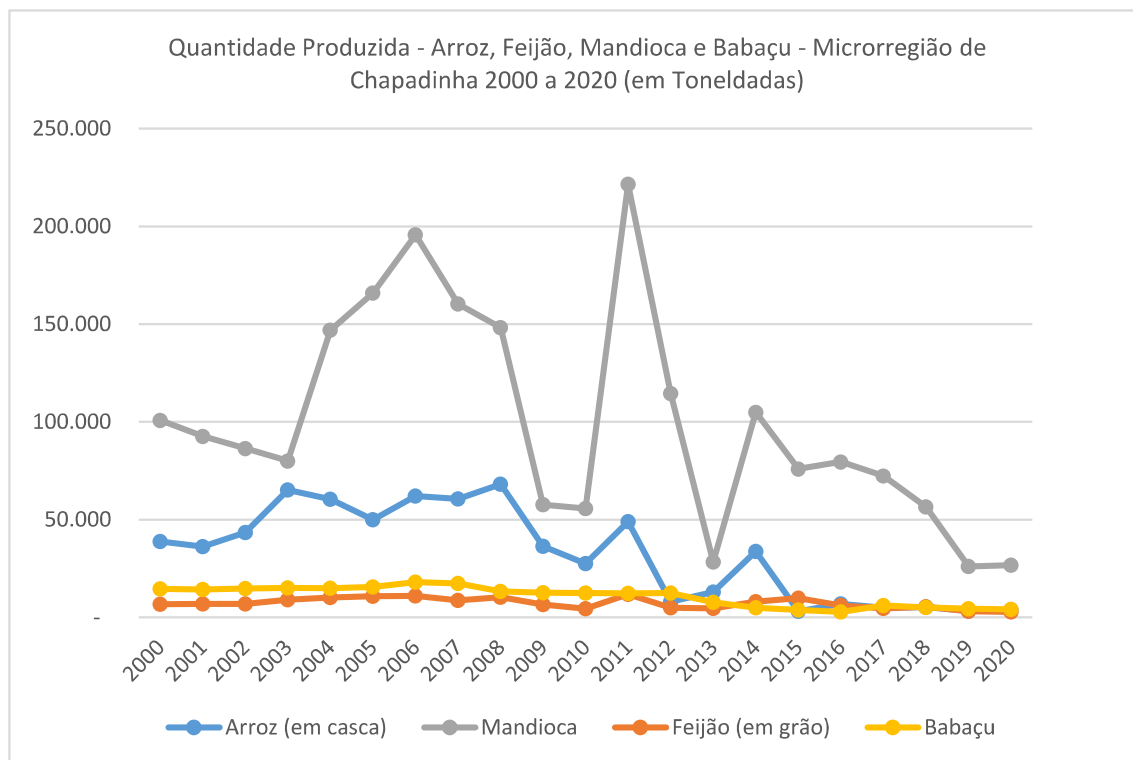
Tabela 07 – Toneladas Produzidas/Extraídas de Arroz, Mandioca, Feijão e Babaçu - 2000-2020

Toneladas Produzidas/Extraídas de Arroz, Mandioca, Feijão e Babaçu - 2000-2020					
	2000	2005	2010	2015	2020
Arroz (em casca)	38.720	49.898	27.478	3.112	3.789
Feijão (em grão)	2.709	4.320	1.790	3.905	1.140
Mandioca	100.748	165.975	55.632	76.001	26.753
Babaçu	5.859	6.256	4.969	1.523	1.633

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PAM/IBGE (2021) e PEVS/IBGE (2021)

Constata-se, portanto, que o avanço da sojicultura foi acompanhando por uma rápida queda – em termos relativos e absolutos - no cultivo de outros produtos que detinham importância na agricultura da microrregião. Enquanto a soja apresentou um crescimento anual médio de 29,56% ao ano a mandioca, o arroz e extrativismo do babaçu sofriam uma queda anual de 6,41%, 10,97% e 6,19% respectivamente.

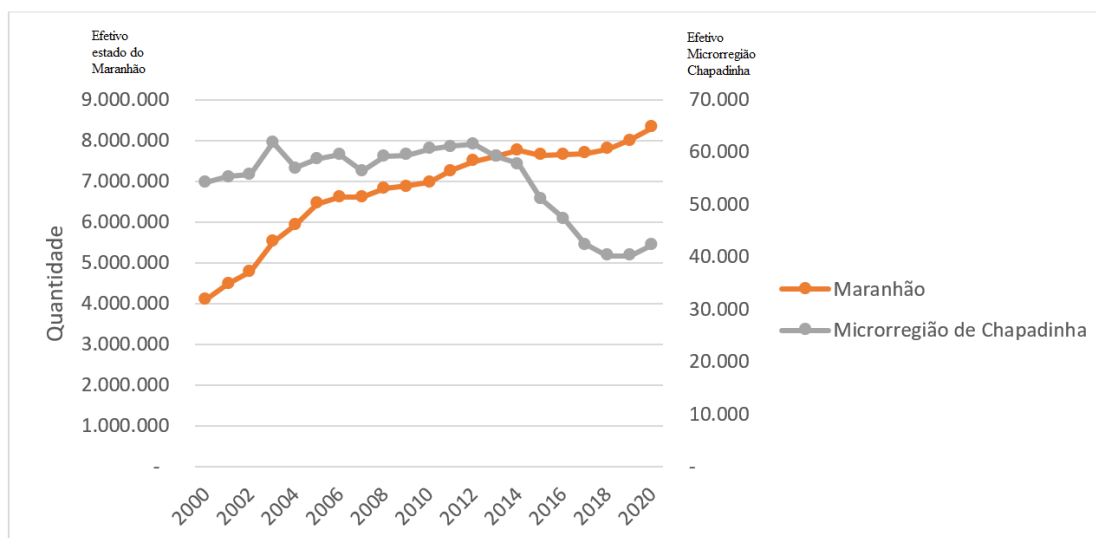
Gráfico 06 – Quantidade Produzida - arroz, feijão, mandioca e babaçu - microrregião de Chapadinha 2000 a 2020 (em toneladas)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PAM/IBGE (2021) e PEVS/IBGE (2021)

O gráfico 07 mostra ainda como se comportou o rebanho bovino na microrregião comparado com estado do Maranhão no período 2000/2020. Constatase que a partir de 2012 o rebanho bovino da microrregião de Chapadinha entra em uma acentuada queda, enquanto o indicador para o estado do Maranhão prossegue em trajetória de ascensão.

No período 2000-2020 o rebanho bovino da microrregião apresenta uma taxa de variação anual negativa de -1,23%, enquanto o mesmo indicador para o estado é de crescimento anual de 3,61% a.a. Tais números podem indicar o processo de “despecuarização” do campo maranhense por meio do avanço da agricultura empresarial apontado por Mesquita (2011).

Gráfico 07 – Efetivo de rebanho bovino – Microrregião de Chapadinha e Maranhão – 2000 a 2020 (em cabeças)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM/IBGE (2021)

Os números analisados mostram, portanto, uma grande alteração no cenário rural da microrregião de Chapadinha com o avanço da soja nesse território. O crescimento de uma cultura ligada a agricultura empresarial e a perda de relevância de outras culturas que detinham tradicional relevância na microrregião resumem tal alteração. Entretanto, torna-se crucial entender de que forma tal avanço repercute na dinâmica socioeconômica do território e qual o potencial desta atividade em ascensão de gerar efeitos positivos nessa dinâmica.

4.2 Uma análise do avanço da sojicultura na microrregião de Chapadinha

No intuito de compreender como o avanço da sojicultura têm transformado a agricultura da microrregião de Chapadinha optou-se por uma composição de análises quantitativas e entrevistas com pessoas de interesse ou em comunidades impactadas pelo avanço do cultivo da soja. No que diz respeito a análise quantitativa buscou-se compreender de que forma a sojicultura tem avançado no território da microrregião e como tal avanço tem gerado concentração produtiva. Nesse sentido, fez-se uso de um conhecido indicador de diversidade produtiva: Índice de Simpson.

O Índice de Diversidade de Simpson (Simpson Index of Diversity - SID) pode ser obtido por meio da expressão:

$$SID = 1 - \sum_{i=1}^n \left(\frac{x_i}{\sum_{i=1}^n x_i} \right)^2$$

Onde: x_i = área ocupada por cada produto e n = número de produtos agrícolas produzidos no município que ocupam mais de um hectare.

O valor do índice pode variar de 0 a 1, de forma que o valor 0 representa uma concentração produtiva total, ou seja, uma região que produz apenas um único produto, e o valor se aproxima de 1 quanto maior for a diversidade produtiva da região. De maneira similar ao executado por Teixeira e Ribeiro (2020), com intuito de facilitar a visualização dos resultados, os índices de Simpson foram agrupados 5 faixas descritas abaixo :

Diversificação muito baixa: $SID \leq 0,20$;

Diversificação baixa: $SID > 0,20$ e $\leq 0,40$;

Diversificação média: $SID > 0,40$ e $\leq 0,60$;

Diversificação alta: $SID > 0,60$ e $\leq 0,80$;

Diversificação muito alta: $SID > 0,80$.

Por fim, para a elaboração dos mapas foi utilizado o *software* R Studio (linguagem R de programação), com destaque para o pacote geobr que possibilita a análise por recortes geográficos menores como o utilizado no presente trabalho.

Já no tocante as entrevistas, estas aconteceram de maneira semiestruturada, de forma que, apenas alguns tópicos/perguntas da entrevista foram previamente estabelecidos, abrindo margem para a expressão espontânea do entrevistado acerca do tema.

Por fim foram extraídos de bases públicas, dados que cruzados com as informações obtidas anteriormente – entrevistas e índice de Simpson - auxiliam na compreensão da realidade da microrregião de Chapadinha – MA. Para isso foram utilizadas algumas das principais bases de dados nacionais. Para os dados oriundos das diferentes pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE utilizou-se do SIDRA - Sistema IBGE de recuperação automática. No caso das informações da RAIS, utilizou-se da ferramenta BI do Ministério do Trabalho e Previdência, que disponibiliza o acesso tal base de dados.

As informações utilizadas para a composição das tabelas e indicadores estão disponíveis nas seguintes pesquisas e base de dados:

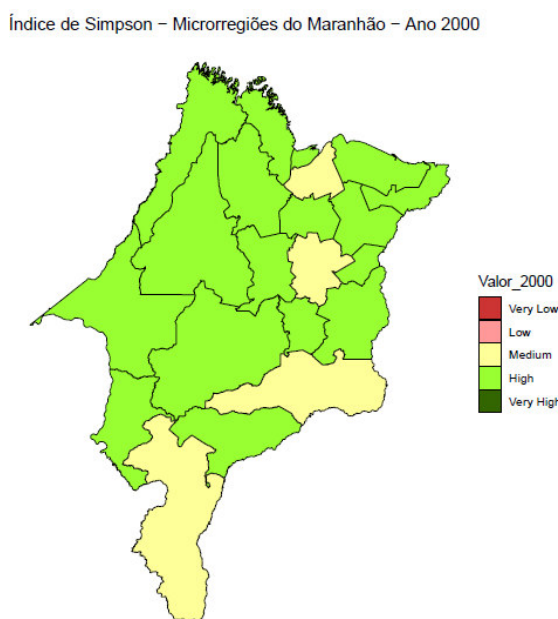
- Produto Interno Bruto dos Municípios – PIB-Munic
- Censo Agropecuário/IBGE

- Pesquisa Agrícola Municipal – PAM/IBGE
- Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS/IBGE
- Base de dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - PNADC/A
- Censo Demográfico/IBGE

4.2.1 O aumento da concentração produtiva sob a ótica do *Simpson Index of Diversity*

As figuras 08 e 09 mostram os índices de Simpson calculados para as diferentes microrregiões do Maranhão para os anos de 2000 e 2020. Os índices foram agrupados nas faixas de concentração produtiva descritas na seção anterior, com intuito de facilitar a visualização das informações. Todos os índices calculados constam no apêndice do presente trabalho.

Figura 08 – Índice de Simpson – Microrregiões Maranhão – ano 2000

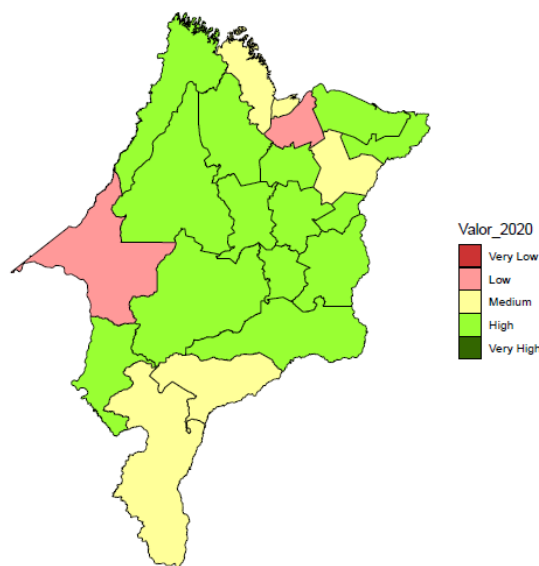


Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se que no ano 2000 haviam 17 microrregiões na faixa de alta diversidade produtiva e apenas 4 na faixa média. Já no ano de 2020 haviam 14 microrregiões na faixa de alta diversidade, 5 na faixa média e 2 microrregiões na faixa de baixa diversidade.

Figura 09 – Índice de Simpson – Microrregiões Maranhão – ano 2020

Índice de Simpson – Microrregiões do Maranhão – Ano 2020

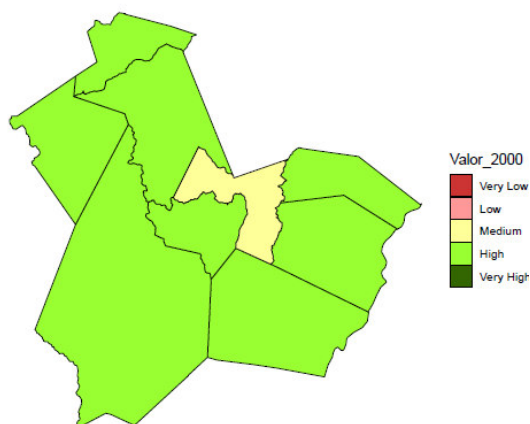


Fonte: Elaborado pelo autor

Ao focar a análise na microrregião de Chapadinha percebe-se que no período o índice passou da faixa de alta diversidade produtiva (0,701) para uma a faixa média (0,416). Entretanto, compreendendo que a concentração produtiva não se comporta de maneira homogênea dentro microrregião, foi analisado o índice de Simpson para os diferentes municípios nos recortes 2000, 2005, 2010, 2015 e 2020. As figuras 10,11,12,13,14 exibem tais resultados.

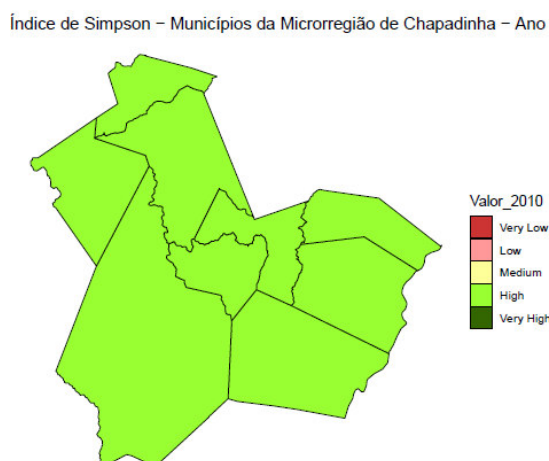
Figura 10 – Índice de Simpson – Municípios Microrregião de Chapadinha – ano 2000

Índice de Simpson – Municípios da Microrregião de Chapadinha – Ano



Fonte: Elaborado pelo autor

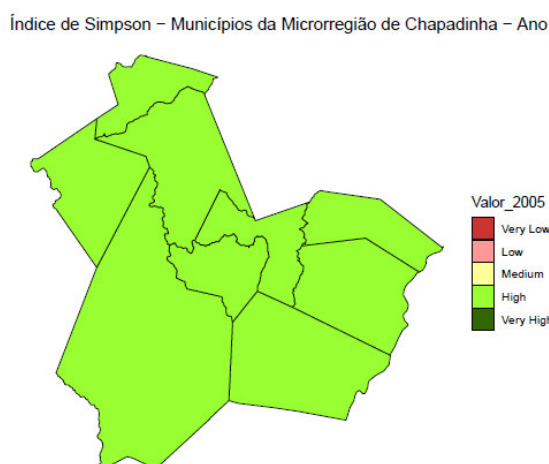
Figura 11 – Índice de Simpson – Municípios Microrregião de Chapadinha – ano 2005



Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando as alterações nos Índices de Simpson entre os anos 2000 e 2020, percebe-se que os municípios mais ao leste da microrregião de Chapadinha foram aqueles que tiveram um maior aumento em sua concentração produtiva. Tal cenário se relaciona com o avanço do cultivo da soja na microrregião que se concentrou, em um primeiro momento nos municípios do leste da microrregião e segue avançando para o oeste.

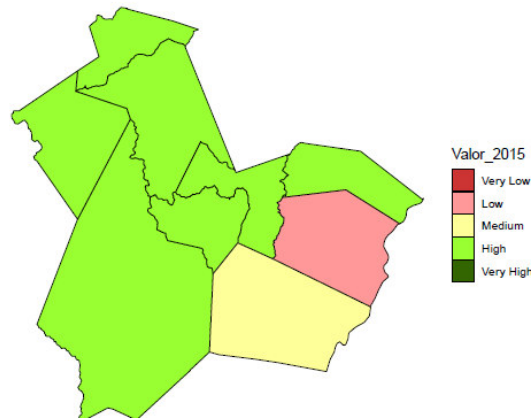
Figura 12 – Índice de Simpson – Municípios Microrregião de Chapadinha – ano 2010



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 13 – Índice de Simpson – Municípios Microrregião de Chapadinha – ano 2015

Índice de Simpson – Municípios da Microrregião de Chapadinha – Ano

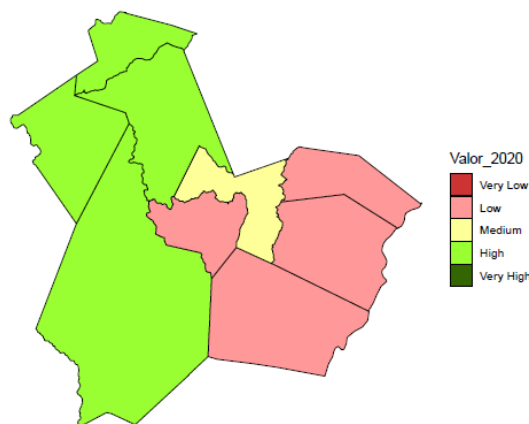


Fonte: Elaborado pelo autor

Nota-se que até o ano de 2010, todos os municípios da microrregião ainda se encontravam na faixa de alta diversidade produtiva, mas já no ano de 2015 era percebido uma maior concentração produtiva nos municípios de Buriti e Brejo que passaram para as faixas de média e baixa concentração produtiva respectivamente. Estes dois municípios são, até o presente, os municípios que mais possuem áreas dedicadas ao cultivo da soja (IBGE, 2021).

Figura 14 – Índice de Simpson – Municípios Microrregião de Chapadinha – ano 2020

Índice de Simpson – Municípios da Microrregião de Chapadinha – Ano



Fonte: Elaborado pelo autor

Ao analisarmos o mapa da concentração produtiva para o ano de 2020, percebe-se que outros municípios adentraram a faixa da baixa diversidade produtiva, sendo eles: Milagres do

Maranhão e Mata Roma. Verifica-se ainda que o município de Anapurus também aumentou sua concentração produtiva passando da faixa da alta diversidade produtiva para a faixa média.

Para efeito de comparação, foram elaborados os índices de Simpson do Brasil, do Nordeste e do Maranhão para os anos 2000 e 2020, tais dados estão agrupados na tabela 08. Observa-se que nas três referências citadas houve um aumento na concentração produtiva entre o período 2000-2020, entretanto, os municípios mais ao leste da microrregião apresentaram uma elevação superior as médias nacional, regional e estadual evidenciando que a concentração produtiva se deu de maneira mais acelerada nesse território.

Tabela 08 – Índice de Simpson – Brasil, Nordeste e Maranhão (2000-2020)

	2000	2020
BRASIL	0,844	0,746
NORDESTE	0,872	0,832
MARANHÃO	0,750	0,612

Fonte: Elaborado pelo autor

A queda na diversidade produtiva dos municípios mais ao leste da microrregião demonstra como tem se dado o avanço da agricultura da soja neste território. Um processo que vai avançando para outros municípios da microrregião, substituindo um tipo de agricultura por outro. Os municípios de Brejo, Buriti, Mata Roma, Milagres do Maranhão e Anapurus já apresentam resultados que denotam que esse processo já se encontra mais avançado.

A concentração produtiva evidenciada pelo índice de Simpson representa a hegemonia da sojicultura sobre as demais culturas da região. É, portanto, o domínio territorial da agricultura empresarial conectada a lógica global de acumulação que vai inserindo a microrregião no papel de fornecedor de *commodities* agrícolas para centros dinâmicos do capitalismo global.

4.2.2 O avanço da sojicultura na visão de agricultores locais

No intuito de investigar de que forma o avanço da soja tem se materializado na microrregião de Chapadinha a presente pesquisa buscou, por meio de entrevistas *in loco*, diferentes pontos de vista de pessoas de interesse ou que em algum grau estão envolvidas ou impactadas no avanço da soja na microrregião. Para compreender o contexto específico do município de Chapadinha, optou-se pela entrevista com um dos diretores do Sindicato dos

trabalhadores e trabalhadoras rurais. O sindicato é filiado a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e também à sua representação estadual a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão – FETAEMA.

Como apontado nos dados do IBGE, o município de Chapadinha apresenta um constante aumento de áreas voltadas a sojicultura, entretanto, não alcança os patamares dos municípios que são o cerne desta atividade na microrregião (Brejo, Buriti, Mata Roma e Anapurus). O avanço da sojicultura no município de Chapadinha, de maneira similar ao que ocorre em outras localidades, se dá sobre as áreas usadas nas atividades de extrativismo e agricultura familiar.

Por meio da entrevista o diretor do sindicato destacou que a sojicultura passou ocupar espaços no município ainda na primeira década dos anos 2000. Entretanto, após um período estabilidade nos conflitos, nos últimos anos houve uma intensificação destes em dois povoados em especial: povoado do Sangue e povoado Veredão. Acerca dessa dinâmica o diretor do sindicato comentou:

Pesquisador: Sobre o município de Chapadinha, quando começou a haver mais incomodo com o avanço da soja?

Diretor do Sindicato: Eu não estou certo o ano não, mas eu acho que foi já 2004, por aí assim, viu? Que começou isso lá, negócio de soja. [...] Aí tinha feito uma pausa...senhor. Aí faz uns quatro anos começou esse outro daí.

Pesquisador: Quantas pessoas vivem mais ou menos nesses nessa região tanto o pessoal do povoado Sangue quanto do povoado Veredão?

Diretor do Sindicato: Senhor... São setenta e seis família no sangue. E no veredão são cento e quatro família. Todo esse pessoal “se mante” dessa terra na fruta do bacuri, do pequi essas coisas e há muito tempo e ele se mantendo disso aí, eles vivem disso aí. E tem babaçu e lá embaixo. A área da chapada lá que tá o bacuri, tá o pequi. Lá embaixo é o babaçu... eles vivem se mantendo do babaçu.

Observa-se que, no município de Chapadinha a sojicultura vem avançando sobre a vegetação local (bacuri, pequi e babaçu) comprometendo uma forma de geração de renda para as comunidades locais. Acerca deste ponto ainda comentou-se:

Diretor do Sindicato: No caso... o bacuri siô, dá até uma renda boa. Eles tiram muita massa do bacuri, vende a fruta mesmo [...] pessoal do Bacuri eles tiram e eles vendem às vezes a fruta porque tem um comprador que vem de Teresina direto comprar.

Pesquisador: Aí quando o povoado perde terras pra eles...

Diretor do Sindicato: É, aí ficam sem condição de sobreviver

Conforme relatado pelo entrevistado as áreas de extrativismo tanto do povoado do Sangue quanto do povoado Veredão vem sendo destruídas por meio da técnica de “correntão”

onde veículos de grande porte utilizando correntes derrubam a vegetação nativa. Por ser uma região de pouca fiscalização, é comum o uso de armas por parte daqueles que estão avançando sobre as árvores nativas, no intuito de intimidar a população local. Tal situação se repete no povoado Sangue:

Diretor do Sindicato: Sinhô o pessoal do sangue é de cortar coração. A gente via lá uns tirão de bacuri chega ‘tava’ rosinha de flor. E eles levaram no correntão...faz é dó...não podia fazer nada. Nós ainda falamos aqui com o major capitão aí ele ainda levou a polícia lá duas vez... ele parou lá né? ainda trouxe umas arma presa.

Pesquisador: Algumas armas presas?

Diretor do Sindicato: É eles tavam armados lá viu? Os jagunços lá do homem... ele disse que não contratou uma empresa de segurança sem arma. E aí como é que ele contratou sem arma e aí a polícia achou as arma lá?

A ação por meio dos correntões, além de impactar a atividade extrativista altera a paisagem local de tal forma que afugenta a fauna local, em especial as chamadas ‘caças’, que também são importantes para a subsistência das comunidades. Durante a entrevista o diretor do sindicato relatou que, durante as derrubadas, foram abatidos vários animais por parte dos ‘jagunços’ que executavam a derrubada:

Diretor do Sindicato: No desmatamento, não sei se foi já esse ano ou se foi o ano passado ainda, só os bichinho saindo nas casa e mataram vinte e oito veados num dia. Pois é os bichinhos saiu lá das casa e os pessoal matando. E aqui nessa do Veredão num dia eles mataram três veado e o menino diz que tinha um saco e meio de cutia. Saia os cabra na frente dos trator, os trator vão levando em correntão com tudo e aí eles ficam lá na frente. Aí fica... os bichinhos vem só correndo pro meio do trator e eles vai matando [...]

Pesquisador: E como a soja impactou a atividade de caça?

Diretor do Sindicato: Tinha muita caça aí...agora não tem mais não. Vocês viaja trinta minuto correndo dentro de um campo aí sem ver nenhum mato... de um lado pra outro não vê nada.

O avanço da agricultura empresarial no município de Chapadinha sobre essas áreas de agricultura familiar/extrativismo exige do sindicato e da FETAEMA ações no sentido de conter ou, ao menos, possibilitar a coexistência desses dois tipos de agricultura. Entretanto, o entrevistado relatou a sensação impotência no intuito de defender os trabalhadores rurais, visto que a fiscalização não consegue acompanhar o ritmo do avanço da agricultura empresarial. O entrevistado alegou ainda que as documentações utilizadas pelos sojicultores não corresponde com o que seria necessário para o avanço legal sobre as áreas das comunidades locais e de extrativismo:

Diretor do Sindicato: A gente mandou documento pro ITERMA, o ITERMA nunca ligou e até que hoje tá desse jeito. O cabra não pode desmatar, ainda não tem licença ainda, mas está metendo motosserra e derrubando os pau... já derrubou um quase riba da casa de uma mulherzinha lá e é assim sinhô... as coisa são desse jeito e a gente queria tanto defender pelo menos uma partezinha.

Uma importante colocação feita pelo entrevistado foi acerca do papel que a atividade de agricultura familiar e extrativismo desempenha para o território. Nesse aspecto, questiona-se se entendimento das autoridades públicas é o de que tais atividades são irrelevantes para atividade econômica local e se, portanto, a agricultura empresarial seria a única atividade produtiva válida:

Diretor do Sindicato: Senhor eu achava... não é dizer que eu sou contra ninguém produzir. Esse pessoal da soja eles acham que o sindicato não quer ninguém bem. Não... ninguém é contra ninguém produzir, mas a gente também tem que ter um limite. É isso é que é viu. Porque eles vão produzir soja, digamos assim, mas o quê que foi que eles fizeram? Eles tiraram a produção que já tinha pra botar outra. Pois é, se os municípios e estados e a União acha que é aquela produção nativa não dá resultado pro município, pro estado que eu não sei, né? Eu acho que é isso que eles imaginam.

O avanço da sojicultura na microrregião de Chapadinha, como mostrado anteriormente, iniciou-se pelo Leste o território e até hoje é o trecho de maior relevância da atividade. Desta forma, para compreender o cenário de um dos municípios que compõe o cerne da sojicultura na microrregião, foi executada também uma pesquisa de campo no município de Buriti - o segundo município com maior área de sojicultura na microrregião. A pesquisa se deu mais especificamente no povoado Araçá, uma comunidade que ilustra uma das faces do avanço da sojicultura na microrregião: os conflitos agrários.

Fotografia 03 – Povoado Araçá (Buriti -MA)



Fonte: Autoria própria (2022)

A sojicultura tem cercado o território do povoado e gerado inúmeros embates entre os moradores e os sojicultores. Entretanto, o conflito local ganhou notoriedade em abril de 2021, quando a população local foi atingida pela pulverização de agrotóxicos, de forma que uma criança de 7 anos sofreu queimaduras pelo corpo e diversos outros habitantes tiveram outras sintomas como coceira e náuseas. Para compreender melhor este complexo contexto, o presente trabalho buscou o contato com os habitantes do povoado Araçá, no intuito de obter relatos que joguem luz nos fatos que se escondem por trás do avanço da agricultura empresarial no território.

Figura 04 – Povoado Araçá (Buriti -MA) – Reunião com moradores



Fonte: Autoria própria (2022)

De maneira similar ao que foi relatado em Chapadinha, uma das consequências mais nefastas da sojicultura para o povoado, conforme relatado pelos moradores, foi a destruição das áreas de extrativismo que eram importante fonte de renda para os habitantes do Araçá. As vastas áreas de bacuri, pequi e babaçu que compunham a paisagem do território deram espaço aos extensos campos de cultivo da soja, impactando a subsistência local. Acerca deste ponto os entrevistados destacaram:

Entrevistado 1: O bacurizal verde todinho daqui, os bacuri verde foi ‘derrubado’ aí... sinhô a gente faltava era chorar mas você acredita? Verde, verde derrubou o maior bacurizado que tinha no município de Buriti.

Entrevistado 2: O modo de nós viver era no extratismo lá... que era a gente quebrar coco pra tirar o azeite, o bacuri, o pequi, a caça, daonde nós tirava nosso sustento... o Bolsa Família daqui é pouquinho, né?

Pesquisador: Eram o Babaçu e o Bacuri que existiam na região?

Entrevistado 3: Isso, lá que era nossa renda mesmo atual, né? Porque quando acabava o bacuri, ficava o coco [babaçu], né?

Como destacado, a transformação da paisagem local pelo avanço do cultivo da soja se deu em detrimento das atividades extrativistas e as chamadas ‘caças’ que tinham forte relevância na subsistência da comunidade. Outra atividade que tinha importância para a população local era a lavoura. Conforme relatado nas entrevistas, às áreas onde acontecia o cultivo desses produtos foi tomada pela agricultura empresarial, conforme trechos abaixo:

Entrevistado 1: Ali nós tirava roça lá, era a coisa mais linda do mundo. Quando o cara estava assim meio estressado ia pra lá. Lá tinha a barraca, tinha tudo. Pois é. Hoje não existe mais nada.

Entrevistado 2: Lá tinha o coco, tinha a caça. Nós tinha tudo era de lá. Você passa aí pode só ver o céu. Não vê nada mais não.

Pesquisador: Essa área que ficava a barraca é a área que esse fazendeiro derrubou?

Entrevistado 3: Isso...que é onde nós situava lá que nós fazia as roça e aí nós fazia as casinha lá pra nós ficar o dia lá, né? E quando era de tardezinha nós pegava e vinha pra casa.

Agora no dia foi... no dia que eles estavam desmatando lá. Fazia era pena e dó. Os macaquinhos pedindo socorro. Pegando lapada dos pau, né? Os correntão derrubando aí e os bicho pegando lapada e morrendo

Fotografia 05 – Casa de forno - Povoado Araçá (Buriti -MA)



Fonte: Autoria própria (2022)

Dentre outros prejuízos citados pelos moradores destaca-se o aterramento da nascente do rio preto, que é um importante rio da região e detinha grande relevância para aquela comunidade em particular. Quando perguntado sobre os impactos desse aterramento, os moradores apontam que a partir do ano de 2016 – com a chegada de outro sojicultor no território – essas atividades predatórias à comunidade se intensificaram:

Entrevistado 1: É aqui aonde ele acabou. É bem acabou. Ele aterrou

Entrevistado 3: Desde dois mil e dezesseis que nós vem sentindo os impacto mais forte, né? Passando fome, necessidade... de dois mil e dezesseis.

Pesquisador: E foi esse [novo proprietário] que jogou barro na nascente?

Entrevistado 3: Foi esse que entupiu a nascente do Rio Preto.

Os moradores relatam ainda que os conflitos têm se agravado nos últimos anos, de forma que os ‘jagunços’ – trabalhadores ligados ao sojicultor – têm vigiado e hostilizado a comunidade do Araçá. Houve relatos de agressões físicas de ameaças aos habitantes locais como destacado nos trechos abaixo:

Pesquisador: Você estava falando que tem uns jagunços por aqui. Esses jagunços chegam aqui na comunidade conversam com vocês? Já houve ameaça?

Entrevistado 3: Já teve ameaça, os jagunço tomaram um facão... correram atrás das duas crianças de menor... esse processo que está lá na justiça... nem está aí. O Jagunço dele pegou, meteu a mão naquela dali [apontando para uma moradora] e está lá na justiça... a justiça só pegou e sentou no processo em cima.

Os conflitos atingiram seu ponto alto no caso da pulverização de agrotóxicos no povoado, impactando a população da comunidade – de crianças a idosos. O caso ganhou repercussão nos âmbitos nacional e internacional, entretanto, não foram percebidas pela comunidade consequências proporcionais àqueles que causaram tal situação, de forma que a comunidade ainda luta para sobreviver em meio a tais conflitos.

Entrevistado 1: ele pagava o cara daqui, pagava o Sérgio aqui pra passar pro riba da casa, das casa nossa aqui, jogando veneno, entendeu?

Pesquisador: Ele passa de avião mesmo jogando?

Entrevistado 1: Passava jogando mesmo, né? menino aí se queimou demais sinhô. As roupa que tava no varal...vamo supor... foi tudo queimada. Porquê nós fiquemo tudo de coceira, tudo cheio de coceira

O caso da comunidade do Araçá demonstra algumas das mazelas ligadas ao avanço da sojicultura na microrregião de Chapadinha. O questionável “desenvolvimento” por meio do agronegócio muitas vezes propagado esconde inúmeras realidades de forma que o caso da comunidade Araçá é apenas mais uma face.

Outro importante impacto gerado pelo avanço da soja é a homogeneização dos territórios, de forma que as áreas onde ocorrem avanços da agricultura empresarial perdem as heranças históricas e se tornam apenas mercadoria. Um importante caso desse fenômeno se dá microrregião de Chapadinha, mais especificamente no povoado Lagoa Amarela.

Lagoa amarela é uma área quilombola no município de Chapadinha que teve grande relevância na história maranhense. Sua importância remete aos tempos da balaiada e sua área foi a localização do mais importante quilombo do estado do Maranhão – Quilombo Lagoa Amarela - que era liderado por ninguém menos que Cosme Bento das Chagas, o Negro Cosme. É portanto, região de grande interesse para a compreensão da ancestralidade maranhense.

Entretanto, a região passou a conviver com o avanço do cultivo da soja, e com o plantio do eucalipto, de forma que a vegetação nativa e a fauna, têm sido transformadas. Segundo relatos de habitantes do povoado, a sojicultura tem impactado especialmente as nascentes de rio por meio de aterramentos.

Fotografia 06 – Área queimada para a dar espaço a produção de soja (Chapadinha-MA)



Fonte: Autoria própria (2022)

Consequentemente, ocorre a perda de áreas voltadas para a pequena agricultura, redução das chamadas “caças” e destruição da vegetação nativa que possibilitaria o extrativismo. Dessa forma, o que se observa é a perda no interesse da população na permanência na comunidade estimulando a mudança para a cidade. Desse processo sucede-se o esvaziamento da comunidade tanto no quesito pessoas quanto na herança histórica de território que possui um passado de grande relevância na trajetória maranhense.

A lógica da agricultura empresarial, portanto, torna *commodity* o território pelo qual avança, não distinguindo qualquer relevância histórica ou socioeconômica existente. Vegetação nativa é largamente destruída para dar espaço aos modernos cultivos voltados para o mercado externo. Conflitos agrários oriundos desse avanço vão deixando as comunidades tradicionais desamparadas. Nota-se, portanto, que a sojicultura na microrregião de Chapadinha, inserida nessa lógica, abraça todas essas características.

Por fim, na tentativa de compreender de que forma o poder público local observa o avanço da sojicultura na microrregião, o presente trabalho entrevistou um representante da gestão municipal da prefeitura de Chapadinha. Durante a entrevista, quando perguntado sobre o crescimento dessa atividade e seu papel na dinâmica econômica do município o entrevistado fez questão de destacar que a atividade nos moldes atuais não gera grandes benefícios para o

município e entende que a atividade deveria gerar contrapartidas proporcionais a sua ocupação de território. Sobre esse ponto, destacam-se os seguintes trechos:

Pesquisador: Dado o avanço da sojicultura, como você observa essa atividade para o município de Chapadinha?

Gestor Municipal: Atualmente, não influencia em tanta coisa, em termos de arrecadação, porque por exemplo, nota fiscal de tudo que é tirado dessa soja que é produzida aqui em Chapadinha tudo é emitido em balsas então o município ele não arrecada nada entendeu? O que acontece aí, de forma indireta, seria aí uma absorção de mão de obra.

Pesquisador: Absorção de mão-de-obra pro cultivo especificamente?

Gestor Municipal: Pro cultivo, pro preparo da lavoura, essas coisas, né? Esses trabalhos mais digamos braçais, porque o tecnificado a gente sabe que geralmente vem de fora... O trabalho tecnificado, o operador de máquina, engenheiros agrônomos geralmente é de fora, né? Mas não deixa de absorver mão-de-obra local. Mas em termos de em termos de arrecadação o município não arrecada muita coisa, tanto que seria interessante pro município de Chapadinha uma proposta que até queria levar. Que que acontece? O município ele não autoriza a supressão na vegetação... pelo menos não em área rural... Que que acontece? Eles só podem exercer essa atividade depois que o município dá uma certidão de uso e ocupação do solo. Aí eles vão dar entrada na secretaria de estado pra desmatar pra enfim executar a atividade. Que que acontece? Uma certidão dessas é trinta reais. Vamos supor que são quinhentos hectares de soja. Pronto... quinhentos hectares de soja é trinta reais...é trinta reais e acabou. Seria interessante pro município de Chapadinha fazer essa correção e começar a cobrar isso por hectare. [...] É o que o município vê por pelo resto da vida, se for o caso. Então assim, eu acho que tem algumas situações que a gente precisa corrigir nesse sentido. Não que o município de Chapadinha veja de forma negativa a questão do avanço da soja, né? Mas que o município se beneficiasse de alguma forma.

Pesquisador: Você falou sobre essa questão fiscal o fato deles emitirem nota por Balsas, então todos os tributos são ligados e direcionados ao município de lá?

Gestor Municipal: Exatamente. Nunca entendi o motivo, razão e circunstância, mas é emitido tudo lá.

O gestor faz questão de destacar que o município não recebe contrapartidas adequadas a ocupação feita em seu território, de forma que essa atividade apresenta problemas em se converter em benefícios para a população. O único suposto benefício apontado seria uma pequena absorção de mão-de-obra apontada como “braçal”, de forma que a mão-de-obra qualificada, como apontado pelo entrevistado vem de outras regiões. Quando questionado sobre a relevância dessa incorporação da mão-de-obra o entrevistado comentou:

Gestor Municipal: Alguma certa mão-de-obra absorve. Não como o município gostaria que absorvesse, mas absorve... não como a prefeitura gostaria que absorvesse, mas absorve.

Ainda sobre a questão dos poucos benefícios gerados, o gestor destaca que a partir do momento que os sojicultores estão estabelecidos no território, não há mais nenhuma ligação ou obrigação para com a prefeitura, apenas o cumprimento de normas ambientais. E, mesmo a licença ambiental que é retirada quadrienalmente é de competência do governo do estado e não da prefeitura.

Pesquisador: Pelo que entendi, acaba que eles se estabelecem aqui, tem esse lado negativo, mas a contrapartida não é proporcional, não é isso?

Gestor Municipal: Eu acho que tem um ônus aí pro município em termo fiscal. Tem um impacto ambiental, a gente já sabe que tem um impacto ambiental querendo ou não. Mas não tem a não compensação da maneira que deve ser, entendeu? Esse dinheiro ser revestido de alguma forma em algum benefício, entendeu? Deixasse pelo menos isso de arrecadação pra que se ele fosse investido em algum programa, algum projeto, alguma coisa. Eles pagam uma vez e estabelecem né? Vamos supor tem uma fazenda aí que das que chegaram agora, por exemplo, deram entrada com desocupação, o município recebeu, vão na SEMA, conseguem a supressão, o vegetal, vão desmatar e vão plantar. Acabou.

Pesquisador: Da prefeitura eles não tem que não tem mais nada? nem mesmo a licença ambiental que eles devem que tirar de quatro em quatro anos?

Gestor Municipal: Essa vai ser estado. Essa licença vai ser estado, entendeu? No caso quando é perímetro rural é SEMA - Secretaria de Estado. Quando envolve questão florestal é SEMA.

Outro questionamento feito foi acerca dos conflitos agrários e sobre a fiscalização de crimes ambientais no município. Sobre esse ponto, o entrevistado aponta que houve, com o avanço mais acelerado da soja recentemente um aumento em tais conflitos, mas apontou também sobre algumas limitações logísticas na atividade de fiscalização de todo o território do município. Sobre esses pontos comentou-se:

Gestor Municipal: A gente presencia muito com o avanço dessa questão dessas solicitações, desse avanço da soja no município de Chapadinha é questão de conflito fundiário, isso tem demais, a gente se deparou muito do ano passado pra cá.

Pesquisador: Qual é o poder de fiscalização realmente da Prefeitura pra esse tipo de atividade dado o tamanho do município?

Gestor Municipal: Na verdade a gente pode fiscalizar tudo que aflige de certa forma o meio ambiente. Assim, não vou te mentir que a gente tem um quadro bem reduzido, né? Chapadinha é muito grande, muito grande. Pra você ter ideia, ontem mesmo eu acho que a gente rodou que quase sessenta quilômetros ou mais. Então é assim a gente tem expediente de manhã geralmente tratando dados e informações e de tarde a gente sai pra campo pra executar essas coisas. Aí a gente vai por ordem de prioridade, entendeu?

Pesquisador: Normalmente as atividades de campo são ligadas à conflitos?

Gestor Municipal: Nem sempre. Geralmente é relacionado a caça ilegal, desmatamento. Quando são essas questões de conflito fundiário, que que a gente faz...

Geralmente a gente entrou no meio dessa confusão no passado, mas o quê que nós aconselhamos: procurar o Ministério Público e contestar a posse. A gente não pode ficar constando na posse. Se o cara tem o documento dizendo que ele é o proprietário, a única coisa que eu posso cobrar dele na hora que ele estiver desmatando é a licença se ele tem autorização, se ele está cumprindo as condições pra que ele possa desmatar... tá deixando a reserva legal? Tá respeitando nascente? basicamente isso, entende?

Como observado, no que diz respeito aos conflitos agrários, o entrevistado afirma que nos casos de contestação de posse, outros órgãos seriam os verdadeiros competentes, de forma que a secretaria de meio ambiente não poderia atuar em tais situações. Quando perguntado sobre os desmatamentos ilegais e mais especificamente acerca do caso do povoado Sangue – comentado pelo diretor do Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais – o gestor afirma que se trata também de casos de contestação de posse, alegando que a documentação aponta que se trata de um desmatamento legal, conforme o trecho abaixo:

Pesquisador: E sobre a questão dos desmatamentos ilegais?

Gestor Municipal: A única questão que tá acontecendo de fato é contestação de posse, né? O pessoal tá contestando a posse desses sojicultores, entendeu? [...] É o caso do [povoado] buriti dos bois e sangue... lá o senhor lá ele comprou né? O que eles alegam é que lá são terras devolutas... e o que a gente identificou tratando o documento é que não é. [...] Se tem documento não é terra devoluta não entendeu? Porque tá registrado o cartório, tudo bonitinho. [...] No caso de Buriti do Bois e Sangue é questão de contestação de posse eles dizem que são sobras de terras do estado entendeu? Mas isso aí quem vai questionar isso não é o órgão ambiental. O órgão ambiental ele vai atuar dentro da questão ambiental. Questão de posse aí é o Ministério Público que tem Juiz agrário, alguma coisa nesse sentido.

Por fim, o gestor comenta sobre as diferenças entre a agricultura empresarial e a agricultura de subsistência e as exigências e no município. Nesse ponto, é apontado que, apesar da agricultura de subsistência ser dispensada de algumas obrigações que são necessárias ao plantio empresarial existem limitações para sua atividade. Além disso o entrevistado comenta que recebe diversos questionamentos por parte dos pequenos produtores sobre a liberdade que os “gaúchos” tem para suas atividades na região, sobre isso ele comenta que, na prática, apenas a produção de grande porte dispõe de recursos para cumprir todos os trâmites legais para algumas atividades como o desmatamento. Isso é comentado no trecho abaixo:

Gestor Municipal: porque quando é questão de subsistência geralmente é dispensado... mas quando a gente diz que é dispensado não é dispensado pro cara desmatar a nascente, não é dispensado pro cara desmatar reserva legal, ele é dispensado e pode fazer a roça dele dentro do mais legal possível que a gente quer dizer. Existe uma margem de erro aí, entendeu? Porque existe muito isso, chega numa

situação dessa com a comunidade que é mais carente aí o cara pega e questiona, “ah porque que os gaúcho pode desmatar e eu não posso?” aí eu digo: “olha não é que você não pode, acontece que são questões totalmente distintas o objetivo dele é um, o seu é outro..., você trabalha como um agricultor de subsistência, ele trabalha como agricultor de larga escala”. E querendo ou não, aquele ditado prevalece: quem tem dinheiro pra fazer dinheiro... Aí é o cara que tem recurso pra arcar com uma licença ambiental, um estudo de viabilidade, entendeu? Fazer tudo certinho do jeito que o órgão ambiental pede. Tá entendendo? Não é que ele possa... tem que ter um pouco de poder aquisitivo pra conseguir cumprir algumas condições, mas o [agricultor] de subsistência não é que ele não possa também... mas tem que cumprir dentro da legalidade.

O diálogo com o gestor apresenta a perspectiva de um município que está inserido na lógica de avanço da sojicultura, mas que não tem ferramentas para converter tal avanço em benefícios para o território. O reconhecimento de que os danos ambientais e os conflitos fundiários não recebem uma contrapartida proporcional a seus malefícios é ponto sintomático da forma que a sojicultura tem ocupado espaço neste território.

As entrevistas realizadas servem para jogar luz em algumas problemáticas advindas do avanço da sojicultura na microrregião de Chapadinha. Tais problemáticas vão desde a retirada de vegetação ligada a atividades de extrativismo (bacuri, pequi, babaçu) e que representam fonte de renda para as comunidades tradicionais, até os violentos conflitos agrários. O processo de avanço da agricultura empresarial que por muitas vezes é exaltado como sinônimo de modernidade, na verdade, traz consigo uma grande quantidade de pessoas que ficam a margem de qualquer suposto progresso. Nesse sentido, torna-se necessário questionar a concepção de “desenvolvimento” por meio do agronegócio.

4.2.3 Transformações na agricultura da microrregião e sua relevância para o cenário econômico local.

Dado que o avanço da sojicultura na microrregião de Chapadinha se deu principalmente pós-2000, analisam-se alguns dados que auxiliam a compreensão da relevância do setor na microrregião e seu potencial – ou não – como condutor do desenvolvimento da microrregião.

Para iniciar a análise foi construída tabela 09 que mostra a participação relativa da agropecuária das 21 microrregiões em relação ao valor adicionado do estado do Maranhão para os anos de 2002 e 2019. Observa-se que no ano de 2002 a agropecuária da microrregião de Chapadinha era a décima região em participação relativa com 3,78% da produção maranhense.

Já no ano de 2019, outras microrregiões ultrapassaram Chapadinha em importância, de forma que a microrregião passou para a décima quarta posição com apenas 1,82% da produção do estado.

Tabela 09 – Participação relativa da Agropecuária – microrregiões do Maranhão (2002-2019)

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS MICRORREGIÕES NO VALOR ADICIONADO DA AGROPECUÁRIA DO MARANHÃO - ANO 2002		PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS MICRORREGIÕES NO VALOR ADICIONADO DA AGROPECUÁRIA DO MARANHÃO - ANO 2019	
Maranhão	100,00%	Maranhão	100,00%
1 Pindaré (MA)	12,96%	1 Gerais de Balsas (MA)	29,55%
2 Gerais de Balsas (MA)	11,49%	2 Imperatriz (MA)	9,34%
3 Baixada Maranhense (MA)	9,02%	3 Pindaré (MA)	9,15%
4 Imperatriz (MA)	8,73%	4 Chapadas das Mangabeiras (MA)	7,92%
5 Alto Mearim e Grajaú (MA)	7,23%	5 Baixada Maranhense (MA)	6,68%
6 Médio Mearim (MA)	7,09%	6 Alto Mearim e Grajaú (MA)	5,49%
7 Chapadas das Mangabeiras (MA)	5,81%	7 Médio Mearim (MA)	4,39%
8 Chapadas do Alto Itapecuru (MA)	4,69%	8 Porto Franco (MA)	4,08%
9 Gurupi (MA)	4,56%	9 Gurupi (MA)	3,50%
10 Chapadinha (MA)	3,78%	10 Chapadas do Alto Itapecuru (MA)	3,38%
11 Presidente Dutra (MA)	3,58%	11 Presidente Dutra (MA)	2,12%
12 Porto Franco (MA)	3,57%	12 Caxias (MA)	1,96%
13 Aglomeração Urbana de São Luís (MA)	2,82%	13 Litoral Ocidental Maranhense (MA)	1,92%
14 Caxias (MA)	2,76%	14 Chapadinha (MA)	1,82%
15 Codó (MA)	2,60%	15 Codó (MA)	1,54%
16 Itapecuru Mirim (MA)	2,01%	16 Baixo Parnaíba Maranhense (MA)	1,36%
17 Baixo Parnaíba Maranhense (MA)	1,88%	17 Lençóis Maranhenses (MA)	1,30%
18 Litoral Ocidental Maranhense (MA)	1,87%	18 Coelho Neto (MA)	1,24%
19 Lençóis Maranhenses (MA)	1,71%	19 Rosário (MA)	1,11%
20 Rosário (MA)	1,23%	20 Aglomeração Urbana de São Luís (MA)	1,09%
21 Coelho Neto (MA)	0,61%	21 Itapecuru Mirim (MA)	1,06%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Produto Interno Bruto dos municípios/IBGE (2020)

Dessa forma, mesmo sendo esse período no qual a sojicultura da microrregião apresentou acelerado crescimento, outras regiões passaram a ter maior relevância para a agropecuária maranhense dentre elas: Porto Franco, Presidente Dutra, Caxias e Litoral Ocidental Maranhense. A microrregião de Gerais de Balsas que têm a mais relevante sojicultura do Maranhão passou a deter a maior fatia da agropecuária maranhense, fato esse que não se replicou em Chapadinha, que perdeu importância relativa.

Tabela 10 – Contribuições relativas para o valor adicionado da microrregião de Chapadinha (2002-2019)

CONTRIBUIÇÕES RELATIVAS PARA O VALOR ADICIONADO DA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA					
	2002	2006	2010	2014	2019
Agropecuária	24,67%	27,51%	18,66%	17,53%	7,63%
Setor Público	37,88%	35,85%	42,47%	40,22%	49,04%
Serviços (exc Público)	32,09%	28,44%	31,68%	35,73%	37,73%
Indústria	5,36%	8,20%	7,19%	6,52%	5,59%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Produto Interno Bruto dos municípios/IBGE (2020)

Um outro importante aspecto a ser analisado é a relevância da agropecuária para a microrregião. A tabela 10 mostra a contribuição relativa para o valor adicionado da microrregião de cada setor para os anos 2002-2006-2010-2014-2019.

Verifica-se que no período analisado, mesmo com o acelerado avanço do agronegócio da soja na microrregião, a agropecuária perdeu celeremente, participação relativa na atividade econômica da microrregião. A agropecuária em 2002 representava 24% do valor adicionado da microrregião, já em 2019 o setor passou a representar apenas 7,63%. A importância do setor passou, portanto, a ser módica e bem menos representativa na economia local.

Destaca-se ainda que o setor que, verdadeiramente, capitaneou o crescimento econômico no período analisado foi o setor público, que passou de uma participação relativa de 37,88% para ocupar quase metade do valor adicionado da microrregião (49,04%).

Tabela 11 – Contribuição da agropecuária para o valor adicionado dos municípios da microrregião de Chapadinha (2002-2019)

	CONTRIBUIÇÃO DA AGROPECUÁRIA PARA O VALOR ADICIONADO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA				
	2002	2006	2010	2014	2019
Maranhão	12,82%	10,17%	11,04%	10,77%	8,69%
Anapurus (MA)	25,55%	38,59%	27,42%	23,65%	13,21%
Belágua (MA)	29,44%	33,57%	20,31%	13,47%	4,42%
Brejo (MA)	34,62%	33,72%	22,63%	25,47%	12,42%
Buriti (MA)	32,39%	39,15%	28,50%	27,81%	12,92%
Chapadinha (MA)	13,96%	16,12%	9,76%	8,94%	3,75%
Mata Roma (MA)	32,13%	32,52%	26,17%	22,93%	10,32%
Milagres do Maranhão (MA)	40,70%	43,16%	42,56%	36,72%	18,25%
São Benedito do Rio Preto (MA)	18,51%	21,62%	12,49%	12,38%	3,79%
Urbano Santos (MA)	29,37%	25,83%	16,71%	13,23%	5,10%
Chapadinha (MA) - Microrregião	24,67%	27,51%	18,66%	17,53%	7,63%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de Produto Interno Bruto dos municípios/IBGE (2020)

Ao analisarmos a tabela 11 que mostra a participação relativa da agropecuária desagregada por municípios observa-se que a perda de importância do setor foi um fenômeno que ocorreu em todos os municípios da microrregião. Mesmo municípios com maior participação na sojicultura da microrregião como Brejo e Buriti apresentaram uma forte queda relativa do setor agropecuário.

Observa-se ainda por meio da tabela que o estado do Maranhão como um todo houve perda de participação relativa do setor. Entretanto, para a microrregião de Chapadinha esse fenômeno se deu de maneira particularmente mais acentuada do que a média do estado.

Tabela 12 – Ocupação formal da mão de obra por grupamento de setores - microrregião de Chapadinha

OCUPAÇÃO FORMAL DA MÃO DE OBRA POR GRUPAMENTO DE SETORES - MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA				
	2006	2010	2014	2019
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	13,04%	13,75%	8,46%	4,73%
Indústria geral	2,78%	3,49%	8,96%	2,07%
Construção	0,56%	3,03%	1,39%	2,43%
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	12,74%	14,66%	17,15%	17,83%
Transporte, armazenagem e correio	1,49%	0,60%	1,46%	0,43%
Alojamento e alimentação	0,60%	0,66%	0,83%	1,01%
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	2,81%	1,41%	1,93%	2,31%
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	61,32%	59,48%	57,47%	67,65%
Outros serviços	4,64%	2,92%	2,35%	1,53%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da RAIS (2019)

Outra forma de se verificar a perda relativa da força da agropecuária na região são os dados ligados à ocupação formal da mão-de-obra. A tabela 12 foi elaborada com base nos dados da RAIS e mostra o percentual de ocupação formal para os diferentes setores da economia da microrregião de Chapadinha. Novamente é possível observar a perda de relevância da agropecuária na região, que detinha 13,04% do pessoal ocupado em 2006 e passou a deter apenas 4,73% em 2019.

Constata-se, mais uma vez, que é o setor público aquele que mais têm relevância na microrregião, por ser aquele que mais emprega e possibilita maior circulação da renda. No ano de 2006 o setor público detinha 61,32% da mão-de-obra formalmente ocupada na região, em 2019 essa fatia passou para 67,65%.

Ainda com base nos dados da RAIS, foi elaborada a tabela 13 que mostra a ocupação formal na atividade de cultivo de soja para cada microrregião do Maranhão nos anos apontados. As microrregiões de Gerais de Balsas e Chapada das Mangabeiras são as que ocupam a maior parte da mão-de-obra na atividade. A sojicultura da microrregião de Chapadinha se mostra como uma atividade de pequena relevância para o estado na comparação com a mesma atividade executada no sul do Maranhão.

Tabela 13 – Ocupação formal da mão de obra na atividade de cultivo de soja – microrregiões Maranhão (2006-2019)

	2006		2010		2014		2019	
Microrregião	Qtade .	% rel. MA	Qtade .	% rel. MA	Qtade .	% rel. MA	Qtade .	% rel. MA
Aglomeração Urbana de São Luís	0	0,00%	19	0,76%	0	0,00%	0	0,00%
Litoral Ocidental Maranhense	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Rosário	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Lençóis Maranhenses	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Baixada Maranhense	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Itapecuru Mirim	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	0,04%
Gurupi-Ma	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1	0,02%
Pindaré	14	1,10%	20	0,80%	48	1,27%	185	3,58%
Imperatriz	9	0,71%	1	0,04%	51	1,35%	107	2,07%
Alto Mearim e Grajaú	7	0,55%	5	0,20%	18	0,48%	27	0,52%
Presidente Dutra	0	0,00%	1	0,04%	0	0,00%	4	0,08%
Baixo Parnaíba Maranhense	9	0,71%	46	1,85%	100	2,65%	109	2,11%
Chapadinha	80	6,27%	126	5,06%	148	3,92%	203	3,93%
Coelho Neto	12	0,94%	8	0,32%	16	0,42%	22	0,43%
Caxias	5	0,39%	6	0,24%	2	0,05%	99	1,92%
Chapadas do Alto Itapecuru	19	1,49%	37	1,49%	104	2,75%	156	3,02%
Porto Franco	38	2,98%	102	4,10%	119	3,15%	208	4,02%
Gerais de Balsas	844	66,14%	1527	61,35%	2069	54,78%	2832	54,80%
Chapadas das Mangabeiras	239	18,73%	591	23,74%	1102	29,18%	1213	23,47%
Total	1276		2489		3777		5168	

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da RAIS (2019)

A quantidade de mão-de-obra formalmente empregada na microrregião também se mostra irrisória, com apenas 203 trabalhadores em toda a microrregião dedicada ao cultivo da soja em 2019. Esse dado é especialmente negativo pelo contraste com a quantidade de terras que ocupa a atividade de cultivo da soja. Portanto, mesmo ocupando grandes porções de terra a sojicultura tem uma baixíssima incorporação de mão-de-obra.

Tabela 14 – Produtividade da sojicultura – microrregiões sojicultoras, Maranhão, Brasil

	Área Colhida (hectares)	Quantidade (Toneladas)	Tonelada/Hectare
Brasil	30.722.657	103.156.255	3,36
Maranhão	667.059	1.939.221	2,91
Chapadinha (MA)	52.652	140.797	2,67
Gerais de Balsas (MA)	341.895	980.033	2,87
Chapadas das Mangabeiras (MA)	144.141	425.071	2,95

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Censo Agropecuário/IBGE (2011)

Outro aspecto que demonstra a incipiência da sojicultura da microrregião é sua produtividade na comparação com outras áreas. Como mostra a tabela 14, a produtividade da microrregião de Chapadinha fica abaixo das microrregiões de Gerais de Balsas e Chapada das Mangabeiras – principais produtoras no estado. Além disso fica abaixo das médias estadual e, principalmente, da nacional.

Tabela 15 – Estratificação das propriedades de soja por área de ocupação – microrregião de Chapadinha e Maranhão.

	CHAPADINHA		MARANHÃO	
	nº estab.	% rel.	nº estab.	% rel.
até 100 ha	3	5,45%	21	4,68%
De 100ha a menos de 200 ha	0	0,00%	13	2,90%
De 200ha a menos de 500 ha	11	20,00%	61	13,59%
De 500 ha a menos de 1000 ha	13	23,64%	66	14,70%
De 1.000ha a menos de 2.500 ha	14	25,45%	129	28,73%
De 2.500ha a menos de 10.000 ha	12	21,82%	127	28,29%
De 10.000ha ou mais	2	3,64%	32	7,13%
TOTAL	55	100,00%	449	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Censo Agropecuário/IBGE (2011)

No intuito de evidenciar a característica concentradora de terras da sojicultura a tabela 15 mostra a quantidade de estabelecimentos produtores de soja no Maranhão e na microrregião de Chapadinha por faixa de áreas com base no censo agropecuário de 2017. Verifica-se que cerca de 74% dos estabelecimentos produtores de soja na microrregião de Chapadinha possuem 500 ou mais hectares. Número semelhante se encontrou no estado do Maranhão, com cerca de 78% dos estabelecimentos possuindo de 500 hectares para cima. Tal característica é intrínseca

da lógica capitalista da qual a grande sojicultura brasileira faz parte, onde a concentração de terras e alta intensidade de capital são os elementos basilares.

Ainda mostrando a característica concentradora da atividade da sojicultura a tabela 16 compara a participação de cada grupo de área total na produção total de três produtos: o arroz, a mandioca e a soja para o estado do Maranhão. Observa-se que no caso do arroz, 61,01% de sua produção total ocorre em estabelecimentos de até 100 hectares, no caso da mandioca esse número é ainda maior – 94,01%. Em contraposição a esses cultivos, cerca de 93% da produção de soja no estado se dá em estabelecimentos maiores do que 1.000 hectares. Isso evidencia, novamente, as características completamente divergentes entre esses tipos de cultivos.

Tabela 16 – Produção total estratificada por grupos de áreas das propriedades – Arroz, Mandioca e Soja – Maranhão.

	Arroz em casca		Mandioca		Soja em grão	
	Qtidade (tonel.)	% rel. total	Qtidade (tonel.)	% rel. total	Qtidade (tonel.)	% rel. total
até 100 ha	82.696	61,01%	208.789	94,01%	2.089	0,11%
De 100ha a menos de 200 ha	12.972	9,57%	7.665	3,45%	3.330	0,17%
De 200ha a menos de 500 ha	12.513	9,23%	3.754	1,69%	36.040	1,86%
De 500 ha a menos de 1000 ha	4.765	3,52%	723	0,33%	78.834	4,07%
De 1.000ha a menos de 2.500 ha	12.611	9,30%	639	0,29%	287.992	14,85%
De 2.500ha a menos de 10.000 ha	7.265	5,36%	520	0,23%	774.609	39,94%
De 10.000ha ou mais	2.718	2,01%	0	0,00%	756.326	39,00%
TOTAL	135.540	100%	222.090	100%	1.939.220	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Censo Agropecuário/IBGE (2021)

Outro indicador que auxilia a compreensão das características do cultivo da soja na microrregião de Chapadinha é a relação entre área ocupada e os vínculos empregatícios formais. A tabela 17 foi elaborada com base nos dados da Pesquisa da agricultura municipal – PAM/IBGE e nos dados da RAIS e mostra a quantidade de hectares para cada vínculo formal na atividade de cultivo de soja na microrregião de Chapadinha.

Tabela 17 – Relação Hectare/Vínculo Formal – microrregião de Chapadinha (2006-2020)

Relação Hectare/Vínculo Formal	
2006	308,53
2007	363,64
2008	321,31
2009	203,08
2010	339,92
2011	279,26
2012	311,11
2013	411,08
2014	395,66
2015	444,97
2016	344,27
2017	386,28
2018	322,97
2019	269,95
2020	253,86

MÉDIA**330,39**

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PAM/IBGE (2021) e RAIS (2019)

Constata-se que a quantidade média de hectares por vínculo empregatício na região foi de 330,39 hectares, demonstrando mais uma vez uma baixa incorporação de mão-de-obra contrastando com uma alta concentração de terras. Mesmo no ano de maior incorporação de mão-de-obra por hectare a quantidade ainda foi alta: 203,08. A título de comparação, o censo agropecuário de 2017 apontava que a agricultura familiar possui um trabalhador para cada 8,02 hectares de terra (IBGE, 2019), um valor bastante inferior.

Dado que a sojicultura ganha relevância na microrregião apenas a partir dos anos 2000 torna-se relevante o levantamento de alguns indicadores socioeconômicos deste período. Nesse sentido, a tabela 18 foi elaborada com base nos dados do sistema de contas regionais – IBGE e contém a evolução do produto interno bruto per capita a preços correntes dos municípios da microrregião de Chapadinha e sua taxa média anual. Para efeito de comparação foram adicionados os mesmos indicadores para o estado do Maranhão, a região Nordeste e para o Brasil.

Tabela 18 – Evolução do Produto Interno Bruto per capita a preços correntes – Microrregião de Chapadinha

	2002	2019	Taxa Média Anual
Anapurus	1.658,62	7.698,06	9,45%
Belágua	1.313,42	6.339,69	9,70%
Brejo	1.946,39	7.016,68	7,83%
Buriti	1.412,22	6.693,29	9,58%
Chapadinha	1.827,90	9.262,97	10,02%
Mata Roma	1.478,85	8.651,35	10,95%
Milagres do Maranhão	1.451,24	5.900,17	8,60%
São Benedito do Rio Preto	1.020,89	6.779,31	11,78%
Urbano Santos	1.303,96	5.934,05	9,32%
MARANHÃO	2.718,05	13.757,94	10,01%
NORDESTE	3.891,00	18.359,78	9,56%
BRASIL	8.378,00	35.161,70	8,80%
Média das Taxas Anuais - Microrregião de Chapadinha			9,69%
Média das Taxas Anuais - Municípios concentração Sojicultura			9,45%
Média das Taxas Anuais - Demais municípios microrregião			9,88%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dos Sistema de Contas Regionais – IBGE (2019)

Observando as taxas de variações médias dos valores de PIB per capita dos municípios nota-se que apenas três destes superaram a média do estado do Maranhão: Chapadinha, Mata Roma e São Benedito do Rio Preto. A média da microrregião (9,69% a.a) foi ligeiramente inferior à taxa do estado do Maranhão (10,01% a.a) e superior as médias da região nordeste e do Brasil como um todo.

Foi ainda elaborada uma análise segmentação dos municípios da microrregião entre aqueles que são o maior foco da sojicultura da microrregião – Anapurus, Brejo, Buriti e Mata Roma - e sua comparação com os demais municípios da microrregião. Observou-se que a média das taxas de anuais dos municípios focos da sojicultura na microrregião foi inferior a médias dos demais municípios – 9,69% dos municípios com maior concentração de soja, contra 9,88% dos demais municípios.

Outro indicador observado no período foi o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), “que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde” (FIRJAN, 2022). A elaboração do indicador faz uso de dados oficiais de bases de dados públicas dos ministérios do trabalho, saúde e educação. O índice varia de 0 a 1 sendo que quanto mais se aproxima de 1 melhor é o indicador do município. A tabela 19 aponta como se comportou o índice no período 2005-2016.

Tabela 19 – Evolução do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – Microrregião de Chapadinha

MUNICÍPIO	2005		2016		Variação Índice	Variação Ranking
	Índice	Posição	Índice	Posição		
Brejo	0,401	4.453º	0,481	5.284º	0,080	-831º
Buriti	0,304	5.187º	0,548	4.795º	0,244	392º
Urbano Santos	0,359	4.872º	0,493	5.234º	0,134	-362º
Belágua	0,368	4.803º	0,560	4.670º	0,192	133º
São Benedito do Rio Preto	0,270	5.260º	0,509	5.134º	0,239	126º
Chapadinha	0,454	3.860º	0,574	4.525º	0,121	-665º
Anapurus	0,355	4.908º	0,511	5.115º	0,157	-207º
Mata Roma	0,443	3.974º	0,529	4.961º	0,086	-987º
Milagres do Maranhão	0,363	4.838º	0,505	5.166º	0,141	-328º

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da FIRJAN (2017)

Nota-se que o índice apresentou melhoras, em termos absolutos, para todos os municípios da microrregião de Chapadinha, sendo que os que apresentaram maior variação positiva foram: Buriti, São Benedito do Rio Preto e Belágua. Foram esses três municípios também os únicos que apresentaram melhoria relativa no ranking dos municípios brasileiros.

Apesar da melhoria absoluta no índice, todos os demais – 6 dos 9 municípios - perderam posições no ranking do índice FIRJAN no período analisado, mostrando uma queda relativa da microrregião. Os municípios de Mata Roma e Brejo – ambos municípios inclusos no foco da sojicultura da microrregião - foram os que mais perderam posições no ranking do índice.

Para analisar a como se comportaram os números da educação na microrregião de Chapadinha foram coletados dados do Índice de desenvolvimento da educação básica – IDEB. A tabela 20 traz os resultados do IDEB para os anos finais do ensino fundamental para os anos 2005 e 2019.

Tabela 20 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica “Anos Finais” – Microrregião de Chapadinha (2005-2019)

IDEB - Anos Finais		
	2005	2019
Chapadinha	3,1	3,7
Anapurus	2,4	3,3
Mata Roma	2,6	3,9
Belágua	2,7	3,2
São Benedito do Rio Preto	2,5	3,2
Urbano Santos	3,2	3,3
Buriti	2,6	3,5
Brejo	2,5	3,5
Milagres	2,2	3,8
MARANHÃO	3,0	4,2
BRASIL	3,5	4,9

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do INEP (2020)

Os dados apontam que houve melhoria em termos absolutos em todos os municípios da microrregião de Chapadinha, entretanto, todos os municípios se encontram abaixo da média do estado do Maranhão e do Brasil. Todos os municípios se encontram na faixa definida pelo INEP como “Os alunos estão muito abaixo da média de aprendizado esperada” mostrando uma grande deficiência no campo educacional da microrregião.

Tabela 21 – IDEB Ensino Médio – Microrregião de Chapadinha (2019)

	2019
Chapadinha	3,8
Anapurus	3,4
Mata Roma	3,1
Belágua	3,1
São Benedito do Rio Preto	2,7
Urbano Santos	2,8
Buriti	3
Brejo	3,3
Milagres	2,6
MARANHÃO	3,7
BRASIL	3,9

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do INEP (2020)

Os resultados do IDEB para o ensino médio – tabela 21 - também se mostram precários. Com exceção do município de Chapadinha, todos os outros municípios da microrregião se encontram abaixo da média estadual para o indicador.

A tabela 22 evidencia como se comportou outro importante indicador na microrregião de Chapadinha: a mortalidade infantil. A tabela é composta pelos indicadores dos anos de 2006 e 2020 e sua variação percentual no período. Foram ainda adicionados os mesmos indicadores para o estado do Maranhão e para o Brasil.

Tabela 22 –Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) – microrregião de Chapadinha (2006-2020)

	2006	2020	Variação %
Chapadinha	18,68	11,74	37,2%
Anapurus	15,48	9,90	36,0%
Mata Roma	15,96	13,79	13,6%
Belágua	42,78	9,62	77,5%
São Benedito do Rio Preto	22,39	2,64	88,2%
Urbano Santos	5,91	11,63	-96,8%
Buriti	19,55	9,51	51,4%
Brejo	4,06	3,88	4,4%
Milagres do Maranhão	8,13	13,70	-68,5%
Maranhão	26,8	13,7	48,9%
Brasil	19,6	11,5	41,3%
Médias Mortal. Infantil - Munic. concentração Sojicultura			9,87
Médias Mortal. Infantil - Demais municípios microrregião			9,27
Médias Mortal. Infantil - OCDE			4,20

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE Cidades (2021) e OCDE (2021)

É possível observar que o município que apresenta o melhor resultado no indicador é São Benedito do Rio Preto com 2,64 mortes por mil nascidos vivos. Foi também esse município que apresentou a melhor variação positiva percentual no período analisado (88,2%). Outro município que obteve expressiva melhora foi Belágua com uma queda de 42,78 para 9,62 mortos por mil nascidos vivos. Destaca-se que esses dois municípios eram aqueles que detinham os piores índices da microrregião no ano de 2006. Apenas o município de Mata Roma apresenta índice abaixo da média do estado do Maranhão (13,79).

Ao analisarmos as médias dos indicadores segmentados por municípios que são foco da sojicultura da microrregião e compararmos com os demais observa-se uma pequena superioridade do indicador dos municípios do primeiro grupo – 9,87 dos municípios focos da sojicultura contra 9,27 dos demais. Entretanto, além da diferença ser diminuta, observa-se que

na comparação com a média de 4,20 mortes por mil nascidos vivos dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) os valores são bastante distintos, mostrando ainda uma fragilidade neste indicador.

Os dados examinados no presente capítulo apontam que a partir do ano 2000, apesar do forte avanço da sojicultura na microrregião de Chapadinha, a região perdeu relevância na participação relativa na agropecuária do estado, contrastando com outras regiões ganhando mais relevância no cenário maranhense, a exemplo da microrregião de Gerais de Balsas – território de maior concentração da sojicultura no Maranhão.

Observou-se ainda que mesmo dentro da microrregião a agropecuária perdeu participação relativa, de forma que sua importância na atividade econômica local foi sendo reduzida. Destaca-se que em todos os municípios a agropecuária perdeu relevância, mesmo naqueles onde a sojicultura mais cresceu. A queda do setor na microrregião foi, inclusive, bem superior à média do estado do Maranhão.

Nesse período foi o setor público que se mostrou a atividade impulsionadora da economia da microrregião. Tal setor, que já era o mais relevante na microrregião, expandiu ainda mais sua relevância. Isso aponta, novamente, a fragilidade na concepção de que o agronegócio, nos moldes atuais, poderia gerar desenvolvimento no território.

A precariedade desse argumento também pode ser vista nos números da ocupação formal onde, mais uma vez, a agropecuária perdeu relevância e o setor público continua, por uma larga vantagem, sendo aquele que mais emprega na microrregião. A análise dos empregos apenas do setor cultivo da soja, também apontam na mesma direção: baixa relevância da sojicultura da microrregião na comparação com o sul do estado e pouca criação de emprego, comprometendo as possibilidades de o setor gerar um melhor fluxo circular da renda.

No exame do território ocupado pela atividade do cultivo da soja constata-se que, assim como no âmbito do estado, a sojicultura da microrregião de Chapadinha se reproduz na grande propriedade. Essa característica da alta concentração fundiária contrasta-se com a baixa incorporação de mão de obra. A relação de hectares/empregado mostra-se como mais um dos motivos do porque a narrativa da “sojicultura gerando desenvolvimento” seja profundamente inverossímil.

A fragilidade de tal argumento pôde ser observada também em alguns dos indicadores socioeconômicos examinados. A análise da evolução do PIB per capita da microrregião permitiu observar que a microrregião de Chapadinha obteve um crescimento a uma taxa inferior a taxa do estado do Maranhão. Foi observado ainda que a taxa média de crescimento dos

municípios que são foco da sojicultura da microrregião – Anapurus, Brejo, Buriti e Mata Roma - foi inferior a taxa dos demais municípios do território.

Considerando os dados da educação básica fornecidos pelo INEP observa-se que, para o ensino fundamental, todos os municípios da microrregião se encontram abaixo da média do estado do Maranhão e ocupam a faixa denominada “muito abaixo da média de aprendizado esperada”. No caso do Ensino médio, 8 dos 9 municípios também se encontram abaixo da média maranhense, a exceção sendo o município de Chapadinha.

Os números analisados demonstram que no período de avanço da sojicultura na microrregião de Chapadinha houve, na verdade, uma queda na relevância da agropecuária para a atividade econômica do município. Os dados demonstram que a sojicultura se coloca como uma atividade excludente com grande ocupação de área e baixa incorporação de mão-de-obra. No período analisado, foi o setor público que apresentou maior crescimento em participação relativa do PIB e na geração de ocupação formal, se mostrando uma atividade com maior capacidade de gerar efeitos de causação circular positivos para o território.

5 CONCLUSÕES

O caminho da integração com mercado global por meio da comercialização de commodities tem se mostrado ineficaz na condução de uma trajetória de desenvolvimento. O que se observa dentro de uma lógica global, na realidade, é que se relega a periferia do sistema o papel de fornecer matérias primas de baixo valor agregado para os centros dinâmicos do capitalismo do global. A agricultura empresarial no Brasil, alicerçada na alta intensidade de capital, na grande propriedade e na alta conexão com as cadeias globais de comércio insere-se nessa lógica.

O que se observa nesse sistema é que os verdadeiros beneficiados são empresas internacionais que, em algum grau, estão ligadas a produção destas *commodities*. Como citado anteriormente, a estrutura da agricultura empresarial – onde a sojicultura tem um papel de destaque nacionalmente – é marcada pela lógica capitalista em todas as suas etapas: desde a compra de sementes, agrotóxicos, bens de capital, financiamento da produção até a venda para o mercado externo. Em todas estas etapas, existem empresas multinacionais que, na prática, são as verdadeiras beneficiadas dessa produção. Tais empresas vão desde as tradings – Bunge, Cargill, ADM, Louis Dreyfus – até as fornecedoras de maquinário e produtos agrícolas – John Deere, BASF, Syngenta. Nessa perspectiva, o território em questão, apenas lida com as mazelas econômicas, sociais e ambientais.

Se ideia por trás da teoria de North (1977) é a de que o polo de exportação geraria demanda para outros setores de forma a fomentar um efeito circular positivo, a realidade não tem refletido este cenário. Aggarwal (2018) aponta que o processo de globalização e integração das cadeias mundiais de comércio enfraqueceram vínculos inter-setoriais, comprometendo a capacidade de algumas atividades gerarem efeitos de encadeamento positivos, dessa forma a autora aponta que estas atividades ligadas as cadeias globais se tornam enclaves econômicos.

Sob essa perspectiva, a sojicultura, sendo atividade altamente conectada com a lógica do comércio global, se mostra ineficiente em gerar *linkages* – nos termos de Hirschman – ou de inserir um território em um processo de causação circular cumulativa – nos termos de Myrdal.

Diferentemente do que apontava North, a base de exportação nesses moldes falha em gerar efeitos de encadeamentos com outros setores. Forma-se assim um enclave econômico que responde a uma lógica exógena ao território no qual está inserido. Os ciclos econômicos

internacionais, que acabam por determinar o ritmo destes enclaves, estão alheios aos processos de planejamento e desenvolvimento regional dos territórios em questão.

A opção do “desenvolvimento” pelo caminho da exportação *commodities* agrícolas, em certo grau, pode ser observada em toda a trajetória de formação econômica maranhense. A opção pelo velho modelo agrário exportador repete a dependência da demanda externa observada, por exemplo, durante a “falsa euforia” citada por Furtado (2005). Tudo isso em detrimento da formação de um mercado interno mais robusto e de uma estratégia de desenvolvimento mais inclusiva.

No caso específico da microrregião de Chapadinha, o que se percebeu foi que acelerado crescimento da sojicultura tem suas bases em um processo inerentemente excludente. Como mostrado pela pesquisa a baixa capacidade desta atividade em gerar postos de trabalho, somada a expressiva ocupação de terras apontam para um processo extremamente concentrador no setor rural.

As mudanças nos índices de Simpson elaborados para os diferentes anos vão ao encontro dessa tendência concentradora. Observou-se uma significativa queda na diversidade produtiva nos municípios de maior relevância na sojicultura da região. Tal queda mostra a perda de importância de outras culturas na produção da agricultura local – com destaque para a mandioca e arroz.

Entretanto, apesar da rápida ascensão da soja nas últimas décadas na microrregião, observou-se uma perda na relevância do setor agropecuário para o PIB do município. Sendo, na verdade, o setor público aquele que mais apresentou relevância para a atividade econômica da microrregião.

Resultado semelhante foi obtido nos números do emprego: enquanto a agropecuária apresentou uma perda no percentual de mão-de-obra formalmente empregada, o setor público foi aquele que mais incorporou trabalhadores no período analisado. Ao analisarmos os números isoladamente da atividade de cultivo de soja, observa-se novamente uma baixa capacidade de empregabilidade do setor.

No que diz respeito a indicadores sociais, apesar de ter havido melhoria em alguns dados em termos absolutos a microrregião não apresentou resultados acima das médias estaduais, ficando abaixo em vários deles. E mesmo a melhoria ocorrida – e termos absolutos - não pode ser associada à sojicultura dado a constante perda de relevância do setor agropecuário para a dinâmica econômica da região. Dessa forma, não há nenhum indício de melhoria que possa ser associada diretamente ao avanço da agricultura empresarial na região.

Tais resultados vão ao encontro de pesquisas como a de Ottati (2013) – que não apresentou resultados superiores para municípios maranhenses ligados ao “grande projeto” da soja – e de Lopes, Lima e Reis (2020) que questionam o papel da sojicultura no cenário socioeconômico do cerrado do MATOPIBA, apontando que essa opção falha em gerar desenvolvimento para o território devido ao caráter excludente deste processo.

O intuito desta dissertação foi analisar o fenômeno da sojicultura na microrregião de Chapadinha, suas origens e seu potencial para gerar desenvolvimento regional. Em resumo, o que se observou foi que o avanço da sojicultura na microrregião nas últimas décadas apresenta dificuldade em se converter em desenvolvimento regional devido a algumas características inerentes a esta atividade. O caráter concentrador, excludente, intensivo em capital impede que essa atividade encadeie efeitos circulares de renda de forma a gerar benefícios que transbordem para outros setores. O que ocorre, na verdade, é que esta atividade se configura como um enclave econômico, respondendo a uma lógica global e demandando produtos e bens de capital de empresas multinacionais. Dessa forma, o crescimento do setor não se converte em desenvolvimento regional.

O presente trabalho se coloca como uma contribuição para o debate do fenômeno da sojicultura na microrregião, de forma que, de modo algum, se propõe a esgotar o debate desta temática. Nesse sentido, carecem-se de outras pesquisas no intuito de aprofundar a matéria abordada. Em futuras análises, torna-se possível trabalhar com dados do censo demográficos mais atualizados que, com certeza, enriquecerão a análise.

Os desafios para o estado do Maranhão são gigantescos e carecem de planejamento à altura. Não é razoável imaginar que uma trajetória de desenvolvimento sustentável para o estado seja baseada em atividades que ignorem grande parte da população. Nessa perspectiva, qualquer planejamento voltado para melhorias econômicas no Maranhão deve ter como alicerce inegociável o desenvolvimento inclusivo.

REFERÊNCIAS

- AGGARWAL, A. **Economic Growth, Structural Change and Productive Employment Linkages in India: Did Market Transition Matter?**. South Asia Economic Journal, 19(1), 64-85. 2018
- AMARAL FILHO, Jair do. **A economia política do babaçu**. São Luís, Sioge, 1990.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Brasil nos anos noventa: Opções Estratégicas e Dinâmica Regional**. Revista Brasileira de estudos Urbanos e regionais, n. 2. 1999.
- ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra: uma análise da colonização da Pré-Amazônia maranhense**. São Luís, EDUFMA, 1987 (Coleção Ciências Sociais).
- BRANDÃO, Carlos Antônio. **A Dimensão Espacial do Subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais**. 2004. Tese. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas: 2004.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. **Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento**. Brazilian Journal of Political Economy, [S.l.], v.30, n.4, p.663–686, 2010.
- CAMARGO, C.F; CURRALERO, C.R.B; LICIO, E.C.; MOSTAFA, J. **Perfil Socioeconômico dos beneficiários do programa Bolsa-Família: o que o cadastro único revela?**. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Cortes (org.) Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo: Global Editora, 1985.
- CARDOSO, Fernanda. **Nove Clássicos do Desenvolvimento Econômico**. 1 ed. Rio de Janeiro: Paco editorial, 2018.
- CASTILLO, Ricardo; BOTELHO, Adielson Correia; BUSCA, Matheus Dezidério, **Agronegócio globalizado no MATOPIBA maranhense: análise da especialização regional produtiva da soja**. Revista Espaço e Economia. Disponível em:<<http://journals.openedition.org/espacoeconomia/19325>> DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia>. 2021
- COÊLHO, Vitarque Lucas Paes. **A Política Regional do Governo Lula (2003-2010)**. In: NETO, A. M; CASTRO, C. N; BRANDÃO, C. A (org.). Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.
- DRUMMOND, José Augusto. **Natureza rica, povos pobres?: questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea**. Ambiente & Sociedade, Campinas, v.5, n.10, p. 1-24, jan./jun. 2002

FIRJAN. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)** In:Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm>. Acesso em: 7 Ago. 2022.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32.ed., São Paulo, Editora Nacional, 2005.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1979.

GARCIA, Junior Ruiz; VIEIRA; FILHO José Eustáquio Ribeiro. **A Questão Ambiental e a expansão da fronteira agrícola na direção do MATOPIBA brasileiro**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2281.pdf> Acesso em: 26 Fev. 2022.

GASPAR, Rafael Bezerra. **O Eldorado dos Gaúchos: Deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão. São Luis, 2010.

GTDN, Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

GOOGLE EARTH. **Imagem de satélite - microrregião de Chapadinha-MA**. Imagem de Satélite. Coordenadas: 30°19'14''S 42°36'03''W. Disponível em: <<https://earth.google.com/web/@-3.61024143,-42.92191557,94.49197133a,190488.59144099d,35y,0.00000001h,0t,0r>> . acesso em: 16. Jul. 2022.

_____. **Imagem de satélite – concentração da sojicultura na microrregião de Chapadinha-MA**. Imagem de Satélite. Coordenadas: 30°44'52''S 42°51'25''W. Disponível em: <<https://earth.google.com/web/@-3.76063504,-42.93095532,110.14074611a,75829.67640644d,35y,0h,0t,0r>> . acesso em: 16. Jul. 2022.

HALL, Antony. **O programa Grande Carajás – Gênese e Evolução**. In: O Cerco Está Se Fechando - o Impacto do Grande Capital na Amazônia. Rio de Janeiro: Vozes 1991a.

_____. **A Crise Agrária na Amazônia**. In: O Cerco Está Se Fechando - o Impacto do Grande Capital na Amazônia. Rio de Janeiro: Vozes 1991b.

HOLANDA, Felipe Macedo de; PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. **Padrão de Acumulação e dinâmica da economia maranhense na década dos 2000**. Revista HEERA, v. 6, n. 10, p 48-76. 2011.

IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Produto interno bruto do estado do maranhão - período 2010 a 2019**. v.14, n.1, jan./dez. – São Luís: IMESC, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2017: Resultados Definitivos**. Rio de Janeiro: 2019

_____. **Censo Demográfico 2010: Resultados gerais da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios – Chapadinha/Maranhão**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/chapadinha/pesquisa/38/46996>> Acesso em 23 Ago 2021.

_____. **IBGE Cidades – Maranhão**. 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/chapadinha/panorama>> Acesso em: 28 Set. 2021.

IPAM AMAZÔNIA. **Diagnóstico socioeconômico produtivo e ambiental da microrregião de Chapadinha, Maranhão**. 2021. Disponível em: <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2021/07/relatorio_chapadinha-2.pdf>. Acesso em: 11.Jul.2022

LIMA, A. C. d. C.; SIMÕES, R. F. **Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil**. RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico, [S.l.], v.12, n.21, 2010.

LOPES, G.R; LIMA, M.G.B; REIS, T.N.P. **Revisitando o conceito de mau desenvolvimento: Inclusão e impactos sociais da expansão da soja no Cerrado do Matopiba**. World Development v.139 (2021)

MADEIRA, Welbson do Vale. **Modernização agrícola e “boas práticas ambientais”: aparência e essência**. In: X Jornada de Internacional de Política Públicas. 2021. Anais Eletrônicos. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_602_602612efa896856e.pdf> Acesso em: 10 jul. 2022.

MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

MATTEI, Lauro. **O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo**. Rev. Econ. NE. v. 45 Suplemento especial, p. 83-91. 2014.

MELO, Maria Cristina P. de. **O bater dos panos: um estudo das relações de trabalho na indústria têxtil do Maranhão**. São Luís, Sioge, 1990.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **Notas sobre a dinâmica econômica recente em área periférica: as mudanças na estrutura produtiva do Maranhão**. São Luis. EDUFMA: 2011a. _____ . **Notas sobre a dinâmica econômica recente em área periférica: as mudanças na estrutura produtiva do Maranhão**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo33.pdf>>. 2011b

_____. **A crise da economia do babaçu no Maranhão (1920-80)**. Revista de Políticas Públicas. São Luís, v.2, n.2, p.61-76, jul-dez. 1996.

_____. **Concentração de capital e desarticulação do pequeno produtor agrícola.** In: X Jornada de Internacional de Política Públicas. 2021. Anais Eletrônicos. <Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_602_602612efa896856e.pdf> Acesso em: 10 jul. 2022.

MESQUITA, Francisco de A.L. **Vida e morte da economia algodoeira no Maranhão.** São Luís, EDUFMA, 1987.

MONTEIRO NETO, Aristides. **Desenvolvimento Regional em Crise: Políticas Econômicas Liberais e Restrições à Intervenção Estatal no Brasil dos Anos 90.** 2005. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas: 2005.

MONTEIRO NETO, Aristides. **Federalismo e Redistribuição Intergovernamental de Recursos no Brasil: Um mapa do Padrão de Atuação Federal no Território no período recente (2000 – 2015) – Região Nordeste em perspectiva.**). In: NETO, A. M; CASTRO, C. N; BRANDÃO, C. A (org.). **Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas.** Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

MORAES, Murilo Didonet de; OLIVEIRA, Nilton Aparecido Marque de. **Produção orgânica e agricultura familiar: obstáculos e oportunidades.** Rev. Desenvolvimento Socioeconômico em debate. v.3 n.1 (2017) 19-37. 2017.

MOREIRA LIMA JÚNIOR, Heitor. **Colonização de fronteira agrícola: Um modelo de Desenvolvimento rural.** São Luís: PPPG/EDUFMA, 1987.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas.** Rio de Janeiro: Saga, 1968.

NETO, A. M; CASTRO, C. N; BRANDÃO, C. A (org.). **Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas.** Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

NICHOLLS, William H. **Agricultura e o Desenvolvimento Econômico no Brasil.** Revista Brasileira de Economia. 26(4): 169-206. 1972.

NORTH, D. C. **Location Theory and Regional Economic Growth.** Journal of Political Economy, LXIII, jun. 1955. Versão em português em SCHWARTZMANN, J. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos.** Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

_____. **Agriculture in Regional Economic Growth.** Journal of Farm Economics, v.41, n. 5, dec. 1959.

OCDE. **Estudos da OCDE sobre os Sistemas de Saúde: Brasil, 2021,** OECD Publishing, Paris. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/f2b7ee85-pt>. Acesso em: 14.Ago.2022

OLIVEIRA, Guilherme de; PEREIRA, André da Silva. **Da agricultura ao Desenvolvimento: a transição de regiões periféricas ao capitalismo da agricultura mercantil segundo Douglass North**. Revista Cadernos de Economia, Chapecó. v.16. n. 30-31. Págs 21-35. 2012.

OTTATI, Maria Aquino dos Anjos. **As Dinâmicas e as desigualdades regionais de desenvolvimento no Estado do Maranhão**. (Tese) Porto Alegre, UFGRS, 2013.

PASQUALOTTO, N; KAUFMANN, M.P; WIZNIEWSKY. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável** [recurso eletrônico]. – 1. ed. – Santa Maria, RS : UFSM, NTE, 2019

PINHEIRO GOMES, José Tribuzi. **Formação econômica do Maranhão**. São Luís, FIPES, 1981.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios**. 2021 .Disponível em: <<https://www.undp.org/pt/brazil/atlas-dos-munic%C3%ADpios> > Acesso em: 28 Fev. 2022.

PREBISCH, Raul. **O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas**. Revista Brasileira de Economia, v. 3 n. 3 (1949).

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**, 1 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

RODRIGUES, José de Arimateia. **O Papel da Agricultura no processo de desenvolvimento econômico e as políticas governamentais para o setor agrícola**. Rev. Administração Pública. 12 (3): 9-37. 1978

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista**. 6 ed, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SANTOS, Valdeci Monteiro. **A Economia do Sudeste Paraense: Fronteira de Expansão na periferia brasileira**. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas: 2011.

SCHUMPETER, Joseph A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultura, 1997 (Coleção Os Economistas).

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. **Programa Grande Carajás**. 1982. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/T2D00030.pdf> > Acesso em: 26 Jul. 2022

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. 1 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986 (Os Economistas)

TEIXEIRA, M. L. C; RIBEIRO, S. M. C. **Agricultura e paisagens sustentáveis: a diversidade produtiva do setor agrícola de Minas Gerais, Brasil**. Revista Sustainability in Debate - Brasília, v. 11, n.2, p. 29-41, aug/2020

THEIS, Ivo Marcos. **Desenvolvimento Desigual e Planejamento Regional no Brasil**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, v. 37, n 131, p 79-97, 2016.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio do Maranhão. Volume 01**. São Luís, Associação Comercial do Maranhão, 1954a. Disponível em: <<https://archive.org/details/histcomvol1mar>> Acesso em: 26 Fev. 2022

_____. **História do Comércio do Maranhão. Volume 02**. Edição da Associação Comercial do Maranhão, 1954b. Disponível em: <<https://archive.org/details/histcomvol2mar>> Acesso em: 26 Fev. 2022

YOSHII, K.; CAMARGO A.J.A; ORIOLI, A.L. **Monitoramento Ambiental nos Projetos Agrícolas do Prodecer**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2000.

APÊNDICE

Índices de Simpson Microrregiões – Maranhão

	2000	2020
Litoral Ocidental Maranhense (MA)	0,648	0,559
Aglomeración Urbana de São Luís (MA)	0,747	0,422
Rosário (MA)	0,561	0,352
Lençóis Maranhenses (MA)	0,736	0,665
Baixada Maranhense (MA)	0,711	0,706
Itapecuru Mirim (MA)	0,701	0,714
Gurupi (MA)	0,709	0,724
Pindaré (MA)	0,609	0,612
Imperatriz (MA)	0,665	0,365
Médio Mearim (MA)	0,638	0,660
Alto Mearim e Grajaú (MA)	0,644	0,730
Presidente Dutra (MA)	0,673	0,674
Baixo Parnaíba Maranhense (MA)	0,791	0,689
Chapadinha (MA)	0,702	0,416
Codó (MA)	0,599	0,682
Coelho Neto (MA)	0,714	0,641
Caxias (MA)	0,663	0,677
Chapadas do Alto Itapecuru (MA)	0,594	0,610
Porto Franco (MA)	0,751	0,604
Gerais de Balsas (MA)	0,455	0,487
Chapadas das Mangabeiras (MA)	0,631	0,578

Índices de Simpson municípios – Microrregião de Chapadinha

	2000	2005	2010	2015	2020
ANAPURUS	0,597	0,784	0,715	0,678	0,404
BELÁGUA	0,705	0,667	0,652	0,753	0,713
BREJO	0,663	0,737	0,662	0,313	0,276
BURITI	0,696	0,734	0,674	0,498	0,294
CHAPADINHA	0,693	0,711	0,744	0,781	0,625
MATA ROMA	0,640	0,761	0,738	0,601	0,326
MILAGRES	0,763	0,758	0,758	0,742	0,362
SÃO BENEDITO	0,696	0,719	0,750	0,791	0,683
URBANO SANTOS	0,712	0,707	0,727	0,798	0,742